UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Gisvaldo Oliveira da Silva

UM LEVANTE NO SERTÃO DO PIAUÍ: A TRAJETÓRIA CAMPONESA NA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS (1985-1995)

TERESINA
2012

GISVALDO OLIVEIRA DA SILVA

UM LEVANTE NO SERTÃO DO PIAUÍ: A TRAJETÓRIA CAMPONESA NA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS (1985-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil. Elaborada sob a orientação do Professor Doutor Robério Américo do Carmo Souza.

TERESINA
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí
Serviço de Processamento Técnico
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S586L Silva, Gisvaldo Oliveira da.
Um levante no sertão do Piauí: a trajetória camponesa na formação do Assentamento Marrecas (1985-1995) / Gisvaldo Oliveira da Silva. -- 2012.
162 f.: il

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.
Orientação: Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza.

1.Ocupação – São João do Piauí, PI. 2. Assentamento – São João do Piauí, PI. I. Título.

CDD: 304.808 1

GISVALDO OLIVEIRA DA SILVA

UM LEVANTE NO SERTÃO DO PIAUÍ: A TRAJETÓRIA CAMPONESA NA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS (1985-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil. Elaborada sob a orientação do Professor Doutor Robério Américo do Carmo Souza.

Linha de pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho.

Data de Aprovação: 29/03/2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza – UFPI
(Orientador)

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus – UFPI
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – UFC
(Examinador Externo)

Com carinho e alegria dedico este trabalho:

Ao meu pai e a minha mãe - *Alborino Teixeira e Socorro Oliveira*. Pelo esforço de minha criação, pela amizade e companheirismo nos momentos de angústia e esperança.

Aos meus avós, *Antonio*, *Francisca*, *Sebastião* e *Judite* (in memorian), vocês que partiram deixando muitas saudades.

À minha querida companheira *Claudete Meireles* e ao meu filho *Cauê de Oliveira*, pérolas preciosas da minha vida.

À Dona *Sebastiana*, que cuidou do meu filho para que eu pudesse escrever este trabalho.

Aos meus irmãos, *Georgeano*, *Gilvan* e *Gervasio*, pelos laços de amizade e solidariedade que nos une.

Aos meus sobrinh@s *Giovani*, *Giovana*, *George*, *Mariana* e *Elias*, esperanças na construção de um mundo socialmente justo.

Aos meus ti@s, *Antonio Weudes*, *João Evangelista*, *Joaquim Neto*, *Maria das Neves*, *José Pereira*, *Raimundo Lourismar*, *Vicente de Paula*, *Socorro Freitas*, *Ada Augusta*, *Maria do Socorro*, *Juvana Rodrigues*, *Ione Sousa*, *Francisco Elizeu*, *Jorge Luís*, *Miguel Teixeira*, *Pedro Teixeira* e *Osmar Teixeira*, pela consideração e afeto dispensados.

Aos que seguem lutando por um Brasil sem latifúndio.

Não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. O fato histórico é sempre uma escolha do historiador, um recorte feito por ele e que reflete sua subjetividade, seu posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por ele descrita. Não há duas narrativas de um mesmo acontecimento que sejam iguais ou coincidentes. A História é uma construção, construção esta que pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade.

Anita Leocádia Prestes

AGRADECIMENTOS

Ao professor Robério Américo do Carmo Souza, que me orientou neste trabalho. Meu agradecimento pela paciência e liberdade, pela disponibilidade e oportunidade de partilhar seu conhecimento. Meu caro amigo, este trabalho também é seu.

À professora Rosângela Assunção, que tanto colaborou com essa pesquisa desde a fase de elaboração do projeto. A você querida, minha sincera gratidão por ter acreditado e participado de forma tão solícita dessa construção.

Especialmente a Arcanja Pedrina de Jesus, Benezete Manoel de França, Francisco Juliano, Inácio José dos Santos e Maria de Jesus Santos, pelos valiosos depoimentos concedidos, sem os quais este trabalho não seria possível.

Às professoras Márcia Santana e Aldaires Lages, pela força, torcida, incentivo e afeto ao longo do trajeto da pesquisa.

Aos professores Solimar Oliveira Lima, Denilson Botelho de Deus e Frederico de Castro Neves, pelas contribuições trazidas ao trabalho no exame de qualificação e na defesa.

À professora Francisca Oliveira, pela dedicação nas aulas de inglês, que me possibilitaram a aprovação no exame de proficiência.

Aos meus amig@s de sala de aula, com quem vivenciei grandes alegrias ao longo da Pós-Graduação.

Aos meus queridos amig@s Adonyara Azevedo, Adriana Sousa, Angeline Carvalho, Alfredo Werney, Anna Caroline, Aritana Dutra, Cícero Damásio, Daniel Solon, Douglas Bezerra, Égil Sá, Egmar Oliveira, Elcio Francisco, Eliane Silva, Francisco Petrônio, Geraldo Carvalho, Gervasio Santos, Hallyson Ferreira, Iara Farias, Jackson Andrade, Jonas Moraes, Laís Ulisses, Letícia Borboleta, Lorena Vidal, Lina Santana, Mac Dowell, Maria Aires, Madalena Nunes, Maurício Moreira, Marcílio Ulisses, Marcos Fernandes, Marconis Fernandes, Ocione Santos, Patrícia Andrade, Patrícia Lima, Penha Feitosa, Ramsés Pinheiro, Romildo Araújo, Sanderson Bastos, Silvana Ferreira, Solimar Silva, Thiago Araujo, e Wesley Maracanã, pelo incentivo e conversas partilhadas ao longo da trajetória do Mestrado.

RESUMO

A presente pesquisa é um esforço de reflexão sobre a trajetória camponesa na formação do Assentamento Marrecas, um espaço de vivência e convivência social que resultou da primeira ocupação de terras coordenada pelo MST no Piauí, efetivada em 10 de junho de 1989. O referido Assentamento está localizado no município de São João do Piauí, a 493 km da capital Teresina. A pesquisa tem como recorte temporal o período entre 1985 e 1995, caracterizado pelo processo de mobilização das famílias camponesas para a ocupação da terra, passando pela vida no acampamento até as primeiras vivências no espaço do assentamento. No campo teórico, elegemos como referência a categoria de análise experiência, nos termos formulados pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. A partir da dialética entre ser social e consciência social, esta categoria nos forneceu elementos para a compreensão do envolvimento dos sujeitos da pesquisa com a luta coletiva pela terra. A metodologia privilegiada na pesquisa foi a da história oral. Nesse sentido, apoiamos nossa reflexão na proposta do pesquisador italiano Alessandro Portelli, para o qual o uso das fontes orais pressupõe o entrelaçamento do interesse do historiador com o do narrador. No que tange à questão da relação entre história e memória, tomamos como referência as ideias do sociólogo francês Maurice Halbwachs, que concebe a memória enquanto processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo ou comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória camponesa. Ocupação. Assentamento.

ABSTRACT

The present work is a result of an effortful reflection upon the peasant society's path in the Settlement of the Marrecas, a place filled with experience and social environment which resulted from the first squatting headed by The Landless Workers' Movement in Piauí that effectively happened on June 10th, 1989. That Settlement is located in the town of São João do Piauí, 493 kilometers from the capital, Teresina. The research historic period was within 1985 and 1995, this period was characterized by the mobilization process of the peasant families towards the squatting, from living in the camping up to the first experiences in the squatting area. Theoretically, the reference chosen to data analysis was grounded on terms of experience, according to Edward Palmer Thompson. Based on the dialectical relation with social being and social consciousness. That provided elements to understand the involvement of the research subjects with the collective fight for land. The methodology used in the research was oral history. Thus, our reflection was grounded on Alessandro Portelli's proposition which states that the use of oral sources connects both the historian and the narrator's interest. Regarding the relationship between history and memory, the ideas of Maurice Halbwachs were used as theoretical reference. Halbwachs stresses that memory is conceived of as a social process which reconstructs the past that was lived as well experienced by a certain group or community.

KEY-WORDS: Peasant path. Squatting. Settlement.

LISTA DE SIGLAS

ACO – Ação Católica Operária

CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ETFPI – Escola Técnica Federal do Piauí

FAMCC/PI – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PJ – Pastoral da Juventude

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

SAAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR – União Democrática Ruralista

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Piauí com indicação da distância entre São João do Piauí e Teresina 15

Figura 2 - Plenária do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, 1984..... 39

Figura 3 - Mapa dos Territórios da Macrorregião do Semiárido Piauiense 47

Figura 4 - As 14 casas da área de ocupação em completo abandono 54

Figura 5 - Localidade Capim Grosso, onde foi erguido o acampamento logo após a entrada das famílias camponesas na terra 55

Figura 6 - O acampamento das famílias camponesas com 54 barracos em situação precária..... 62

Figura 7 - O plantio da época de verão pronto e à espera da colheita 63

Figura 8 - As famílias camponesas acampadas na sede do INCRA 65

Figura 9 - Telegrama da CPT reivindicando a desapropriação da Fazenda Marrecas 67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO I
PUXANDO O FIO DA HISTÓRIA: PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST **26**

1.1 Terra é mais do que terra: um olhar sobre valores preconizados pelo MST 42
1.2 Rompendo as cercas do latifúndio: a ocupação da Fazenda Marrecas e a formação do MST no Piauí 46
1.3 Da ocupação ao assentamento: a vida no acampamento e a organização da luta para a conquista da terra 60

CAPÍTULO II
TECENDO HISTÓRIAS DE VIDA: EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA DO ASSENTAMENTO MARRECAS **69**

2.1 A história de Benezete Manoel de França 76
2.2 A história de Arcanja Pedrina de Jesus 91
2.3 A história de Inácio José dos Santos 98
2.4 A história de Maria de Jesus Santos 103

CAPÍTULO III
OS ASSENTADOS E O MST: A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO "CAMPONÊS SEM TERRA" **111**

3.1 A luta transforma a vida: a experiência da ocupação como fonte de aprendizados 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS 150

REFERÊNCIAS E FONTES 155

ANEXOS 161

ANEXO A - Roteiro de entrevista com assentados do Assentamento Marrecas 162

INTRODUÇÃO

Esta cova em que estás, com palmos medida,
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho, nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida

Morte e Vida Severina[1]

O fragmento do poema acima é dirigido a um lavrador em seu próprio funeral. Tal poema apresenta a imagem de um homem pobre, nordestino, que durante sua vida foi obrigado a trabalhar em terras alheias para garantir sua sobrevivência. Dentre outras coisas, é dito a esse lavrador que a mesma terra que ele queria ver dividida é aquela em que foi enterrado. O texto evidencia a situação de homens e mulheres explorados de forma indiscriminada por não possuírem os próprios meios a sua subsistência. É uma crítica ao problema da concentração fundiária e denúncia das condições precárias a que está submetida grande parte da população brasileira alijada de possuir um bem que todos deveriam ter acesso: *a terra*.

A luta pela terra no Brasil é secular. Desde a chegada dos colonizadores portugueses começaram os conflitos em torno da posse da terra. A grande propriedade se constituiu como a base da estrutura fundiária no período colonial, por meio do regime de sesmarias. Nesse contexto, as terras eram doadas pela Coroa portuguesa a particulares e destinadas à plantação de gêneros voltados para o mercado externo.

> [...] o caráter geral da colonização brasileira, já se verificou que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constituiu. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial.[2]

[1] MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 30.
[2] PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 41.

Em 1850, quando surgem dificuldades para se manter o trabalho escravo, foi criada a Lei de Terras, que legalizou o processo de concentração fundiária. Esta Lei pôs fim à posse da terra como meio de reconhecimento de propriedade, estabelecendo que o acesso à terra só seria possível por meio da compra.

> De fato, desde que a Lei de Terras de 1850 instituiu a forma jurídica de apropriação privada da terra e delimitou o acesso a ela pelo poder de compra, o latifúndio tomou conta do território nacional, concentrando o domínio das terras nas mãos de poucos e despojando os que não pertencem à elite terratenente da posse da terra.[3]

Na história brasileira podemos identificar vários movimentos que foram fundamentais na luta camponesa pelo acesso à terra: *a Confederação dos Tamoios, os Quilombos, as Revoltas de Canudos e do Contestado, Trombas e Formoso,* e *as Ligas Camponesas*, das quais o MST se reivindica herdeiro. Assim, as ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são ações de resistência em contraposição às grandes concentrações fundiárias. São formas de continuidade da luta histórica pelo direito à terra, ao trabalho e à sobrevivência.

As primeiras mobilizações para a formação do MST ocorreram entre os anos de 1979 e 1984 e foram estimuladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja atuação foi decisiva para a reorganização das lutas camponesas. Criada em 1975, durante um encontro de bispos e agentes de pastoral realizado em Goiânia, a CPT atuou inicialmente no apoio aos posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste do país, estendendo gradativamente suas atividades para todo o território brasileiro. Além de denunciar as injustiças sociais que ocorriam no campo, a CPT assumiu o papel de mediadora, no sentido de organizar os camponeses na luta pelo acesso à terra.

O surgimento da CPT está relacionado ao processo de revisão que a Igreja Católica vinha fazendo desde o Concílio Vaticano II, em 1964, e às novas diretrizes pastorais definidas na Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, que proclamou a chamada opção da Igreja pelos pobres. Esses dois acontecimentos marcaram uma nova etapa na caminhada da Igreja na América Latina, despertando uma nova consciência eclesial, voltada para uma atuação que tinha como foco não apenas os princípios da fé, mas, sobretudo a reflexão e o agir sobre a realidade sociocultural do continente.

---

[3] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p.77-78.

Formalmente, o MST foi criado em janeiro de 1984, quando da realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Já em 1985, em meio ao clima da campanha "Diretas Já", o MST realizou o seu 1º Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: "Ocupação é a única solução". Nesse Congresso foram definidas sua estrutura organizativa e a periodicidade dos congressos e encontros. Além disso, foi eleita a primeira coordenação nacional do movimento. Após o 1º Congresso o MST começou a realizar ocupações massivas, aos poucos foi crescendo e se consolidou como o principal movimento de luta pela terra do país.

O presente trabalho analisa a trajetória camponesa na formação do Assentamento Marrecas, um espaço de vivência e convivência social que resultou da primeira ocupação de terras coordenada pelo MST no Piauí, efetivada em 10 de junho de 1989. O referido Assentamento está localizado no município de São João do Piauí, a 493 km da capital Teresina.

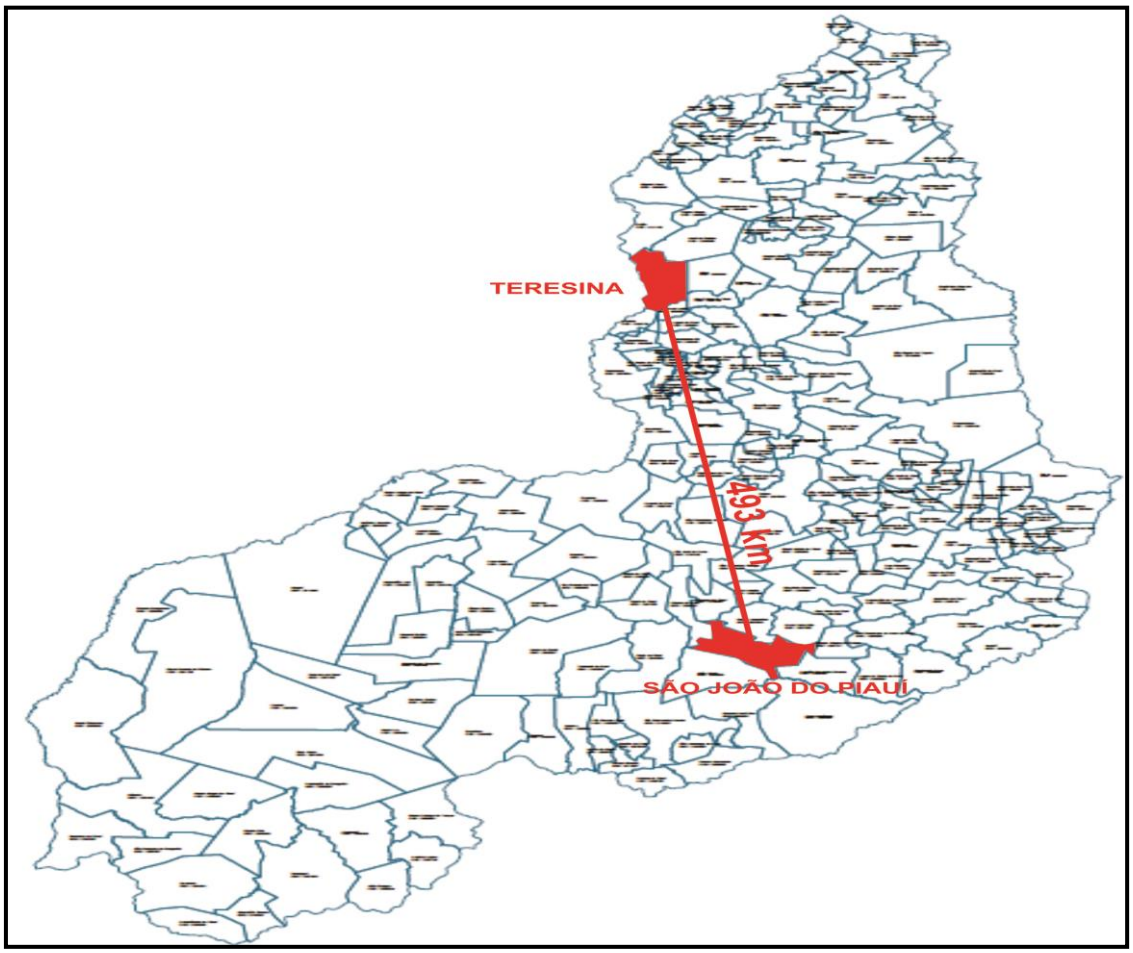


Figura 1: Mapa do Piauí com indicação da distância entre São João do Piauí e Teresina.
FONTE: Adaptado do IBGE, 2010.

O recorte temporal dado ao trabalho compreende o período entre 1985 e 1995, sendo caracterizado por três momentos intimamente relacionados: *o processo de mobilização das famílias camponesas para a ocupação da terra*; *o período do acampamento, entendido como momento em que as famílias socializam experiências e organizam a luta para a conquista da terra ocupada; e as primeiras vivências na área do Assentamento*.

O interesse por essa temática foi motivado pela trajetória de militância deste pesquisador em movimentos sociais. Neste tocante, adquirem relevância duas experiências que marcaram e tiveram significativa importância em minha vida: o engajamento em grupos de jovens vinculados a Pastoral da Juventude (PJ), que fez emergir certa politização, e a militância no movimento estudantil secundarista, por meio da qual se estabeleceu minha relação com o MST. É sobre essas experiências com as quais me envolvi que passo a narrar.

Por influência familiar, minha trajetória esteve marcada, no período da infância e adolescência, por uma educação acentuadamente política. Meu pai e minha mãe faziam parte da antiga Ação Católica Operária (ACO) e do movimento dos professores da rede pública estadual do Piauí. Além dessas duas frentes de luta, meu pai também atuava no movimento popular de luta pela moradia, como dirigente da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC/PI). Havia ainda uma quarta frente de atuação: a militância no Partido dos Trabalhadores (PT), com o qual viria a romper após uma longa caminhada, por discordâncias políticas e ideológicas.

No dia a dia, era comum eu e meus irmãos acompanharmos reuniões, encontros de formação e outras atividades de cunho político. Aprendemos desde muito cedo sobre a importância da participação política e do que esta representa como possibilidade de transformar a realidade vivida. Foi neste ambiente de efervescência política que absorvi grande parte dos valores que contribuíram para moldar minha visão de mundo e me iniciar na militância junto aos movimentos sociais.

Assim, iniciei minha militância aos 14 anos, atuando simultaneamente em grupos de jovens vinculados à PJ e no movimento estudantil secundarista. Na militância pastoral vivenciei momentos de intenso engajamento social e político, através do desenvolvimento de várias ações: participando da preparação de assembleias, coordenando reuniões, organizando encontros e semanas culturais. Nesse contexto, refletir sobre a vida social a partir das suas contradições, mas também a partir das suas potencialidades de transformação foi um importante aprendizado adquirido. Aliás, esta é

uma das principais características do processo de formação desenvolvido pela PJ: buscar despertar no jovem sua capacidade de encontrar respostas criativas para os dilemas que se colocam no cotidiano da vida social.

O grupo de jovens configura-se como a experiência e o espaço central da proposta pedagógica da PJ. Essa opção se deve ao fato de que a vivência em grupo facilita a criação de laços de solidariedade, possibilitando a partilha de valores, visões e pontos de vista. Dessa forma, contribui para o enfrentamento dos desafios da vida, a partir da reflexão coletiva sobre os fatos concretos da vida cotidiana. O grupo é também o espaço que possibilita ao jovem aprender a lidar com o conflito e a conviver com quem pensa diferente, a reconhecer as diversidades e os limites de cada um. Permite experimentar ao mesmo tempo os sentimentos de igualdade e diferença.

Desta forma, a vivência na PJ propicia aos jovens uma formação que abrange a dimensão pessoal e social. A partir da constituição dos chamados grupos de base, a PJ oportuniza aos jovens o diálogo e a participação, abrindo caminho para um processo de descobertas. Descobertas que possibilitam aos seus participantes reconhecerem-se como sujeitos ativos, isto é, como protagonistas da sua própria história. Descobertas que podem levar à percepção de que as mudanças no coração não são suficientes para transformar a sociedade, sendo necessário mudar as estruturas políticas, econômicas e culturais.

Nesse sentido, a experiência de militância na PJ foi fundamental em minha trajetória de vida, principalmente no que tange ao aspecto político-social. Foi essa experiência que me fez compreender a importância de uma participação política efetiva na sociedade, a partir do engajamento em movimentos sociais. Para além da dimensão comunitária, percebi que o acesso a direitos, como comida, moradia, terra e trabalho, só se efetiva através da organização política.

Na militância estudantil, participei da construção de importantes lutas sociais, tais como manifestações, passeatas e atos de protesto contra a política de privatizações dos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, além de campanhas em defesa da educação pública do país, especialmente na área do ensino técnico, que, à época, estava sendo alvo de ações que visavam a sua precarização.

Minha primeira experiência como dirigente de grêmio estudantil ocorreu na Escola Municipal Eurípides de Aguiar, instituição pública tida como referência na rede de ensino de Teresina. Ali comecei a aprofundar o exercício da luta coletiva por direitos, atuando na defesa de uma gestão democrática do processo escolar, como forma

de desconstruir relações hierárquicas de poder. Essa experiência, além de contribuir para desenvolver um certo senso crítico e participativo, favoreceu também um aprendizado sobre a importância de se fazer a luta por convicção, de assumir com otimismo e disciplina as tarefas do movimento.

A segunda experiência de representação estudantil ocorreu na antiga Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI). Nessa instituição, ao lado de valiosos companheiros de militância, atuei na luta contra o Decreto nº 2.208, instituído pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 17 de abril de 1997. O Decreto previa a desvinculação do ensino técnico do ensino médio, o corte de verbas e a criação de fundações para arrecadação e gerenciamento dos recursos para a educação profissionalizante. Além disso, determinava que só haveria expansão do sistema com a participação da iniciativa privada. Os estudantes não aceitaram passivamente essa imposição e através de suas entidades organizaram uma ampla campanha nacional em defesa do ensino técnico.

Esse foi um momento em que vivenciei intensamente a militância política. A direção do Grêmio da ETFPI, da qual eu fazia parte, abraçou integralmente a campanha e passou a articular debates, seminários e manifestações de protesto contra o Decreto da desvinculação. Como parte desse processo de luta, tive a oportunidade de representar o Grêmio em duas plenárias regionais, uma em Pernambuco, com dirigentes sindicais de Escolas Técnicas do Nordeste, e outra no Rio Grande do Norte, com dirigentes de entidades estudantis. Nesse mesmo período, os estudantes das universidades federais lutavam contra a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 370, que propunha a cobrança de mensalidades nas instituições federais de ensino superior. Nesse sentido, o Grêmio da ETFPI propôs ao Diretório Central dos Estudantes da UFPI a organização de uma campanha unificada contra os dois projetos de reforma educacional. A sugestão foi aceita e as duas entidades conformaram um calendário de lutas. O ponto alto dessa construção política foi a manifestação denominada de *Dia Nacional de Luta dos Estudantes*, ocorrida em 21 de maio de 1997. Neste dia, cerca de quatro mil estudantes, entre secundaristas e universitários, ocuparam as ruas de Teresina para protestar contra as reformas educacionais do governo Fernando Henrique.

Foi nesse contexto de mobilização que passei a conhecer o MST. Os primeiros contatos ocorreram por meio de atividades de apoio realizadas pelo movimento estudantil da ETFPI e da UFPI. Naquele contexto sociopolítico, o MST se evidenciava como o movimento social de maior destaque no plano da ação política organizada, colocando a questão agrária no centro do debate político nacional. Desse modo, as

grandes cidades brasileiras tornaram-se palco privilegiado para a efetivação de resultados políticos almejados pelo movimento. Inúmeras ocupações de terras e prédios públicos foram realizadas, gerando um fato político que levou a um processo de criminalização das ações do MST. Deflagrou-se uma forte repressão a este movimento, que não se limitava às ações da força policial, mas também se fazia sentir na intervenção do Poder Judiciário, que atuava como uma nova cerca para impedir as ocupações de terra. Assim, estabeleceu-se uma espécie de judiciarização da luta pela terra, que resultou em várias prisões e mortes de camponeses sem-terra.

Foi participando das atividades de apoio ao MST, articuladas pelo movimento estudantil, que comecei a estreitar o diálogo com alguns membros da direção estadual do movimento. Recordo-me de três militantes com os quais convivi mais diretamente: *Adir*, *Claudiomir* e *Francisco*. Com eles construí uma relação amistosa, que me possibilitou conhecer um pouco sobre a trajetória de formação do MST no Piauí. Passei a frequentar e a participar de algumas reuniões na própria sede do movimento. Aos poucos o diálogo foi se solidificando até que veio o convite para que eu participasse do *I Curso Realidade Brasileira para Jovens de Meio Rural*, realizado em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em julho de 1999. Aceitei o convite e viajei para Campinas com a delegação do Piauí.

Ao longo da viagem, que durou três dias, conversei com jovens de diferentes municípios do Piauí, que viviam em acampamentos e assentamentos organizados pelo MST. A maioria com idade entre 15 e 25 anos e com histórico de trabalho na roça ou em atividades relacionadas à agricultura. Sentados em poltronas ou no chão do ônibus, eles comentavam sobre seus desejos, necessidades, sonhos e projetos de vida. Suas falas combinavam questões amplas como "morar num país com igualdade social" com questões mais pessoais do tipo "construir uma família". Falavam também sobre a expectativa de continuarem seus estudos e terem uma profissão definida. Diziam acreditar na reforma agrária como possibilidade de modificar suas vidas, de transformar as condições sociais que vivenciavam.

A realização desse Curso representou um marco na história do MST, pois pela primeira vez o jovem aparecia num evento nacional do movimento como sujeito específico. Durante dez dias, cerca de mil jovens de várias regiões do país, estiveram reunidos num Ginásio Poliesportivo, participando de palestras durante o dia e eventos culturais à noite. Organizados em grupos denominados brigadas, com cerca de 10 pessoas oriundas do mesmo Estado, eles compartilharam experiências individuais e

coletivas vivenciadas nas relações dos acampamentos e assentamentos de onde vieram. No decorrer do Curso, intelectuais de universidades, da Igreja Católica, vinculados a partidos de esquerda e movimentos sociais, alternaram-se em turnos de quatro horas, manhã ou tarde, apresentando temas diversos, suscitando reflexões sobre aspectos conjunturais e socioculturais do país e respondendo às questões formuladas pelos jovens.

A vinculação dos jovens com o MST foi bastante variada. Não necessariamente os participantes já tinham uma militância consolidada no movimento. Alguns eram apenas simpatizantes ou convidados, que desejavam conhecer mais de perto a atuação do MST. Por outro lado, o espaço do Curso foi profundamente marcado por rituais. Todos os dias, no início e no encerramento dos trabalhos na plenária, era apresentada uma mística preparada por representantes do MST de cada região do país. O conteúdo repassado estava sempre relacionado com a luta pela terra e com o tema geral do Curso. As camisas, bonés e bandeiras do movimento, assim como os instrumentos de trabalho do camponês, eram os referenciais mais utilizados. Outro aspecto que me chamou bastante atenção diz respeito aos mecanismos adotados pelo MST para se comunicar com os jovens. Neste sentido, merece destaque um mural informativo instalado na entrada principal do local do evento, através do qual o movimento respondia diariamente às críticas da mídia.

Assim, o Curso Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, constituiu-se como espaço de socialização de experiências, destinado à formação político-ideológica dos jovens que viviam em acampamentos e assentamentos, mas também daqueles que apenas simpatizavam ou mantinham outro tipo de relação com o MST. No meu caso, o Curso serviu para alargar o conhecimento sobre a história e o caráter político do movimento, potencializando meu interesse de pesquisar sua trajetória no Piauí. Essa pretensão começaria a se concretizar com meu ingresso na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), para cursar Licenciatura Plena em História. Ali produzi um trabalho de pesquisa inicial que posteriormente se transformaria nesta dissertação de mestrado.

Entendo que falar de si não é uma tarefa fácil, pois implica uma atitude de seletividade, elemento constitutivo do processo de recordação e narração. Sendo assim, creio que estas breves informações, dentre várias outras que se apresentam à consciência, possam situar o leitor frente àquilo que considero ser mais relevante em minha trajetória e que de alguma forma produz reflexos nesta pesquisa.

Quais as motivações para o envolvimento das famílias camponesas na experiência da ocupação? Como iniciaram as articulações para essa ação? Como se relacionaram com o MST? Quais os significados atribuídos às situações de conflito que vivenciaram? Quais as expectativas e desafios vividos no processo de luta pela terra? Estas são algumas perguntas que nortearam a construção da presente pesquisa.

No que concerne à teoria, elegemos como referência a categoria de análise experiência, nos termos formulados pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. Optamos pelo uso desta categoria por considerar que a mesma articula uma mediação entre o ser social e a consciência social, permitindo perceber a ação humana nos processos históricos. Ação de homens e mulheres que vivem, sentem, refletem e agem sobre determinada condição social. Trata-se da experiência vivida, isto é, da resposta dos sujeitos aos processos históricos em que se encontram inseridos e nos quais se articulam múltiplas situações. No dizer do próprio Thompson, a experiência "compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento".[4]

Por sua história de militância e pelos inúmeros debates que travou dentro e fora do Partido Comunista Inglês, Thompson acabou por produzir uma obra de grande porte, transformando-se numa das maiores expressões da historiografia do século XX. Sua produção concentra-se, sobretudo, na busca do entendimento do processo de constituição da classe operária na Inglaterra ao longo do século XVIII e início do século XIX. Por meio da sua abordagem, podemos compreender que estudar a constituição da classe operária inglesa é estudar o processo de transformações pelos quais aquela sociedade estava passando. É entender como o capitalismo e a instituições que estavam sendo produzidas com o seu advento tiveram que se relacionar com as instituições, os costumes e as tradições já existentes.

No livro *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*, Thompson procura compreender os violentos conflitos que marcaram a emergência do capitalismo na Inglaterra, nos quais os motins são tomados como períodos de perturbação social, como reação dos pobres às crises econômicas. O historiador inglês tenta explicar estes fatos buscando o sentido cultural dos motins. Para isso, explora o conceito de economia moral, mostrando que quando um preceito consuetudinário era

[4] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria:* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 15.

desrespeitado, os pobres reagiam. Ou seja, interpretando o comportamento dos ingleses pobres no século XVIII, Thompson verificou que os motins eram organizados com base em referências morais da multidão, que tomavam como justas e legítimas tais práticas em situações de escassez.

Assim, Thompson articula experiência e cultura, compreendendo que ambas constituem um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana. Considera que homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como do sentimento. Portanto, a noção de experiência implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos, que em suas ações fazem continuamente no movimento da história. Por compreender a história como processo, valorizando a ação humana, Thompson se apresenta como o principal referencial teórico nesta investigação.

A metodologia privilegiada na pesquisa foi a da história oral. A ênfase a essa metodologia decorre de sua característica peculiar que consiste na valorização da subjetividade dos narradores, possibilitando a recuperação do vivido, segundo a concepção de quem o viveu. Deste modo, apoiamos nossa reflexão na proposta do pesquisador italiano Alessandro Portelli, para qual o uso das fontes orais, na sua forma dialógica e narrativa, pressupõe o entrelaçamento do interesse do historiador com o do narrador. O uso da história oral possibilita trazer à tona trajetórias individuais e sociais, eventos ou processos que de outra forma não poderiam ser evidenciados. Neste sentido, a versão dos sujeitos entrevistados apresenta-se como elemento importante nesta pesquisa, pois permite captar o sentido que estes atribuem às suas vivências.

Importa ressaltar que captar o sentido do que os sujeitos narram, constitui um desafio grandioso. O esforço de compreensão que empreendemos neste trabalho foi feito com a intenção de refletir sobre a trajetória de vida dos entrevistados a partir da combinação do individual com o social. Todavia, isto não significa que tenhamos alcançado este objetivo em sua totalidade. Até porque, no trabalho com as fontes orais, muitas dificuldades se apresentam ao pesquisador. Além das questões metodológicas, que se constituem num aprendizado contínuo (realizar a entrevista, transcrever, digitar, analisar e interpretar), é preciso, ainda, atentar para os limites presentes na relação entre pesquisador e pesquisado, que influenciam de maneira efetiva nos caminhos da pesquisa.

Meus primeiros contatos com o Assentamento Marrecas foram mediados pela coordenação estadual do MST. A seleção dos entrevistados não foi muito rigorosa. Entrevistei pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a experiência da ocupação, isto é, que vivenciaram de forma mais intensa o processo de mobilização. Fiz opção pelos contatos e entrevistas individuais, por considerar que essa postura poderia gerar uma maior intimidade e confiança em relação a este pesquisador. As entrevistas perpassaram questões que iam desde a história de vida dos assentados (suas trajetórias, condições de vida) até questões de cunho temático (impressões sobre a vida no acampamento e assentamento, sobre o MST, sobre a relação com a terra, aprendizados, dentre outras). Ambas trouxeram elementos importantes para a problematização da temática pesquisada.

Muitos pesquisadores questionam a validade da história oral, alegando que as entrevistas são carregadas por um excesso de subjetividade, que acabaria por afetar o rigor científico. No entanto, ao fazerem esta crítica, esquecem de enfatizar que os documentos são também carregados de intencionalidade, que a escrita também tem teor de discurso, podendo influenciar na seleção do que se deve ou vai lembrar. No nosso entendimento, a história oral tem contribuído para o estudo de questões diversas, tais como experiências de trabalho e de lutas sociais, modos de viver, morar, e de se sociabilizar, no campo e na cidade, formas de construção da memória e representação dos grupos sociais, dentre outras. Talvez os críticos da história oral não tenham percebido que, ao desprezar esta metodologia, perdem a oportunidade de captar silêncios, histórias ocultas, porém significativas.

No que tange à questão da relação entre história e memória, tomamos como referência as ideias do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Para este autor, a memória apoia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre a experiência humana de forma viva. Halbwachs sugere a impossibilidade de uma memória exclusivamente ou estritamente individual, uma vez que as lembranças dos indivíduos são construídas a partir de sua relação com um grupo. Sendo assim, a memória individual pode ser entendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas.

Para Halbwachs, lembrar não consiste em reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e ideias do presente, as experiências do passado. A memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado

grupo ou comunidade. A memória é, portanto, o passado se encontrando no presente. As recordações são coletivas, pois, segundo Halbwachs, nunca estamos sós. Partindo dessa análise, podemos dizer que a relação entre história e memória é de grande importância para a produção de fontes orais, visto que o processo memorialista se compõe pelas dimensões individuais e sociais. A narrativa tecida pelos indivíduos não está desvinculada de um contexto histórico-social específico. Desta forma, para entender a memória de um sujeito é preciso conhecer suas preocupações, seu cotidiano e suas referências, aspectos que estão ligados à sua integração social.

O conceito de memória coletiva assume papel relevante nesta pesquisa, posto que os sujeitos pesquisados viveram e continuam vivendo experiências num espaço social construído coletivamente: o Assentamento Marrecas. Neste sentido, entendemos não ser possível falar de memória neste estudo, sem levar em consideração o fazer conjunto, isto é, a construção coletiva. Ao narrarem suas próprias histórias, os assentados apresentam vários elementos e referências, que têm como ponto de apoio a memória coletiva. Suas lembranças do passado partem da experiência da ocupação, da vida sob o barraco de lona, das atividades que desenvolveram, da luta pela conquista da terra. Trata-se, portanto, de uma memória constituída no interior de um grupo.

Por outro lado, fizemos um levantamento bibliográfico sobre os estudos relacionados à questão agrária brasileira e ao MST, que contribuiu para delimitar questões centrais abordadas na pesquisa. Entre os autores pesquisados destacamos Medeiros (2003), Motta (1998), Motta e Esteves (2009), Prado Júnior (1998), Ianni (2004), Brandão (1995), Silva (2001), Morissawa (2001), Stedile e Fernandes (1999), Martins (2003), Gohn (2003), Caldart (2004). Dos materiais produzidos pelo MST foram analisados livros, cartilhas e cadernos de formação política, que forneceram informações sobre aspectos da organização, atuação e valores do movimento. Fizemos também um levantamento de informações junto aos seguintes jornais impressos: *O Dia*, *Diário do Povo*, *Jornal da Manhã* e *O Piauí*. Estas fontes hemerográficas ajudaram na contextualização e problematização da temática pesquisada.

Para dar conta da proposta desta pesquisa, organizamos o conjunto das reflexões da seguinte forma:

O primeiro capítulo está dividido em quatro momentos: primeiramente, fazemos uma abordagem sobre aspectos da trajetória de formação e organização política do MST, a partir de uma reflexão sobre o processo de apropriação das terras brasileiras e da experiência organizativa das Ligas Camponesas. Em seguida, contextualizamos a

experiência de ocupação da Fazenda Marrecas e a formação do MST no Piauí; Na sequência, analisamos alguns valores que constituem o MST enquanto movimento social. Por último, discorremos sobre a vida no acampamento e a organização da luta para a conquista da terra.

No segundo capítulo, analisamos, com base nas narrativas produzidas a partir de entrevistas, as trajetórias individuais e sociais de homens e mulheres que protagonizaram a formação do Assentamento Marrecas, estabelecendo conexões entre suas experiências de vida e o envolvimento com a luta coletiva pela terra. Nesse sentido, procuramos destacar a vivência e os significados atribuídos às diversas situações com as quais se depararam no processo de luta. Seus valores, atitudes, desejos e expectativas, tecidos na luta pela terra.

No terceiro capítulo, analisamos os principais aspectos da concepção de formação política desenvolvida pelo MST, sua relação com o desenvolvimento de um projeto político e os meios para forjar a identidade do camponês sem-terra com os valores e objetivos do movimento. Ao mesmo tempo, suscitamos uma discussão sobre os aprendizados produzidos pela experiência da ocupação, buscando identificar transformações ocorridas na vida dos camponeses relacionadas com a expressão das formas de resistência e pressão no espaço do acampamento e com os avanços e desafios de permanência na terra.

A pesquisa é completada com as considerações finais, onde evidenciamos algumas impressões sobre as questões levantadas nos três capítulos da Dissertação e o que representou para este pesquisador exercitar um fazer historiográfico que valoriza a história como processo, que compreende a experiência humana como mediação necessária entre o ser social e a consciência social. No dizer de Thompson, uma *história vista de baixo*, na qual a vida das pessoas comuns é o lugar estratégico do qual se narra a história.

Dessa maneira, pretendi responder ao objetivo desta pesquisa que é analisar a trajetória camponesa na formação do Assentamento Marrrecas, a partir da percepção de homens e mulheres que o projetaram. Esta é a contribuição que espero ter dado para o entendimento dessa rica e valorosa experiência histórica. Agradeço aos assentados que conheci e cooperaram com a pesquisa, ao meu orientador, à minha família, especialmente ao meu pai, minha mãe e minha companheira e aos amigos, pelo apoio que me deram.

PUXANDO O FIO DA HISTÓRIA: PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST

Entidade, com apoio
da Igreja, organiza
invasão de terras
ociosas no Piauí[5]

Em fevereiro de 1950, sob a direção do empresário e jornalista Raimundo Leão Monteiro, era fundado o jornal *O DIA*, um dos mais tradicionais da capital teresinense. Em seus primeiros anos, com oito páginas, circulava às quintas-feiras e aos domingos e tratava, essencialmente de fatos políticos. Em 1962, não suportando os custos com a confecção do jornal, Raimundo Leão decide negociá-lo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pelo então governador do Piauí Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Sob o comando deste governador, *O DIA* passa a ter três edições por semana, servindo de instrumento para propagar os ideais do PTB. No final de 1963, *O DIA* fora adquirido pelo Coronel do Exército Octávio Miranda, que o faz circular diariamente, a partir de 1º de fevereiro de 1964. Neste mesmo ano, por ocasião do golpe civil-militar, a imprensa passa a sofrer censura, mas *O DIA* não é afetado. Com a patente de Coronel, Octávio Miranda dava um jeito de driblar a "segurança".[6]

Com a notícia em destaque, o jornal *O DIA* anunciava a primeira ocupação coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Piauí. O local escolhido foi a Fazenda Marrecas, uma área improdutiva de 10.506,6 hectares, situada no município de São João do Piauí. Articulada com o apoio de setores católicos e sindicais vinculados à luta pela terra, essa ocupação culminou com a emergência de um espaço de vivência e convivência social denominado *Assentamento Marrecas.*

Ao organizar uma ocupação, o MST planeja suas táticas, reúne pessoas e promove discussões sobre a luta pela terra. A metodologia construída para a organização dos acampamentos e assentamentos se materializa na formação de grupos de famílias, equipes e coordenações, e visa a criar condições para o processo de identificação das famílias camponesas com os princípios organizativos do movimento.

[5] Jornal O Dia. Teresina, 15 de junho de 1989, p. 5.
[6] Ver edição especial comemorativa aos 60 anos do jornal O DIA, publicada em 1º de fevereiro de 2010.

No processo de constituição do Assentamento Marrecas, o MST assumiu o papel de direção política, mediando o diálogo com as famílias camponesas sobre os objetivos da ocupação e as regras que deveriam ser observadas para assegurar a conquista da terra. Portanto, foram as normas apresentadas pelo MST que orientaram inicialmente as ações das famílias envolvidas na experiência da ocupação.

Compreendendo que a constituição do Assentamento Marrecas se relaciona com as ações coletivas que o geraram, consideramos fundamental proceder uma abordagem sobre alguns aspectos da trajetória de formação e organização política do MST, posto que essa abordagem poderá favorecer uma melhor compreensão do processo de mobilização das famílias para a ocupação e das relações sociais que se estabeleceram no período de transição para o assentamento. Acreditamos que desconsiderar a relação *movimento* e *assentamento* como parte de um todo que se relaciona mutuamente, implicaria na perda de elementos importantes para o desvendamento da problemática proposta.

Nossa abordagem tem como referência o conceito de experiência dado pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, que, ao tratar da formação da classe operária inglesa, forneceu elementos para a apreensão da realidade em seus aspectos objetivos e subjetivos, produzindo uma análise da realidade social que se dá tanto pela teoria quanto pela prática. Analisando o *fazer-se* da classe operária, Thompson observou o modo de vida característico dos trabalhadores, suas ideias e instituições, estabelecendo diálogo entre o ser social e a consciência social.

> Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, [...] não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.[7]

Para Thompson, classe e consciência de classe vão se formando juntas na experiência. Dentro desta lógica, a construção de uma identidade operária não deve ser entendida como consequência automática do processo de industrialização, mas também fruto de experiências dos trabalhadores ingleses anteriores a este processo. Sendo assim,

[7] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria:* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

a concepção de experiência apresentada por Thompson está associada a um processo histórico gerado na vida material e estruturado em termos de classe.

> Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como "classes industriosas" e, de outro, a Câmara não-reformada dos Comuns.[8]

Trata-se, portanto, de um conceito que valoriza a ação humana no processo de formação social; uma concepção que remete ao diálogo que os sujeitos (individual e coletivamente) estabelecem com os processos estruturados em que estão inseridos. É com base nesta perspectiva que pautamos nossa reflexão.

Conhecer a trajetória do MST constitui um desafio para os que se dedicam ao estudo das lutas sociais no campo brasileiro. Deste modo, creio ser importante, para entender sua formação como movimento social, recuar no tempo e se debruçar sobre as singularidades do processo de apropriação das terras brasileiras e da experiência organizativa das Ligas Camponesas, movimento do qual o MST se considera herdeiro e seguidor.

Para Medeiros, as disputas em torno do acesso à terra no Brasil remontam ao perfil do processo de colonização do território que "pode ser entendido como a progressiva incorporação ao domínio dos colonizadores portugueses, quer das terras inabitadas, quer das ocupadas por indígenas".[9] Nesta linha argumentativa, Brandão explica que a apropriação das terras brasileiras se fez pela instituição do regime sesmarial, que engendrou uma política de concessão de terras para alguns detentores de riqueza na Colônia, gerando as bases para a formação do latifúndio. "Foi a partir da sesmaria que se definiu a economia e o quadro sociopolítico da Colônia. A sesmaria foi ainda o instrumento jurídico que deu origem ao latifúndio, elemento que caracterizou a estrutura fundiária do Brasil Colonial".[10]

---

[8] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa***:** a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 304.

[9] MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil*: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 9.

[10] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite colonial piauiense*: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995, p. 48.

A partir de meados do século XIX, esse modelo baseado na exploração de grandes áreas territoriais, entrou em crise, vez que o tráfico de escravos passou a ser publicamente combatido no plano internacional. Em 1850 criou-se uma nova legislação, a chamada *Lei de Terras*, que objetivava regulamentar a situação jurídica em torno da propriedade da terra. Em análise sobre a legislação agrária no Brasil, Márcia Motta critica a historiografia que apresenta essa Lei como sendo unicamente o "cativeiro da terra". Na visão da historiadora, a Lei deve ser entendida como resultado dos conflitos por terras, onde as pessoas envolvidas buscavam consolidar ou alterar uma determinada situação de posse.

> a Lei de Terra de 1850 consagrou o cultivo como elemento legitimador da posse. Este processo constitui-se enquanto prática de ocupação da terra, remontando ao período de implantação do instituto jurídico do sistema sesmarial no Brasil, que foi sendo revalidado, a despeito dos problemas sociais gerados quanto ao direito de propriedade, pela Coroa por meio de alvarás, decretos, resoluções e cartas régias. Neste sentido, o costume da posse passou a ter aceitação jurídica para assegurar a ocupação da terra àquele que efetivamente a cultivava.[11]

O advento do regime republicano (1889) não acarretou alterações de fundo na estrutura agrária herdada do período colonial. O monopólio da propriedade da terra foi preservado e nossa economia continuou sendo organizada para atender às demandas do mercado externo. Nesse contexto, a elite agrária intensificou a agricultura exportadora, especialmente o setor cafeeiro, que, utilizando a mão de obra imigrante assalariada, liderou as exportações brasileiras durante toda a Primeira República, chegando a abastecer dois terços do consumo mundial.

> De todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais e melhores atividades do país. Encontrá-lo-emos agora na República atingindo o zênite da sua grandiosa trajetória, e colocando-se em nível que deixará definitivamente numa sombra medíocre todas as demais produções brasileiras. Mesmo em termos absolutos e mundiais, o café adquirirá posição de relevo. Ele se classificará, no século atual, entre os primeiros, se não o primeiro gênero primário do comércio internacional; e o Brasil, com sua quota de 70% da produção, gozará de primazia indisputada.[12]

[11] MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder*: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. APERJ, 1998.
[12] PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 225-226.

Somente na década de 1930, com o movimento político encabeçado pelas elites econômicas urbanas, as oligarquias rurais foram destituídas do poder político central e um novo modelo econômico, denominado de *industrialização dependente*[13], começou a ser implantado no país. Nesse cenário, o Estado assumiu a posição de agente impulsionador da economia, acelerando o processo industrial através da política de substituição de importações. Desde então, a economia brasileira deixa de ser exclusivamente agroexportadora, conforme assevera Octavio Ianni:

> Depois de séculos de economia primária exportadora, de exportação de produtos tropicais, o Brasil ingressa na industrialização substitutiva de importações. Depois de alguns surtos de industrialização reflexa, induzida pelas crises da economia primária exportadora, adotam-se políticas deliberadas, combinando recursos privados e públicos, nacionais e estrangeiros. Industrializam-se a cidade e o campo, as regiões e a nação. Todas as atividades produtivas passam a subordinar-se direta e indiretamente aos movimentos do capital nacional e estrangeiro.[14]

Mesmo sem dispor da hegemonia política, as oligarquias rurais continuaram concentrando a propriedade da terra. Enquanto recusavam promover mudanças na estrutura fundiária, as condições de vida no campo se agravavam em virtude das transformações que o desenvolvimento da industrialização provocava na estrutura socioeconômica do país. Vivendo apenas do que plantavam e criavam, os camponeses pobres não dispunham de recursos para adquirir os produtos que começavam a ser produzidos no país. Desse modo, tivemos a migração de enormes contingentes de camponeses para as cidades, que passaram a servir como mão de obra barata nas indústrias emergentes.

> A rigor, o operário e o camponês são submetidos a uma dupla exploração. Dupla no sentido próprio, de cem por cento mais. São expropriados de modo a garantir os interesses dos setores dominantes na sociedade brasileira. E expropriados de modo a garantir os interesses de setores estrangeiros com os quais aqueles se acham articulados.[15]

---

[13] Modelo econômico implantado no Brasil a partir de 1930, que impulsionou a industrialização sem romper com a dependência ao capital estrangeiro. Segundo Fernandes (2006, p. 243), a convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites.

[14] IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 109-110.

[15] Ibidem, p. 125.

No final dos anos 1950 e início da década de 1960, o debate sobre a questão fundiária ganha centralidade no cenário político nacional. Diversas posições são evidenciadas, buscando caracterizar a situação nacional e apontar os rumos que o país deveria seguir. Entre os vários diagnósticos, merece destaque aquele apresentado pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que viam na estrutura agrária concentradora uma barreira ao processo de industrialização do país. A este respeito, Silva comenta:

> Os argumentos principais, do ponto de vista daqueles que pregavam a necessidade da industrialização do país, diziam respeito à concentração da propriedade (e da posse) da terra nas mãos de uns poucos latifúndios, o que para eles representava: a) um "estrangulamento na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços (em linguagem econômica, era inelástica). Assim, na medida em que fosse aumentando a proporção da população brasileira nas cidades, tenderia a haver uma pressão nos preços dos alimentos, como consequente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização. b) a não ampliação do mercado interno para a indústria nascente. As fazendas eram quase que auto-suficientes, baseadas numa economia "natural": não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, confeccionando-os aí mesmo em bases artesanais.[16]

Em 1964, o primeiro presidente do regime civil-militar, Marechal Castelo Branco, decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, denominada Estatuto da Terra. Além dos aspectos ligados ao conceito de reforma agrária, esta Lei conferiu status jurídico a temas que eram discutidos à época, designando os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil.

> Por meio do Estatuto da Terra, alguns dos termos que haviam se politizado no debate dos anos 1960 ganharam *status* de categorias legais, com critérios relativamente precisos de definição em termos de tamanho de área, formas e grau de utilização da terra, natureza das relações de trabalho, etc. Essa categorização, incorporada na letra da Lei, cristalizou o estigma que pesava tanto sobre o latifúndio como sobre o minifúndio e estabeleceu como meta sua progressiva extinção, em nome de um padrão de racionalidade da exploração agrícola considerada como o ideal a ser atingido (a empresa rural).[17]

---

[16] SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 31-32.

[17] MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil*: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 24.

Apesar de sua aparente intenção em modificar a estrutura agrária do país, o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento eficaz para promover a modernização tecnológica das grandes propriedades e desarticular os conflitos por terra. Com o slogan "*terra sem homem para homem sem terra*", o Governo incentivou o deslocamento de famílias camponesas para a região amazônica, com o intuito de preparar territórios, até então inabitáveis, para serem ocupados por empresários das regiões sul e sudeste, com vistas à concretização de seus empreendimentos agropecuários. "Enviando para lá os camponeses das várias regiões do país que pediam terra e entravam em conflito contra os latifundiários, o Governo "matava dois coelhos": "ocupava" os espaços vazios e "resolvia" os conflitos".[18]

Quanto ao modelo agrário adotado no Brasil após o regime civil-militar, acreditamos que não trouxe alterações significativas em relação aos períodos anteriores. Assim como na Colônia, a terra ainda é considerada sinônimo de poder e seu uso continua baseado no latifúndio. Já em 1964, o Estatuto da Terra impôs o princípio da função social da terra a toda propriedade. Todavia, este princípio, também assumido pela Constituição de 1988[19] e pelo novo Código Civil[20], permanece como uma figura de retórica, sem qualquer aplicação no mundo jurídico real.

No tocante ao Estado do Piauí, a ocupação das terras teve início na segunda metade do século XVII e compõe o processo de interiorização da colonização portuguesa pelos sertões. A luta armada entre nativos, posseiros e sesmeiros é um elemento central da história colonial piauiense, cujas bases engendraram uma sociedade organizada a partir do latifúndio. Segundo Brandão, não há grande distância entre a fase de devassamento e início do povoamento da região.

> Estando a Coroa interessada na ocupação colonial da área, utilizou-se do sistema sesmarial, que na prática se constituiu na distribuição da terra a quem empreendesse a conquista. Aproveitando-se de tal medida os criadores expandiram o espaço pecuarista, conquistando novas áreas ainda não monopolizadas pelos grandes senhores. Se, por um lado, intensificou-se a conquista do território, por outro resultou na formação do latifúndio que viria a ser uma das principais características do Piauí.[21]

---

[18] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 100.
[19] CF art. V XXIII; art. 170 III; art. 184, 185 e 186.
[20] Art. 2035 parágrafo único.
[21] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí*: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999, p. 49.

Na visão de Machado, a estrutura fundiária piauiense resultou das disputas pela posse e uso fáticos das terras e águas superficiais na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Estas disputas teriam iniciado num período histórico anterior às primeiras concessões de sesmarias, produzindo o que o autor denominou de "o mais cruento extermínio de nações indígenas da América do Sul".

> As nações indígenas que habitavam os vales férteis dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense foram exterminadas pelos fazendeiros-exploradores, que promoveram a destruição das aldeias para viabilizar a instalação das fazendas-criatório de bois e cavalos.[22]

O mesmo autor afirma que os conflitos pela posse da terra no Piauí surgiram gradativamente e obedecem à seguinte cronologia:

> Na primeira fase (curso das primeiras décadas do século XVII), caracterizaram-se pelas lutas entre povos indígenas e possuidores-primitivos; na segunda fase (das últimas décadas do século XVII às primeiras do século XVIII), deram-se por embates entre povos indígenas, possuidores-primitivos e primeiros sesmeiros e, na terceira fase (das últimas décadas do século XVIII às primeiras do século XIX), marcaram-se pelos confrontos entre povos indígenas, descendentes dos possuidores-primitivos e descendentes dos primeiros sesmeiros. [...] A partir da sexta década do século XX, a ocorrência de conflitos agrários disseminou-se em todo o território piauiense em decorrência do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários ou grupos empresariais, que se apresentam, atualmente, como proprietários de imóveis rurais de origens legítimas.[23]

Se por um lado a história do Brasil é marcada pelo latifúndio, por outro é também marcada pela resistência[24], isto é, pela atuação de movimentos camponeses que em diferentes momentos se insurgiram contra o modelo de concentração fundiária sacramentado pelos regimes jurídicos que se formaram ao longo da história de nosso país. Já no período colonial ocorreram inúmeros conflitos envolvendo as populações

---

[22] MACHADO, Paulo. *As trilhas da morte:* extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina: Corisco, 2002, p. 15.
[23] Ibidem, p. 16-17.
[24] Usamos o termo *resistência* no sentido atribuído pelo historiador Edward Palmer Thompson, para o qual as necessidades materiais constituem um terreno de contradição, de luta entre valores e visões de vida alternativos.

nativas, os grandes proprietários de terras e os poderes do Estado. No século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram várias revoltas camponesas que buscavam construir uma nova ordem social, baseada em laços comunitários e com igualdade social.

Após 1950, verifica-se um período de ascensão dos movimentos camponeses, a princípio capitaneados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse contexto em que as lutas por terra adquiriram grande força política, entraram em cena as Ligas Camponesas, um expressivo movimento social que colocou o campesinato no cenário político nacional com o lema "*reforma agrária na lei ou na marra*". Motta e Esteves, discutindo o tema das Ligas, destacam um ponto em comum que une a totalidade dos estudos já realizados sobre estas organizações, mostrando que a experiência das Ligas motivou o surgimento de novos sujeitos da luta pela terra.

> a impossibilidade de reconstruir a conjuntura brasileira do pré-64, com todos os seus embates e projetos em disputa, em especial no que se refere às lutas em torno da reforma agrária, sem deixar de reconhecer um lugar de liderança política conquistado pelas Ligas Camponesas naquele momento. Poderíamos acrescentar ainda o papel atribuído às Ligas de precursora dos modernos movimentos sociais rurais brasileiros surgidos a partir da década de 1980, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não por acaso reivindica tal filiação. A consideração do MST como "herdeiro natural" das Ligas Camponesas é feita pelo próprio movimento por meio de entrevistas de suas lideranças.[25]

Ainda segundo Motta e Esteves, as Ligas Camponesas surgiram no início da década de 1950, no estado de Pernambuco, como expressão política de conflitos entre trabalhadores e proprietários de engenhos do Nordeste. O pano de fundo dos conflitos residia na cobrança abusiva do foro (aluguel que os trabalhadores pagavam ao proprietário pelo uso da terra).

> As Ligas Camponesas, como foram denominadas e seriam nacionalmente conhecidas, surgiram no ano de 1954, em Pernambuco, em razão do conflito ocorrido no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Galiléia era em princípios da

[25] MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa*: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 244.

> década de 1950 uma propriedade rural cuja exploração se dava pelo sistema de arrendamento, onde o valor do aluguel das parcelas de terra era em muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários. As tentativas para rediscutir o valor das rendas e evitar a expulsão de camponeses em débito fracassaram. A busca de melhoria de suas condições de vida levou um pequeno grupo de foreiros a formar uma associação – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). Como sociedade civil de cunho beneficente, a associação objetivava criar principalmente um fundo funerário para o pagamento do enterro de seus associados e fundar uma escola.[26]

Analisando a conjuntura de emergência das Ligas Camponesas, Rangel evidencia o debate político travado no interior da sociedade brasileira acerca das concepções sobre o modo de promover o desenvolvimento nacional, sobretudo no que tange aos desejos de mudança e busca de alternativas para a superação das desigualdades regionais.

> A conjunção dos temas "direitos sociais dos nordestinos pobres" e a "industrialização do Nordeste" explicita bem os termos do debate que mobilizava o Brasil naqueles anos de intensa fermentação política, quando a esperança no progresso era obliterada pela consciência do subdesenvolvimento e das dificuldades para superá-lo. Portanto, se aqueles foram anos marcados pelo entusiasmo, pela esperança, era sem dúvida uma esperança difícil, que enredou num debate acirrado sobre as causas do atraso e as condições de sua superação, os partidos políticos, o Estado e a sociedade civil, criando inúmeras possibilidades de confluências na construção das expectativas sobre o devir, mas gerando também disputas e conflitos que se tornaram cada vez mais irreconciliáveis. O diagnóstico do Brasil como país marcado pelo infortúnio da colonização era, para quase todos, polarizado pelas imagens de um Brasil feudal (ou semifeudal), atrasado, pobre, tradicional; e um outro industrial, moderno, potencialmente independente.[27]

No Piauí, a mobilização em torno das Ligas Camponesas se inicia em 1958 e ganha força em 1961, quando da realização de um Congresso de operários e camponeses, que reuniu numa ação conjunta trabalhistas, católicos e militantes da esquerda. Discorrendo sobre a organização da luta camponesa no Piauí, Medeiros assinala que:

---

[26] ibid. id.

[27] RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte; esperança de vida*: a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, p. 6.

> Assim, o 1º Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí, de maio de 1961, assinala, se não o momento inicial da mobilização camponesa no estado, pelo menos a novidade da presença de militantes de esquerda e a adesão do estado e da Igreja ao processo de mobilização. [...] Já em 1958, os sindicatos urbanos de Teresina haviam decidido realizar o I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Piauí, que, certamente, giraria em torno dos temas "trabalhistas" convencionais: estrutura sindical, legislação trabalhista e previdenciária, salário e custo de vida. Com a eleição de um governador petebista[28], a ideia foi retomada, contando-se agora com o apoio, inclusive financeiro, do governo estadual. Numa conjuntura em que o debate sobre a reforma agrária se intensificara e por proposição de militantes da esquerda, o congresso em preparação passou a denominar-se **I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí**. O governador enviou mensagem à Assembleia Legislativa, destinando verba CR$ 150.000,00 (sessenta salários mínimos na época) para a realização do congresso.[29]

Na reportagem *"Ligas Camponesas em Teresina – Reunião Domingo último no Povoado Ininga – Agentes do Governo Estadual os Fundadores das Ligas – Outros Fatos",* o *Jornal do Piauí*, órgão do PSD[30], narra em tom pejorativo uma reunião ocorrida na zona rural de Teresina, sugerindo que a criação de Ligas seria uma tática para organizar células do PCB na capital.

> O perigo está à vista. Os próceres vermelhos começam a trazer intranquilidades ao povo, quando funcionários autorizados do Estado vêm procurando intensificar na zona rural, a fundação de "ligas camponesas' rotuladas com o facho de "nacionalistas". Está sob medida do esquadrejamento das ligas pernambucanas, conforme o figurino do deputado Chico Julião, e visando os mesmos fins subversivos. Foi fundada domingo último (18.03), na fazenda Ininga, município desta capital, mais uma das chamadas "ligas nacionalistas" que entre nós está funcionando como célula do PCB, disfarçada em "associação pacífica de lavradores sem terra".[31]

No final de 1961, surgem também os primeiros sindicatos rurais no Piauí. Conforme Medeiros, "Até 1964, foram organizados e disputavam reconhecimento 45 sindicatos, em 29 municípios do Piauí. Aproximadamente a metade tinha

---

[28] Trata-se do advogado parnaibano Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, eleito governador do Piauí em 1958 pela oposição PTB-UDN.

[29] CASTELO BRANCO, Antonio José Medeiros. *Sindicalização Rural e mobilização camponesa na crise do populismo*. O caso do Piauí (1958-1964). Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1994, p. 207-208.

[30] Partido Social Democrático. Segundo Medeiros (1996, p. 60), congregava os coronéis municipais em torno das lideranças estaduais vinculadas ao período varguista do Estado Novo e tinha o mesmo perfil do partido a nível nacional.

[31] Jornal do Piauí. Teresina, 22 de março de 1962, p. 6.

funcionamento regular, participando da campanha pela reforma agrária e encaminhando lutas concretas".[32] Além da questão agrária, os sindicatos tiveram como motivação política a luta pelos direitos previdenciários.

> Ante a reação virulenta dos grandes proprietários, com despejos pelo simples fato dos agregados se sindicalizarem, começou a luta pelo próprio direito de associação e pela permanência na terra. Houve lutas específicas envolvendo o valor da diária, o preço e o peso do babaçu, gado nas roças, etc. Pela primeira vez, grandes proprietários foram chamados à justiça por "caboclos".[33]

Com o golpe civil-militar de 1964, a discussão sobre a questão agrária ganhou novos rumos, visto que as manifestações populares foram cerceadas, as organizações de trabalhadores perseguidas e o debate político censurado. Sufocadas pelos aparelhos da repressão, as Ligas Camponesas deixaram de existir como organização social. Todavia, a experiência protagonizada pelas Ligas não foi relegada ao esquecimento. Seu exemplo permaneceu vivo na memória dos camponeses e serviu de base para o surgimento de novas organizações políticas que colocaram a luta pela terra em evidência entre os anos de 1979 e 1984. É nesse período que se dá a gestação do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*.

A ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, é considerada a primeira iniciativa para a formação do MST. De acordo com Morissawa, esta área foi ocupada por cento e dez famílias de agricultores sem-terra, em setembro de 1979.

> A semente do MST foi plantada em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Muitas outras lutas, nesse estado e em todo o país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a **reforma agrária**. O espaço aberto para esse processo foi a **CPT**, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demoraria ainda muito tempo para surgir.[34]

---

[32] MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996, p. 115.
[33] ibid. id.
[34] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 123.

Na fala de Morissawa, percebe-se uma forte ênfase na atuação da CPT, organismo da Igreja Católica criado em 1975, com a finalidade de prestar um serviço pastoral junto aos pobres do campo. Discutindo a atuação da CPT para a formação do MST, Gohn explica que:

> Esta atuação se inscrevia nos marcos da revisão que a Igreja estava fazendo desde o Concílio Vaticano II, em 1964, e das linhas das novas pastorais definidas a partir de 1968 em Medellín, na Colômbia. Tratava-se de se voltar para uma atuação junto aos pobres. Na área rural esta nova pedagogia teve um desenvolvimento especial porque se adequava às dimensões simbólicas da religiosidade popular.[35]

A influência da tradição católica na formação do MST também é ressaltada na fala de João Pedro Stédile, uma das lideranças do movimento com projeção nacional. Referindo-se ao aspecto pastoral, ele destaca a importância da CPT no processo de conscientização e organização política dos camponeses em um só movimento:

> [...] A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. Há ainda mais um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Por que isso foi importante para o surgimento do MST? Porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos. A luta teria se fracionado em várias organizações. [...] A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional.[36]

O período de gestação do MST coincide com um momento singular da história do Brasil. O país vivia uma conjuntura de lutas pela abertura política, de mobilizações contra o regime ditatorial que se impôs à sociedade brasileira entre os anos de 1964 e

---

[35] GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2003, p. 142.

[36] STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 20-21.

1985. Como parte desse contexto, foi realizado entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, o *1º Encontro Nacional dos Sem Terra*, em Cascavel, no Estado do Paraná, considerado o marco formal de criação do movimento.

Figura 2: Plenária do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, 1984.
FONTE: Morissawa, Mitsue**.** *A história da luta pela terra e o MST***.** São Paulo, Expressão Popular, 2001, p. 138.

Durante o *1º Congresso Nacional do MST*, ocorrido em janeiro de 1985, os participantes decidiram sobre a bandeira de luta que daria a marca principal do movimento: *Ocupação é a única solução!* Essa forma de luta consiste na entrada organizada de trabalhadores sem-terra em latifúndios improdutivos, terras griladas ou áreas devolutas, como forma de pressionar os governos a implementar projetos de assentamento. Trata-se de uma ação coletiva imprescindível para o MST, pois, a partir de sua efetivação, os sem-terra conquistam a possibilidade de negociação para a desapropriação de áreas que não cumprem sua função social.

Outra forma de luta adotada pelo MST são os *acampamentos*, geralmente organizados dentro das fazendas ocupadas, em áreas próximas ou à beira de estradas. Sua formação representa uma etapa fundamental da luta pela terra operacionalizada pelo

movimento. "Neles, um novo processo de construção de sociabilidade se inicia. É o momento-chave da passagem para a condição de *ser sem-terra*, para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo".[37]

Por sua vez, o *assentamento* constitui um espaço de luta e de vivência e convivência social. Seu significado remete não apenas à fixação do camponês na terra, "envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária".[38] Para Fernandes, o assentamento expressa a territorialização da luta pela terra.

> Territorialização da luta pela terra é o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os sem-terra vão constituir uma nova comunidade. O assentamento é um território dos sem-terra. A luta pela terra leva à territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Cada assentamento é uma fração do território conquistada e a esse conjunto de conquistas chamamos territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isso que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra não existe territorialização. É o que acontece com a maior parte dos movimentos que lutam pela terra. A estes chamamos de movimentos isolados, porque começam a luta pela terra e param a luta na conquista da terra. Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial.[39]

Apesar da atuação destacada e reconhecida por vários estudiosos dos movimentos sociais, muitas críticas têm sido feitas às formas de organização e atuação políticas do MST. Alguns autores questionam o excessivo controle do movimento sobre sua base, argumentando pela inexistência de sujeitos autônomos. Para Navarro, o MST nasceu como um movimento social democrático, pouco hierarquizado e com participação da base nas decisões e ações. Posteriormente, transformou-se em uma organização com forte centralização na tomada de decisões, de modo que sua base deixou de ser mobilizada pela *"adesão consciente e voluntária"*. Neste sentido, o autor considera que o movimento não contribui para a efetiva emancipação dos pobres do campo, o que, em sua análise, significa:

---

[37] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p. 19.
[38] BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 8.
[39] STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 78.

> [...] às chances de as classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construírem, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesse e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários.[40]

Na mesma linha de raciocínio, Martins afirma que os camponeses não são os protagonistas políticos da luta pela terra, pois não possuem consciência política explícita, isto é, sua luta é *"imediata pelo instrumento de trabalho necessário à sobrevivência"*. Dessa forma, o sociólogo assinala que a luta pela terra não corresponderia aos anseios dos camponeses.

> A dimensão propriamente política da questão agrária está no discurso e nas ações do que se pode chamar de agentes de mediação das lutas camponesas. São os grupos propriamente políticos, inspirados por doutrinas e ideologias partidárias, que interpretam a luta pela terra como luta pela reforma agrária. E não primariamente os trabalhadores rurais. Isto é, como luta política e luta de classes por uma revisão radical da estrutura fundiária do país, não raro em nome do socialismo. No geral, esses grupos de mediação são grupos de classe média, intelectuais, agentes religiosos e agentes partidários, educadores, ainda que dentre eles muitos tenham origem próxima ou remota em famílias camponesas, especialmente do Sul. É o caso de muitos dirigentes do MST e de muitos agentes da CPT.[41]

Mesmo com essas ressalvas, os dois autores consideram que o MST desempenha importante papel como movimento social, pois ao organizar a luta dos camponeses pelo acesso à terra, contribui para que o tema da reforma agrária continue presente no cenário político brasileiro. Por outro lado, há um grande debate nas ciências sociais sobre a definição do que seja campesinato. Nesse sentido, o camponês aparece ora identificado como sem-terra, ora como trabalhador rural assalariado, ora como morador ou sitiante, ora como militante pela reforma agrária. Neste trabalho, a condição camponesa é entendida a partir de uma análise combinatória entre as formas de produzir, de ver o mundo e interpretá-lo.

---

[40] NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 196-197.

[41] MARTINS, J. Souza. *O sujeito oculto*: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 222-223.

1.1 Terra é mais do que terra: um olhar sobre valores preconizados pelo MST

No tocante aos valores, a proposta do MST está orientada para a busca de referenciais que estejam sintonizados com a trajetória histórica do movimento. Na convivência cotidiana, nos encontros e mobilizações, os camponeses vinculados ao MST são estimulados a vivenciar valores encarnados nessa trajetória. Como sugere Melo, "pretende-se partir de um conjunto de "valores" mais ou menos estabelecidos para a modificação das práticas sociais daqueles que compõem suas fileiras e, em última análise, de toda a sociedade".[42]

Sendo assim, a afirmação da identidade Sem Terra[43] tem como um de seus fundamentos o reconhecimento e a valorização dos esforços realizados por aqueles que outrora lutaram por justiça social. Essa dimensão "celebrativa" torna-se fundamental na constituição de uma identidade comum, pois alimenta um sentimento relativo às conquistas que ainda haverão de ser construídas mediante o processo de luta. É o que podemos visualizar no seguinte trecho:

> [...] não nos pertencemos individualmente. Somos a projeção histórica de nossos antepassados. Carregamos não apenas os traços físicos de nossos pais e avós. Mas também sonhos e esperanças que eles formularam e incutiram em cada consciência, pois sabiam que através de nós continuariam vivos. Eis porque se empenharam em moldar nossa conduta.[44]

Essa postura se manifesta em um conjunto de valores que compõem a cultura do MST e que devem ser observados por seus integrantes. A partir da experiência concreta da luta, vivenciada por meio das ocupações, dos acampamentos, das caminhadas e outras formas de atuação, os sem-terra vão constituindo-se como Sem Terra, isto é, vão adquirindo o sentimento de pertença e a identidade com os princípios da organização. Passamos a discorrer sobre alguns valores preconizados pelo MST, sem

---

[42] MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 130.

[43] Caldart (2000, p. 25) refere-se aos Sem Terra como os participantes do MST que recriaram sua identidade ao vincularem-se com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro.

[44] BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Caderno de Formação n. 26, MST, p. 9, 1998.

necessariamente seguir a hierarquia do movimento. O primeiro valor que destacamos é a solidariedade, entendida como:

> [...] um valor que o egoísmo capitalista aos poucos desestimulou. Não significa que nosso povo não tem valores morais e éticos. Os poderosos apenas os fizeram adormecer em nossa consciência. A classe dominante nos faz crer que tudo se pode comprar. Por isso o mercado ganha tanta expressão. Esta lógica embruteceu as pessoas e as transformou em objetos descartáveis, como as embalagens dos produtos do novo mercado.[45]

Na conduta proposta nota-se a preocupação de que solidariedade seja encarada não apenas como exercício de ajuda mútua entre as pessoas, mas, sobretudo, como capacidade de se opor à lógica capitalista de alienar o ser humano do convívio social. Neste sentido, ela deve ser incorporada como valor e como ação no cotidiano da organização e da vida de cada militante. No contexto do MST, a solidariedade é também visualizada sob uma perspectiva internacionalista, projetando-se nos interesses de classe dentro e fora do território brasileiro. A cooperação e a busca da fraternidade universal entre os povos tornam-se elementos constitutivos da luta empreendida pelo movimento.

O segundo valor é a beleza, vista como aspecto fundamental para garantir o bem-estar do ser humano. Para o MST, a beleza deve servir para plenificar gestos e razões como identidade de um povo, deve chamar atenção e tocar os sentimentos das pessoas.

> A beleza deve ser para nós, um valor fundamental, pois desde os primórdios ela é símbolo do bem-estar. Encontramos, inclusive na Bíblia, escrita há mais de dois mil anos, a simbologia do mérito que o ser humano tem. Após ter sido criado, Deus colocou o ser humano em um jardim. Esta é a imagem que os escravos nos deixaram e que devemos fixar. Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que deve chamar atenção. Ali deve ter árvores, flores, frutos, água limpa, casa bonitas e limpas, roças bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas.[46]

Percebemos que este valor está intimamente ligado a uma forma de organização social que inclui a preservação dos recursos naturais, de maneira a se ter um

[45] BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Caderno de Formação n. 26, MST, p. 12, 1998.
[46] Ibidem, p. 15.

desenvolvimento auto-sustentável. Nas áreas de assentamento, o MST incentiva a preservação da natureza através do plantio de árvores nativas, frutíferas e, em alguns casos, exóticas.

O terceiro valor diz respeito à preservação da vida nas suas variadas formas. Em sua política ambiental, o MST defende uma concepção de desenvolvimento que coloca o ser humano como centro da natureza e o principal elemento para sua preservação e uso. É o que informa o documento *Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida*, ao afirmar que "os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida".[47] Assim, nas áreas de assentamento, busca-se evitar práticas predatórias dos recursos naturais e utilizar técnicas de conservação. Em lugar dos agrotóxicos que atentam contra a vida humana e os bens da natureza, seriam desenvolvidos métodos alternativos de produção.

Combater as diversas formas de discriminação social e lutar pela construção de relações igualitárias entre homens e mulheres, bem como difundir valores humanistas e socialistas como norteadores de novas relações entre as pessoas, também constitui um valor fundamental para o MST. Essa postura aparece bem definida no caderno Princípios da Educação no MST, que explica:

> Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos.[48]

O mesmo documento sintetiza um conjunto de posturas e sentimentos que devem orientar a prática dos militantes do MST em seus posicionamentos frente aos processos de transformação social:

> O sentimento de indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana; o companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos; a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais;

[47] MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida. 2009, p. 10.
[48] Princípios da Educação no MST. São Paulo: MST, 1996, p. 16.

> a direção coletiva e a divisão de tarefas; o planejamento; o respeito à autoridade que se constitui através de relações democráticas e de coerência ética; a disciplina no trabalho, no estudo e na militância; a força/dureza necessária à militância política mesclada com a ternura e o respeito nas relações interpessoais; a construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa; a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente; o exercício permanente da crítica e da autocrítica; a busca da formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites; o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem-estar coletivo; a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas; o cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentimento internacionalista das lutas sociais; o cultivo do afeto entre as pessoas; a capacidade permanente de sonhar e de partilhar o sonho e as ações de realizá-lo.[49]

As representações simbólicas constituem outro valor significativo para o MST. O facão, a foice, a enxada, a cruz, o chapéu de palha do camponês e a bandeira do Movimento, são representações materiais das utopias. Configurando-se de acordo com a mensagem que o MST quer transmitir à sua base, os símbolos atuam no sentido de garantir a unidade política em torno do ideal preconizado pela organização. Como afirma Turatti, "Nessas formas simbólicas repousa a emissão da mística, ideologia com função simbólica determinada: fazer o sem-terra sentir-se integrante de um sujeito coletivo".[50]

O trabalho e o estudo também fazem parte do arcabouço de valores preconizados pelo MST. O primeiro é compreendido como um processo de socialização e transformação do ser humano. "o ser humano se diferencia dos animais porque consegue produzir seus próprios meios de vida, por isso o trabalho é quem dá forma ao ser humano".[51] O segundo cumpre papel central no processo de formação de lideranças do Movimento. Na visão do MST, é por meio do estudo que os camponeses têm acesso a elementos que lhes permitem entender o funcionamento da sociedade e a colocar-se diante dela como sujeitos.

> [...] Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares, consequentemente nem tu nem a organização irão longe. O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo, esse negócio de "deixa que eu chuto". Isso não resolve. O jogador de futebol, por mais craque que

[49] Princípios da Educação no MST. São Paulo: MST, 1996, p. 20.
[50] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p. 106.
[51] BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Caderno de Formação n. 26, MST, p. 25, 1998.

> seja, tem que treinar pênalti todos os dias depois do treino tático. Senão vai errar. Na luta social é a mesma coisa: tem que estudar. Isso nos disseram todos os líderes com quem conversamos e que possuem uma experiência histórica de lutas. [...] Ninguém de fora da organização vai formar os quadros para nós. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas. Isso também nos disseram, com muita insistência, os que nos precederam na luta. Fomos nos dando conta disso na prática.[52]

1.2 Rompendo as cercas do latifúndio: a ocupação da Fazenda Marrecas e a formação do MST no Piauí

São João do Piauí é um município localizado na região Sudeste do Estado do Piauí, distante 493 km da capital Teresina. Com uma população estimada em 19.540 habitantes, tem sua economia concentrada na agricultura familiar, na pecuária e, mais recentemente, no comércio, sendo uma das cidades mais importantes do Estado.[53] Cortado pela BR-020, que liga Fortaleza a Brasília, o município tem como uma de suas principais atrações a Praça Honório Santos, a maior do Piauí, com mais de 34 mil metros quadrados de área. É nesta praça que acontecem os festejos em homenagem ao seu Santo Padroeiro – São João Batista.

Em São João do Piauí encontra-se também uma das maiores subestações de energia do país, a Barragem do Jenipapo. Além disso, o município é um dos portais de entrada para o Parque Nacional Serra da Capivara, uma área de preservação arqueológica e ambiental constituída por centenas de sítios de pinturas rupestres, declarada patrimônio cultural da humanidade em 1991, pela UNESCO. Em Dissertação de Mestrado publicada em livro – *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí – 1900/1920,* a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz situa São João do Piauí no período entre os primeiros colocados na produção e comercialização do látex de maniçoba.

Sua história insere-se no contexto do aparecimento de quase todas as povoações piauienses: a concessão de grandes extensões de terras a particulares, para implantação das fazendas de gado e cavalo, utilizadas para viabilizar a penetração e a consequente colonização das terras do sertão. Habitado inicialmente por famílias baianas e

[52] STEDILE; João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Editora fundação Perseu Abramo, 1999, p. 42-43.
[53] Fonte: IBGE/Censo Populacional 2010. IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.

pernambucanas, o município tem sua origem na fazenda de gado "Malhada[54] do Jatobá", que pertencera ao bandeirante Domingos Afonso Mafrense. A povoação começou às margens do rio Piauí, devido à existência de terras férteis na região. Elevado à condição de município em agosto de 1871, foi extinto e anexado a São Raimundo Nonato em junho de 1896, tendo sua autonomia restaurada em julho de 1906.[55]

Reproduzimos a seguir Mapa dos Territórios da Macrorregião do Semiárido Piauiense, na qual se encontra inserido o município de São João do Piauí.

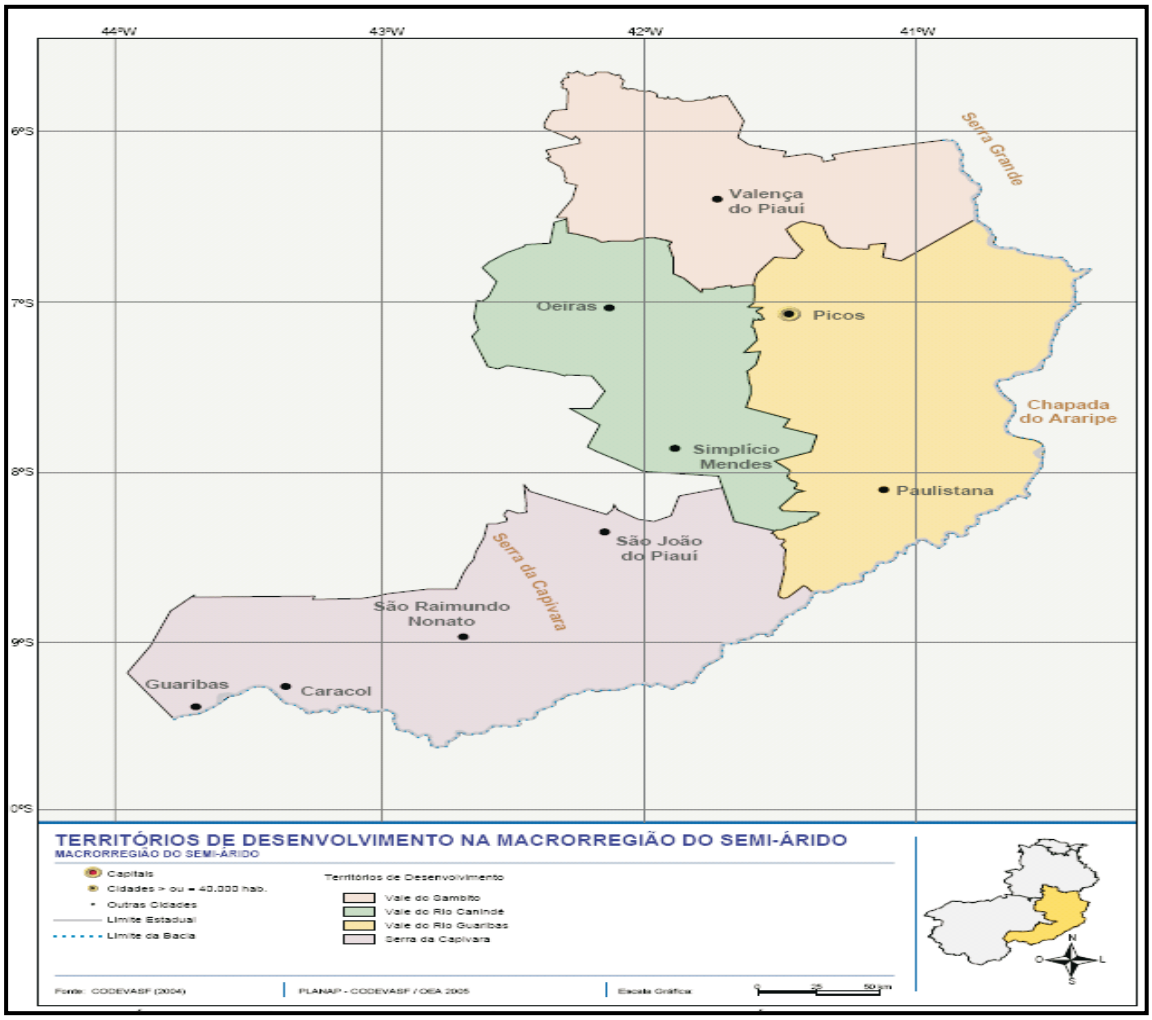


Figura 3: Mapa dos Territórios da Macrorregião do Semiárido Piauiense
FONTE: ALENCAR, Maria Tereza de. Caracterização da Macrorregião do Semiárido Piauiense. In: *Semiárido Piauiense*: Educação e Contexto / (Orgs) Conceição de Maria de Sousa e Silva; Elmo de Souza Lima; Maria Luíza de Cantalice; Maria Tereza de Alencar; Waldirene Alves Lopes da Silva. INSA. Campina Grande: 2010, p. 23.

[54] Designação típica dos sertões de criar, que indica o local onde o gado se reunia ou era reunido para ruminar e dormir. Geralmente local medianamente alto, arejado e necessariamente protegido com árvores copadas de grande porte.
[55] Disponível em: http://www.pedefigueira.com.br. Acesso em 05 de julho de 2011.

Não por acaso, foi no território de São João que se efetivou a primeira ocupação de terras coordenada pelo MST no Piauí. As articulações para essa ação iniciaram em 1985, logo após a realização do *1º Congresso Nacional dos Sem Terra*, e estão associadas ao trabalho de setores católicos vinculados à luta pela terra, de sindicatos de trabalhadores rurais da região de Picos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que forneceram o apoio necessário à constituição do movimento no Estado.

> A partir do 1º Congresso Nacional do MST, as CEB'S e a CUT passaram a fazer articulações e a formar lideranças no Sudeste piauiense. Havia na região uma luta de posseiros resistindo à expulsão. A preocupação do MST era justamente preparar uma primeira ocupação, para ser a base da formação do Movimento no Estado. Os agentes pastorais e outras entidades que atuavam na luta pela reforma agrária não incluíam a ocupação entre as formas de lutas locais. Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento.[56]

No contexto da luta pela reforma agrária, a ocupação pode ser vista como alternativa política diante das precárias condições de vida experimentada nos momentos de seca. Sob a perspectiva das autoridades governamentais, a seca é apresentada como um fenômeno cíclico da natureza, que provoca a ocorrência de uma escassez periódica na região do semiárido nordestino. Por outro lado, movimentos sociais como o MST consideram que a persistência da pobreza e a falta de infraestrutura adequada nessa região não são devidas ao clima, mas resultado da ausência de políticas sociais destinadas a contornar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos camponeses pobres. No livro *A Multidão e a História*, Frederico de Castro Neves analisa as interpretações formuladas sobre a seca e observa que:

> [...] a seca pode ser entendida também a partir da ideia de que a "estrutura fundiária e econômica do Nordeste condena o pequeno produtor a cultivar apenas essas culturas de ciclo curto, sensíveis às variações do tempo e às chuvas irregulares", que "não se adaptam ao meio físico". As relações sociais, nesta outra perspectiva, tornam-se o ponto central na distribuição da riqueza social e se relacionam diretamente com a escassez, que, de certa forma, beneficia aqueles que controlam as linhas de força sobre as quais estas relações são produzidas, através da ampliação dos latifúndios nos momentos de

[56] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.

> seca e da redução periódica do valor comercial das culturas produzidas pelos pequenos produtores num sistema de agricultura tradicional, onde se objetiva tão-somente obter uma precária "segurança alimentar".[57]

Em pesquisa junto à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tivemos acesso ao Processo Nº 157/89, que reúne informações sobre a desapropriação da Fazenda Marrecas, imóvel rural que pertenceu à empresa agropecuária ZEBUBRÁS, sendo posteriormente transformado num espaço de convivência social conhecido por *Assentamento Marrecas*. No referido processo, podemos encontrar relatórios de viagens, correspondências oficiais, documentos reivindicatórios e matérias de jornais, que permitem o conhecimento da formação histórica deste assentamento.

A articulação de sindicatos, movimentos e pastorais católicas envolvidos com a luta pela terra no Piauí pode ser comprovada através de documento reivindicatório encontrado no referido processo. Neste documento, assinado por representantes de 23 sindicatos de trabalhadores rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e várias organizações católicas com atuação em Teresina e na região de Picos, as entidades denunciam a concentração de terras no Estado e o descaso quanto às condições de vida da população camponesa:

> O Piauí é ainda, um Estado eminentemente agrário [...] Os dados do Censo Agropecuário de 1980, dão conta que dos 25 milhões de hectares de terras que o Estado possui, algo em torno de 9 milhões se prestam às atividades agrícolas. Porém, essa mesma fonte informa que desses 9 milhões de hectares aptos para a agricultura, apenas 995 mil estão efetivamente ocupados com lavoura. O restante faz parte da imensa quantidade de terras que neste Estado constitui o latifúndio improdutivo: mácula política, chaga social e deterioração econômica. Muito embora ocupe pouco mais de 19% da área agricultável do Estado, são as pequenas propriedades, aquelas com até 100 hectares de terras que respondem por mais de 69% da produção agrícola.[58]

Os primeiros passos para a formação do MST no Piauí foram dados durante a XI Assembleia Estadual da CPT, realizada em 04 de novembro de 1985. Na ocasião o militante Justino Rafagnim, articulador do MST no Paraná, "fez um confronto da situação brasileira com a caminhada das organizações no Piauí". Após sua exposição, as

[57] NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 154.
[58] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 05.

questões levantadas foram discutidas em grupos e os presentes concluíram pela seguinte avaliação:

> [...] não estamos preparados. O número das pessoas conscientizadas é pouca e falta organização. Por outro lado, vimos que precisamos reforçar o trabalho das CEB'S, a luta por um sindicalismo autêntico, a formação de lideranças sendo que o importante é partir de ações concretas.[59]

Na mesma Assembleia, Dom Augusto Alves da Rocha, Bispo da Diocese de Picos e presidente nacional da CPT, saudou a todos os presentes com uma reflexão sobre a conjuntura política do país. Em tom de empolgação, o missionário assim se expressa:

> vivemos um momento especial na história do Brasil e não podemos perder as oportunidades de espaços que se abrem para lutar por uma sociedade justa, pois temos fé e acreditamos na dignidade humana. Devemos incorporar na nossa vida o projeto de vivermos como irmãos e de lutar pelo bem de todos.[60]

A fala de Dom Augusto evidencia o caráter do trabalho pastoral da CPT, centrado no incentivo à organização política dos camponeses pobres, apoiando e se somando a eles em suas lutas e reivindicações. Por isso a CPT sempre se envolveu com as mobilizações em favor da reforma agrária. Este compromisso de acompanhar os camponeses em suas lutas explica o papel ativo da CPT na formação do MST no Piauí.

O processo que marca o início da história do MST no Piauí é narrado por agentes pastorais que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S) e ajudaram na articulação da primeira ocupação do movimento. É o caso de Maria Gorete Souza, responsável por acompanhar o militante que veio articular o MST no Estado. Em entrevista, ela comenta sobre sua trajetória e o processo de gestação do movimento.

> Comecei em 1986, quando ainda militava nas comunidades eclesiais de base. Era ligada à igreja Católica em Oeiras, no Piauí, onde morava. Nessa época, organizações ligadas à igreja estavam trabalhando para que o MST fosse conhecido em todo o Brasil. Fiquei responsável, em minha paróquia, por acompanhar o trabalho da pessoa

[59] Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra - Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.
[60] Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra - Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

> que veio organizar o MST no Piauí. A partir do momento em que conheci os objetivos do movimento – que eram lutar por uma sociedade sem explorados e exploradores e pela reforma agrária -, me identifiquei. Naquele período, já lutava por uma sociedade mais justa, queria construir um Brasil diferente. Onde vivia, a pobreza, a miséria e a exploração me deixavam infeliz. Achava que era preciso construir algo diferente e o MST me deu essa possibilidade. [...] Vi o movimento pequenininho, ir crescendo, crescendo até ser o que é hoje.[61]

No que diz respeito à influência exercida por setores católicos, Maria Gorete confirma o apoio dado pela CPT no processo de formação e organização política do MST no Piauí. Conforme explicitado em sua narrativa:

> O Movimento Sem Terra iniciou no Piauí em 85, logo após o Congresso Nacional do Movimento Sem Terra em 85, começou então uma articulação aqui no Piauí, e essa articulação ela se deu no início basicamente através da CPT, a CPT que articulou o Movimento Sem Terra no início. [...] A CPT deu toda a sua estrutura sim, sua estrutura para fazer a articulação do Movimento. Então veio uma pessoa do Paraná, que se chamava Justino e a mulher dele que eu não me recordo o nome, se era Paula ou Ana, vieram para o Piauí para começar a articular o Movimento Sem Terra. Essa articulação se dava basicamente nos encontros da CPT, então onde a CPT tinha articulação o Justino ia até lá para fazer reunião, explicar o que era o Movimento Sem Terra, quais eram os objetivos do Movimento Sem Terra, ele participava das reuniões que a igreja fazia, articulada pela CPT, ou mesmo pela paróquia na qual ele ia.[62]

Seguindo as orientações de sua XI Assembleia Estadual, a CPT passou a articular famílias camponesas na região do semiárido piauiense,[63] através de visitas e reuniões em comunidades e áreas de conflito. As atividades eram organizadas com a participação de representantes do MST e visavam preparar o terreno para a primeira ocupação do movimento. Além disso, a CPT investiu nos chamados *mutirões de evangelização*, eventos em que os padres abriam espaço para que se falasse sobre a trajetória do MST e a importância de sua organização no Piauí.

---

[61] SOUSA, Maria Gorete. Entrevista. Luta pela terra: além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras. Edição Especial. São Paulo: IBASENET, 2005. Disponível em: http://www.ibase.org.br. Acesso em 20 dez 2010.

[62] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

[63] Região caracterizada pela ocorrência de chuvas irregulares. No Piauí essa região abrange 125.692 km2 – dos 252.378 km2 totais do Estado – ocupando boa parte do setor central e sul, fazendo fronteira com os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, e correspondendo a 13,96% da área do semiárido brasileiro. (Cf. Carvalho e Oliveira, 2010, p. 18).

> [...] nesses mutirões de evangelização, tirava um tempo, aí o Justino falava o que era o Movimento Sem Terra. A partir daí se discutia é possível organizar o Movimento Sem Terra aqui? Existe sem terra aqui? E obviamente tinha muito sem terra. Então a partir desse primeiro contato, dessa primeira articulação, foi surgindo as comissões municipais que nós começamos a organizar lá no Piauí. Então essas comissões municipais eram compostas por lideranças da igreja. [...] Quando eu digo assim lideranças da igreja eu estou falando dos leigos, das comunidades de base. [...] Os padres eles cumpriram o papel no sentido de dar o espaço para fazer as reuniões.[64]

O trabalho de mobilização se fazia, ainda, através de cursos de formação política, organizados com o objetivo de estimular o engajamento das famílias camponesas na luta pela reforma agrária. Nos cursos as famílias articulavam estudos teóricos com a realidade social em que estavam inseridas, discutindo temas como a história da luta pela terra e o funcionamento da sociedade capitalista.

> Qual era a nossa tarefa básica no movimento naquele momento? Era fazer cursos, nós fizemos muitos cursos sabe, aqueles cursinhos de base de uma semana, de final de semana, estudar como funciona a sociedade, a história da luta pela terra, a questão política, a questão sindical, a questão da América Latina. Então a gente trabalhava muito essa questão da formação política. [...] A militância do Movimento Sem Terra no início, basicamente tinha essa tarefa, essa tarefa de ir para outros municípios, para as comunidades, organizar as comissões, os núcleos nas comunidades, fazer cursos de base.[65]

A partir dessas iniciativas, foram surgindo as primeiras comissões de trabalho, formadas por pessoas que atuavam nas fileiras da CPT e das CEB'S. Aos poucos o trabalho de base foi gerando lideranças e incrementando a consciência da organização dos camponeses para a busca de soluções coletivas. O desafio que se apresentava era reunir um número significativo de famílias dispostas a participar da experiência da ocupação. De acordo com Morissawa, entre outubro de 1988 e janeiro de 1989 ocorreram eventos importantes no Estado, que favoreceram a concretização dessa ação.

> Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento. Nesse intervalo, houve eventos importantes no Estado. A 1º Romaria da Terra, em Oeiras, promovida pela CPT, contou com a participação de 8 mil trabalhadores, em outubro de 1988. Foi realizada em

[64] Ibidem.
[65] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

> dezembro do mesmo ano uma manifestação em frente à sede do Mirad, em Teresina, reivindicando a regularização das posses e a implantação de assentamentos. Em janeiro de 1989, sem-terra organizados pelo MST e pela CPT ocuparam a Assembleia Legislativa para pressionar os deputados a votarem contra a venda de 450 mil hectares a grupos privados.[66]

Após quase cinco anos de trabalho de base, o MST realizou sua primeira ocupação no Piauí. O ato aconteceu no dia 10 de junho de 1989, quando 120 famílias vindas dos municípios de *Picos, Paulistana, Padre Marcos, Pio IX, Dom Expedito Lopes, Itainópolis, Oeiras e Simões*, entraram na Fazenda Marrecas ou Zebulândia, uma área de 10.506,6 hectares, situada no município de São João do Piauí. Adquirida pela empresa agropecuária ZEBUBRÁS, esta fazenda tinha sido beneficiada com financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para a exploração de gado bovino. Todavia, na época da ocupação estava desativada, pois o Governo havia suspendido o financiamento.[67]

O jornal *Diário do Povo*, fundado em setembro de 1987 pelos empresários Aerton Cândido Fernandes e Clementino Costa, com o apoio do então governador Alberto Silva[68], publicou reportagem especial sobre a ocupação organizada pelo MST, destacando a situação de abandono em que se encontrava a Fazenda Marrecas.

> De acordo com relatórios encontrados na casa principal da fazenda, na propriedade desenvolvia-se a criação de gado, tendo funcionado até fevereiro de 1987, quando depois foi abandonada pelo pecuarista Fernando Brasileiro. Os 10.604 hectares em sua maioria foram desmatados para a plantação de capim, estão cercados e divididos em piquetes. Próximo a uma lagoa, situada às margens do Rio Piauí, funcionava a sede da fazenda, onde contém além da casa principal, outro poço jorrante, 14 casas – uma espécie de conjunto habitacional para os funcionários – um galpão para máquinas e um curral. Todas essas benfeitorias estão abandonadas. Segundo os trabalhadores da ocupação, na área a empresa agropecuária Zebubrás desenvolvia com apoio da Sudene, a criação de bovinos e ovinos. A explicação sobre o abandono revela que o pecuarista Fernando Brasileiro desistiu da fazenda tão logo a Sudene tenha deixado de custear sua manutenção.[69]

---

[66] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.
[67] Conforme explicitado no processo de desapropriação da Fazenda Marrecas.
[68] Engenheiro civil que governou o Piauí por duas vezes (1971 a 1975, indicado pela ARENA; 1987 a 1991, eleito pelo PMDB).
[69] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

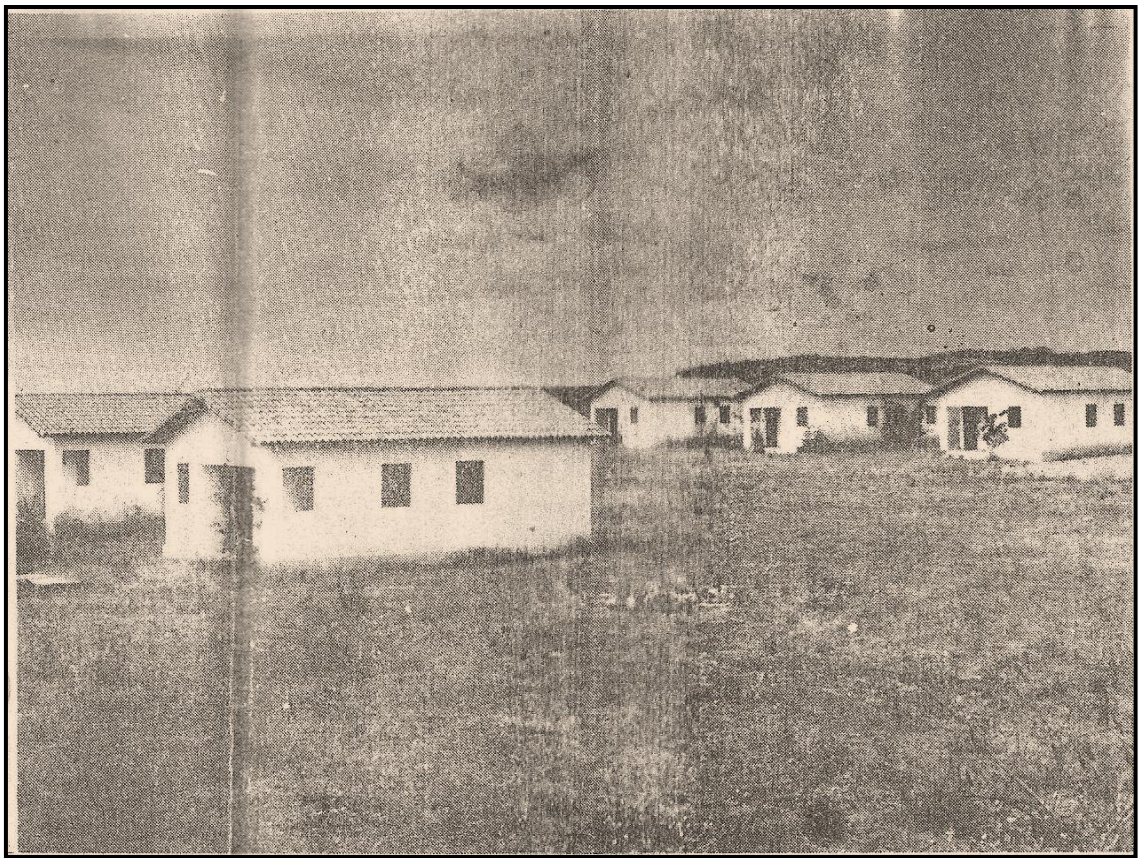


Figura 4: As 14 casas da área de ocupação em completo abandono.
FONTE: Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

Às 13 horas da tarde, após uma longa e cansativa viagem, as famílias chegaram ao local da ocupação em caminhões superlotados. Traziam consigo roupas, utensílios domésticos, alguns gêneros alimentícios e a esperança de conquistar a "terra prometida". Sobre a chegada das famílias, o depoimento de uma assentada é bastante esclarecedor:

> A ocupação se deu no dia 10 de junho de 89, quando a gente chegou no Capim Grosso, era uma hora da tarde. A gente já vinha um pouco desconfiado: "onde era mesmo esse local?" Todo mundo com sede, com fome, criança já chorando, e a gente já preocupado se não ia chegar. E a gente chegou naquele local onde tinha um poço jorrante com muita água, aí muita comida que o pessoal trazia. E a gente, a partir daquele momento, a gente achou que a vida já teria mudado, que a gente já ia viver uma vida nova, uma vida coletiva. É muito difícil, mas a gente conseguiu, naquele período eram 120 famílias, e a gente acabou... algumas pessoas ainda conseguiram ir embora, mas a maioria ficou, é quem resiste até hoje.[70]

[70] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

A imagem seguinte ilustra os momentos iniciais da formação do acampamento.

Figura 5: Localidade Capim Grosso, onde foi erguido o acampamento logo após a entrada das famílias camponesas na terra.
FONTE: Imagem extraída de vídeo produzido pela direção nacional do MST em 1989.

Após o conhecimento formal da ocupação, a Chefia de Recursos Fundiários do INCRA promoveu uma reunião com representantes das entidades que articularam a ocupação e a direção central do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), onde foi proposto o deslocamento das famílias para imóveis de domínio do INCRA ou do INTERPI. A referida proposta foi apresentada e discutida pelas famílias acampadas que, por unanimidade, rejeitaram o remanejamento e decidiram permanecer na área ocupada.

> Em 13/06/89, uma comissão de agricultores compareceu ao INCRA/PI, quando comunicou ao representante do Sr. Superintendente Regional o fato consumado de uma invasão no imóvel Zebulândia, envolvendo cerca de 120 (cento e vinte) famílias e patrocinada pelo MST/PI. [...] Posteriormente, houve uma reunião realizada na sede do INCRA/ PI em 21/06//89, desta vez com os seguintes representantes: João Alfredo Gaze (INCRA), José Maria Madeira (INCRA), João Batista Dias (INTERPI), José de Ribamar da Silva Seabra (INTERPI), José Ribamar Pedrosa (INTERPI), Francisco Elias de Araújo (MST/PI), Inácio José dos Santos (MST/PI), Pe.

> Hermeto Mengarda (CPT), Luís Balbino (CUT) e José Olímpio da Silva Moura (PT - Partido dos Trabalhadores). Em clima de cordialidade, os que falavam pelos trabalhadores rurais (MST/PI, CPT, CUT e PT) solicitaram urgentes providências com vistas à desapropriação do imóvel invadido, mesmo porque a situação das famílias invasoras era de total desconforto; [...] Em nome do Governo, os representantes do INCRA e do INTERPI, após explicar ser a desapropriação um processo que demanda lapso de tempo razoavelmente dilatado, propuseram o deslocamento das famílias para áreas de propriedade dos órgãos, podendo haver a escolha entre os municípios de Castelo do Piauí, Canto do Buriti – PI, e até mesmo S. João do Piauí – PI, onde o INTERPI possui um imóvel. Os representantes do Movimento dos Sem Terra MST/PI se comprometeram a discutir o proposto diretamente com os acampados. [...] finalmente, a decisão unânime dos acampados em permanecer na terra. Ao rejeitarem o remanejamento proposto pelos órgãos do Governo, responderam em forma de uma palavra de ordem, entoada a plenos pulmões**:** "**decidimos é aqui, ocupar e resistir", "ocupar, resistir e produzir", e Reforma Agrária, esta luta é nossa**".[71]

Em matéria intitulada "Trabalhadores ocupam latifúndio improdutivo", o jornal *Diário do Povo* aponta as razões que teriam motivado as famílias acampadas a recusarem o remanejamento proposto pelos órgãos do Governo:

> A versão dos trabalhadores é de que as áreas propostas são muito distantes da ocupação, além da qualidade ruim das terras oferecidas. "A intenção do Incra é conciliar, evitar o conflito, deixar as coisas como estão, para que a terra não cumpra sua função social, continue improdutiva e também abandonada, como é o caso desta que estamos ocupando", disse um dos representantes da comissão de negociação da ocupação.[72]

Chama atenção a maneira como o jornal *Diário do Povo* apresenta a posição das famílias acampadas. O trecho em evidência parece sugerir a ideia de neutralidade, ou seja, uma imagem do periódico como veículo que fornece ao leitor uma visão imparcial dos acontecimentos. Entretanto, o referido jornal foi fundado "com o apoio do então governador Alberto Silva, quando pertencia aos empresários Aerton Cândido Fernandes e Clementino Costa"[73]. Por outro lado, segundo informa Vernieri:

---

[71] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 28 e 29.
[72] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.
[73] Conforme matéria publicada no Portal 180graus.com, intitulada: Jornal Diário do Povo do PI chega a 24 anos celebrando conquistas. Disponível em: http://www.180graus.com. Acesso em 10 de outubro de 2011.

> Um fato bastante relevante na história dos meios de comunicação do Piauí, foi a implantação de uma prática adotada, em 1971, pelo governador do Estado Alberto Silva, "o qual passou a subsidiar os órgãos de comunicação com verbas públicas". Tornou-se comum o sistema de "cotas".[74]

Em nossa opinião, construir a imagem de "imparcialidade" seria uma estratégia do jornal para tentar esconder seu vínculo com a política governamental e, ao mesmo tempo, uma jogada política para ampliar sua expressividade e, assim, alcançar uma melhor colocação na preferência da população.

Sobre a posição do proprietário da fazenda, os técnicos do INCRA relatam que o mesmo optou por não tomar qualquer atitude em relação às famílias acampadas, preferindo aguardar o pronunciamento dos órgãos governamentais, bem como afastar do local as pessoas a ele ligadas.

> Conforme explicou o representante da propriedade, o já citado sr. José Wilson, o proprietário reserva-se uma atitude de cautela: nenhuma ação desenvolveu, até o momento, em relação ao fato, aguardando o pronunciamento das autoridades para, só então, agir. O próprio sr. José Wilson foi orientado a não se aproximar da área do acampamento, o mesmo se aplicando ao vaqueiro que reside na fazenda.[75]

O jornal *O DIA* também repercutiu a ocupação do MST, destacando o apoio concedido por setores da Igreja Católica, notadamente agentes pastorais ligados às CEB'S e à CPT. É o que podemos observar em matéria publicada por este periódico, na edição do dia 13 de junho de 1989.

> Com o slogan 'ocupar, resistir e produzir', a invasão de terras ociosas no interior do Estado está sendo organizada por uma entidade denominada Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Piauí, com o apoio de setores progressistas da igreja católica. O coordenador do movimento, Elias Araújo, afirmou que as invasões são uma consequência do não cumprimento da reforma agrária pelo governo. A primeira ação organizada pelo Movimento Sem Terra aconteceu no último dia 10, no município de São João do Piauí. [...] Os invasores

---

[74] VERNIERI. Sâmia de Brito Cardoso. História da Propaganda e da Publicidade no Piauí. In: *Cadernos de Teresina*, Ano XVIII, Nº 38, agosto, 2006, p. 57.
[75] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 31 e 32.

> levados pelos líderes do Movimento Sem Terra em caminhões para São João vem dos municípios de Simões, Paulistana, Padre Marcos, Oeiras, Bocaina e Dom Expedito Lopes, áreas onde as Comunidades eclesiais de Base (CEBs) têm maior organização no Estado. Nos municípios existe um trabalho pastoral sistemático feito por agentes e religiosos da Diocese de Picos, dirigida pelo bispo Augusto Rocha, presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).[76]

A propósito, convém um breve comentário sobre o teor da matéria em referência. Ao utilizar as expressões *invasão e invasores*, o jornal deixa transparecer a ideia de que a ação realizada pelo MST representaria um ato de ilegalidade. Sendo assim, o periódico trata os sem-terra como transgressores da ordem, como grupo de pessoas que teriam cometido crime, afirmando uma versão parcial do acontecimento.

Em outra matéria sobre a ocupação, o mesmo jornal destaca a posição do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) no Piauí, Miguel Area Leão Filho, que reage defendendo o direito de propriedade da terra, afirmando que as ações do MST teriam uma motivação desordeira e político-partidária.

> A estratégia da entidade é defender o direito de propriedade através da Justiça de maneira "veemente". A cada invasão haverá uma reação. Pedimos imediatamente reintegração de posse na Justiça. [...] as invasões de terras promovidas pelo Movimento dos Sem Terra têm como objetivo criar conflitos com a Polícia e beneficiar a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República.[77]

O trecho citado possibilita inferir uma tentativa de criminalização do MST por parte da UDR, entidade criada em 1985 com o objetivo de contrapor o avanço da luta empreendida pelos camponeses sem-terra. A acusação feita pelo representante da entidade no Piauí, vinculando as ações do MST à campanha do então presidenciável Luís Inácio Lula da Silva, remete ao contexto de redemocratização do país marcado por um intenso debate sobre a questão fundiária. Em 1988 foi decretada e promulgada a nova Constituição Federal, que instituiu a reforma agrária como meta política obrigatória. Para tanto, toda propriedade que não cumprisse com sua função social deveria ser desapropriada para o assentamento de famílias sem-terra. Porém, conforme

[76] Jornal O DIA. Teresina, 13 de junho de 1989, p. 5.
[77] Jornal O DIA. Teresina, 15 de junho de 1989, p. 8.

evidencia Filho "a bancada ruralista continuou assegurando seus interesses e direcionando políticas públicas para os grandes produtores rurais".[78] Como desdobramento desse contexto, o autor explica que:

> As eleições de 1989 foram determinantes para o aumento das ocupações de terra, que em relação ao ano anterior apresentou crescimento de 21,12% e famílias em ocupações, quase dobrando com um aumento de 93,97%, evidenciando que os movimentos camponeses estavam fortalecendo suas lutas, querendo participação ativa nos governos e que as ocupações de terra deveriam ser encaradas como um sinal de que a população demandava a realização da reforma agrária e transformações políticas no país que sinalizassem a realização da reforma agrária e melhores condições de vida.[79]

Em relatório de viagem da equipe técnica designada pela Superintendência Regional do INCRA, que se deslocou ao município de São João do Piauí com o objetivo de vistoriar a área ocupada, técnicos do órgão atestam o pioneirismo do MST em terras piauienses, reconhecendo a legitimidade da luta pelo acesso à terra. Na avaliação técnica classificam a propriedade como improdutiva e passível de desapropriação segundo previsão constitucional.

> De fato, esta é a primeira incursão dos sem terra em plagas piauienses, havendo perspectivas plenas de ser o início de um ciclo. Por outro lado, o desejo de possuir terra é por natureza legítimo e, de qualquer forma, a propriedade é um latifúndio por exploração, ao alvo, portanto, das intervenções previstas constitucionalmente.[80]

A respeito das providências para a desapropriação do imóvel ocupado, os técnicos do INCRA fazem menção a um telex da Direção Nacional do MST, encaminhado ao então Ministro da Agricultura, Iris Resende, no qual o Movimento informa sobre a decisão das famílias em permanecer na terra e de uma possível disposição do proprietário em negociar a área. Cautelosa, a equipe técnica propôs que fosse confirmada a veracidade das informações, a fim de melhor subsidiar a decisão do órgão. Ainda assim, a equipe admitiu a possibilidade de uma intervenção com fins expropriatórios.

---

[78] FILHO, José Sobreiro. *Ocupações de terra no Brasil (1988-2010)*: uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 12.
[79] Ibidem, p. 13.
[80] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 32.

> Uma informação recente, que pode facilitar os acontecimentos, está contida no telex do Sr. Isaías Vedovatto, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, segundo o qual, "**o próprio proprietário está disposto a negociar a área**". A ser um fato, nenhuma dúvida há sobre a validade de uma vistoria com fins expropriatórios, paralelamente à negociação com o titular do imóvel. Sugere-se, então, o contato formal com proprietário, para definir taxativamente sua real posição acerca do problema.[81]

No início de outubro de 1989 o MST promoveu a ocupação de mais um latifúndio na região de São João do Piauí. Dessa vez na Fazenda Agropecuária Lisboa, de 9.976,6 hectares. Segundo Morissawa, "150 famílias a ocuparam e começaram a fazer suas roças".[82] A partir das ocupações de Marrecas e Lisboa, o MST se expandiu para outras regiões do Estado, onde foram articuladas novas ocupações.

1.3 Da ocupação ao assentamento: a vida no acampamento e a organização da luta para a conquista da terra

A formação do acampamento representa uma nova etapa na luta pela terra. É nesse espaço que as famílias reorganizam seus viveres e preparam a luta para a conquista definitiva da terra. É um momento de transição em que surgem muitos desafios e dificuldades. Nesse sentido, os primeiros tempos em Marrecas foram bastante difíceis. Não bastasse a fome e o sol castigante que caracteriza o sertão piauiense, as famílias ainda tiveram que enfrentar a rejeição da população são-joanense, que, a princípio, mostrou-se indiferente ao drama das famílias camponesas.

> No primeiro momento, não tinha apoio da sociedade. Que a sociedade não conhecia, não sabia que história era aquela, chamava nós de 'invasores' e não sei de quê. A gente se sentia um pouco chateada, mas na verdade eles tinham uma razão pra que aquilo pudesse acontecer, né? Que eles não tinham conhecimento o que era mesmo a luta pela terra, que era a reforma agrária... Então isso aconteceu. Depois a gente foi virando o jogo, né? E conseguimos ganhar a sociedade, a sociedade entendeu porque a gente tava ali, porque que a gente fez aquilo e aí começou a vir as ajudas, né?[83]

---

[81] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 32.
[82] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.
[83] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva, São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

"Em geral, os acampamentos contam com um ou mais representantes do MST – o(s) líder(es) ou a liderança –, responsáveis pela coordenação geral e pela condução política do processo de luta iniciado".[84] Após a ocupação da Fazenda Marrecas, as famílias logo trataram de montar o acampamento, seu novo ambiente social, de onde iniciariam uma nova experiência de vida. Ao mesmo tempo constituíram equipes de trabalho com atribuições delimitadas. É o que podemos constatar em matéria do jornal *Diário do Povo*, publicada nos dias 10 e 11 de setembro de 1989:

> Os trabalhadores da ocupação são provenientes de oito municípios da região de Picos. [...] São pequenos arrendatários, posseiros, meeiros e moradores de periferias de cidades. Chegaram ao local em 4 caminhões. A primeira iniciativa foi a divisão do trabalho para levantar o acampamento, depois formação de equipes de trabalho: alimentação, produção, segurança, negociação, formação, saúde, educação e uma equipe de coordenação geral do acampamento.[85]

A equipe de alimentação foi de grande importância no processo inicial de organização do acampamento. Encarregada de buscar apoio financeiro e material para a sobrevivência das famílias, a equipe solicitou ajuda a sindicatos, entidades populares e movimentos religiosos, visando arrecadar alimentos para os acampados. Em seus primeiros esforços para melhorar as condições de vida no acampamento, essa equipe tentou marcar uma audiência com o então governador do Estado, Alberto Silva, mas não obteve êxito. As dificuldades para garantir o sustento das famílias são relatadas em matéria produzida pelo jornal *Diário do Povo*:

> A equipe de alimentação é responsável na busca de apoio financeiro e material para a sobrevivência das famílias. Enquanto não é conseguida a auto-sustentação, as 460 pessoas alimentam-se com a ajuda da população de São João e cidades vizinhas, igreja, entidades populares e sindicais. Em cinco dias os trabalhadores consomem 300 kg de arroz, 180 kg de feijão, 160 kg de farinha e 48 latas de óleo. "Tem vez que não dá e a gente faz o que pode para ninguém passar necessidade, por isso fazemos a distribuição de acordo com o número de pessoas de cada família, disse Francisco Carvalho, 29 anos, membro da coordenação geral da ocupação. Contudo, as dificuldades ainda são muitas. Já tentaram uma audiência com o governador Alberto Silva, mas não foram atendidos. Estiveram na LBA para solicitar alimentação para as famílias, neste período em que estão trabalhando

[84] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p. 55.
[85] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

> no cultivo da terra, porém a superintendente alegou que nada podia fazer enquanto a situação da ocupação não fosse regularizada.[86]

A equipe de saúde também cumpriu papel relevante no início da organização do acampamento. Os barracos das famílias, construídos de varas, palhas e lonas plásticas, não ofereciam boas condições de higiene. As necessidades fisiológicas eram feitas em local inadequado, acarretando doenças cujo tratamento se fazia com o uso de remédios caseiros. Quando esta medicação não surtia efeito, a pessoa doente era levada para o hospital de São João, onde o atendimento era dificultado pela burocracia do poder público municipal. Este é o teor da abordagem feita pelo jornal *Diário do Povo*:

> Os 54 barracos do acampamento não oferecem as mínimas condições de higiene e segurança. Protegem apenas do sol, porque foram construídos de forma improvisada, sem capacidade de resistir a ação de ventos fortes e da chuva. As condições de saúde são precárias, há uma enorme incidência de moscas que multiplicam as doenças, devido principalmente ao local não apropriado onde fazem as necessidades fisiológicas. Quando alguma pessoa adoece, a equipe de saúde faz o tratamento a base de remédios caseiros. Não sendo possível a recuperação, com muita dificuldade de transporte, é feita a transferência para o hospital de São João, onde tem acontecido de não ser atendida por causa da exigência de fichas.[87]

Figura 6: O acampamento das famílias camponesas com 54 barracos em situação precária.
FONTE: Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

[86] ibid. id.
[87] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

Do ponto de vista da produção, a vida no acampamento impõe desafios, incertezas e expectativas. Segundo Bergamasco e Norder "a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo".[88] No acampamento estudado, a forma de produção adotada inicialmente foi a cooperação agrícola. Essa forma de trabalho seria parte de uma política nacional de organização das ocupações, pois, segundo Castelo Branco, "No Caderno de Formação, número 10, que se intitula "A luta continua", lançado em junho de 1986, o MST propõe a cooperação agrícola como forma de organizar a produção".[89] Assim, distribuídos em grupos, onde cada um tinha o seu coordenador, os acampados realizavam a limpeza e preparação do terreno para o plantio e colheita de várias culturas tradicionais. A divisão dos grupos era feita de acordo com as necessidades da comunidade.

> O cultivo da terra é feito de forma coletiva e organizado pela equipe de produção, que dividiu os trabalhadores em dez grupos, onde cada um deles tem um coordenador. Dependendo do serviço que se precisa, destina-se um ou mais grupos para executar o trabalho. A meta dos trabalhadores é alcançar autossuficiência com a safra do próximo inverno. "Já brocamos 80 hectares, nosso objetivo é plantar uma área de 300 a 350 hectares, e aí vamos plantar arroz, feijão, mandioca e milho", afirmou Benezeti Manoel de França, 24 anos.[90]

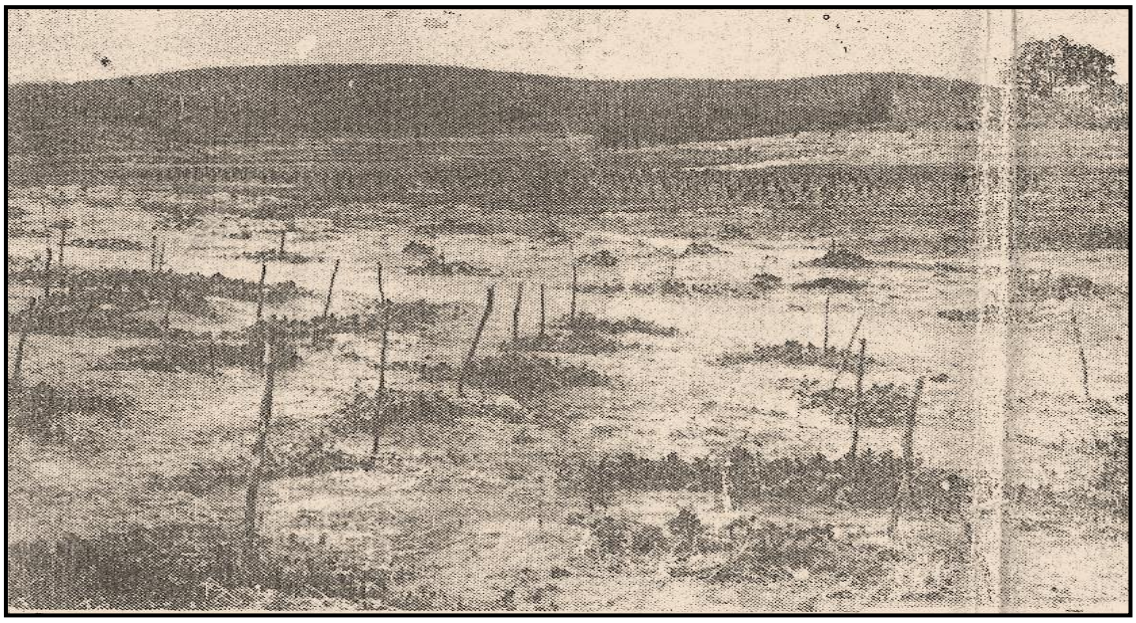


Figura 7: O plantio da época de verão pronto e à espera da colheita.
FONTE: Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

[88] BERGAMASCO Sônia Maria; NORBER, Luiz Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 58.
[89] CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Jovens sem-terra*: identidades em movimento. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003, p. 34.
[90] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

Outra iniciativa dos acampados foi a organização de uma horta comunitária, favorecida pela presença de um poço jorrante que distribuía água diariamente sem proporcionar qualquer benefício à população local. Com a chegada das famílias, essa realidade se modificou e a água, antes desperdiçada, tornou-se fonte preciosa para a subsistência da comunidade.

> Há também o plantio de hortaliças que está sendo irrigado. Próximo ao local está o poço jorrante com uma vazão de 180 mil lit/h. Os trabalhadores fizeram um canal, onde estão irrigando uma área de 8 hectares, que ainda não é suficiente. "Temos enfrentado problemas, como a falta de semente, adubo e implementos, que vêm dificultando a ampliação da área plantada e abertura de novos canais", acrescentou Benezeti França.[91]

No tocante à educação, constatou-se uma ação das famílias que demarca a forma de agir do MST. Em relato sobre as condições de infraestrutura do acampamento, técnicos do INCRA destacam entre as verificações mais importantes "uma edificação rústica, também construída em mutirão (latada com colunas de carnaúba, cobertura de palha e cercada de pau-a-pique), destinada à futura escola da comunidade".[92] Essa experiência vivenciada na Fazenda Marrecas é adotada na maioria dos acampamentos do MST e denota a construção de um projeto coletivo que extrapola o acesso à terra. No livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Caldart apresenta a compreensão do MST sobre a escola:

> [...] o MST *incorporou a escola em sua dinâmica*, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST *têm que ter* escola e, de preferência, que não seja *uma escola qualquer*; e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, com parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos.[93]

---

[91] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.
[92] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 32.
[93] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 225.

Apesar das adversidades, as famílias não se renderam às evidências que buscavam afastá-las do acampamento. Até a conquista do assentamento foram articuladas várias manifestações em órgãos públicos para pressionar os governos estadual e federal a legalizar a posse das terras ocupadas. As manifestações ocorreram tanto em São João do Piauí como na capital Teresina e foram marcadas por muita animação, onde as famílias gritavam palavras de ordem e cantavam suas músicas. Uma das ações que teve ampla repercussão foi a ocupação do prédio do INCRA, em outubro de 1989, conforme matéria publicada pelo *Jornal da Manhã*:

> As 53 pessoas acampadas na sede do Incra desde segunda-feira estão sem alimentos para continuar a vigília e garantir a desapropriação de duas fazendas ocupadas por 300 famílias, no município de São João do Piauí, além de conseguir alimentos e medicamentos para todas essas famílias em um total de 800 pessoas. Elas vão permanecer na sede do órgão até obter uma resposta do governador Alberto Silva garantindo alimentos e medicamentos para as famílias. [...] Na sede do Incra os sem-terra fazem de tudo para passar o dia. No grupo, não existe líder, mas uma comissão que encaminha todo o movimento. Sebastião Genuíno de Vasconcelos, 25 anos, disse que "não são invasores de terra, mas sim um grupo de camponeses que ocuparam terras improdutivas na esperança de encontrar o sustento para sua família através do trabalho. As duas fazendas ocupadas pelos sem-terra, que são da região de Picos e moravam em terras arrendadas, estavam abandonadas. Lá existia um projeto do empresário Fernando Brasileiro, de Recife, com financiamento da Sudene.[94]

Figura 8: As famílias camponesas acampadas na sede do INCRA.
FONTE: Jornal da Manhã. Teresina, 5 de outubro de 1989, p. B-3.

[94] Jornal da Manhã. Teresina, 5 de outubro de 1989, p. B-3.

O jornal *O DIA* também noticiou algumas manifestações realizadas em órgãos públicos. Em matéria intitulada "*Agricultores invadem Secretaria*", datada de 29 de abril de 1992, o jornal anuncia a ocupação da sede da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento por famílias das fazendas Marrecas e Lisboa. Na ocasião, as famílias cobraram agilidade na desapropriação das terras que ocupavam, além de cestas básicas, sementes e implementos agrícolas.

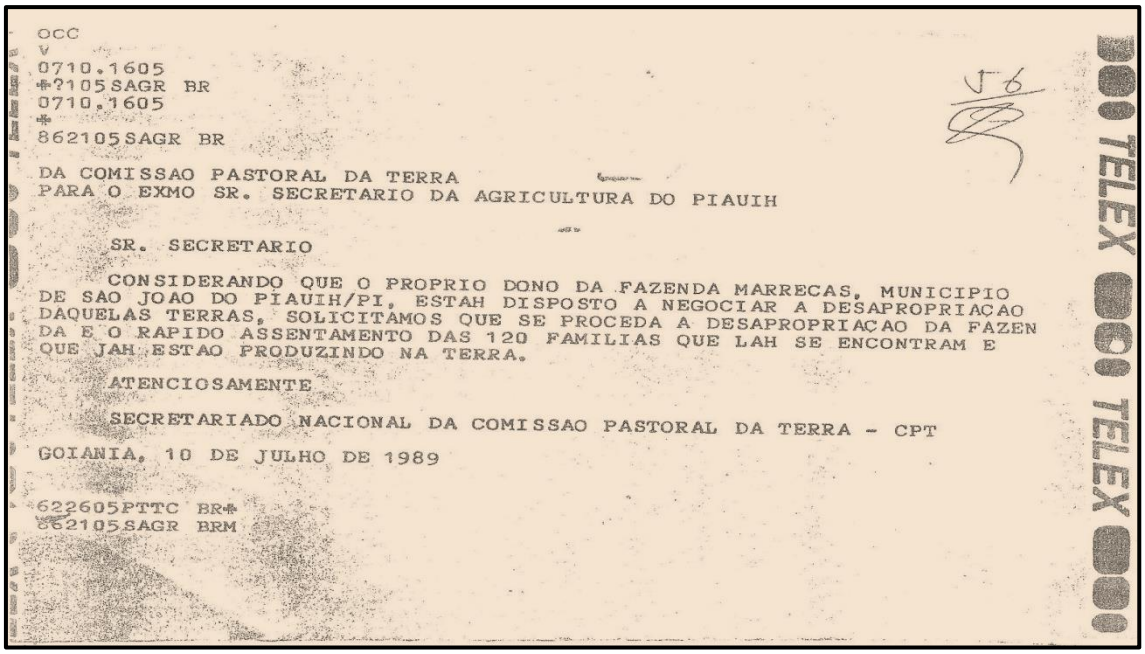
> A sede da Secretaria de Abastecimento do Estado foi invadida às 9 horas de ontem, por 250 famílias que moram na zona rural de Teresina e fazendas privadas nos municípios de São João do Piauí, a 442 Km ao sul da capital, e Oeiras, a 324 Km. Os lavradores ocuparam a sala da recepção da SAAB e o corredor principal. Durante o dia, foram realizadas duas rodadas de negociações com o secretário Júlio César Lima. Os invasores querem legalização de posse de terras que ocupam há vários anos, implementos agrícolas, sementes, crédito e cestas básicas. [...] O lavrador Benezete de França, 26 anos, da Coordenação Estadual do Movimento dos Sem Terra, disse que o grupo ficaria na SAAB até que as reivindicações fossem atendidas. Os agricultores e suas famílias moram nas fazendas Marrecas e Lisboa, em São João do Piauí, Mudubim, em Oeiras, e Campo Dourado, em Teresina.[95]

Em outra matéria, o jornal *O DIA* informa sobre nova ocupação da Sede do INCRA, ocorrida em julho de 1992. Segundo o periódico, a chegada das famílias a Teresina foi bastante tumultuada. Logo na entrada o caminhão que transportava o grupo foi retido pela Polícia Rodoviária Federal, sob a alegação de que estava trafegando em condições ilegais. Apesar disso, o grupo decidiu continuar a viagem a pé. Mulheres, crianças, jovens e idosos andaram 12 km até o centro da capital e ocuparam as dependências do INCRA para cobrar mais uma vez a legalização das terras, assistência técnica e implementos agrícolas.

> Setenta e quatro pessoas armadas de foices, facões e enxadas, invadiram às 16 horas de ontem a sede do Incra em Teresina, depois de quebrarem a vidraça da entrada principal do prédio. Eram lavradores vindos das fazendas Marrecas e Lisboa, de São João do Piauí, a 442 km de Teresina. Eles querem a divisão de terras das duas fazendas, sementes, equipamentos agrícolas e cestas de alimentos. O grupo que se dirigia a Teresina nas primeiras horas da manhã de ontem, foi barrado pela Polícia Rodoviária Federal, antes de entrar na cidade. Só era permitida a entrada de uma comissão formada por dez pessoas. Mas o grupo continuou viagem a pé.[96]

[95] Jornal O DIA, Teresina, 29 de abril de 1992, p. 7.
[96] Jornal O DIA. Teresina, 30 de julho de 1992, p. 3.

As pressões para a desapropriação da Fazenda Marrecas também se evidenciaram através de telegramas encaminhados pela CPT e pelas Secretarias Regionais do MST ao Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura do Piauí e ao INCRA nacional. Percorrendo as páginas do processo que trata da desapropriação da área ocupada, podemos encontrar várias dessas correspondências, de onde reproduzimos um exemplo significativo:



OCC
V
0710.1605
*?105SAGR BR
0710.1605
*
862105SAGR BR

DA COMISSAO PASTORAL DA TERRA
PARA O EXMO SR. SECRETARIO DA AGRICULTURA DO PIAUIH

SR. SECRETARIO

CONSIDERANDO QUE O PROPRIO DONO DA FAZENDA MARRECAS, MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUIH/PI, ESTAH DISPOSTO A NEGOCIAR A DESAPROPRIACAO DAQUELAS TERRAS, SOLICITAMOS QUE SE PROCEDA A DESAPROPRIACAO DA FAZEN DA E O RAPIDO ASSENTAMENTO DAS 120 FAMILIAS QUE LAH SE ENCONTRAM E QUE JAH ESTAO PRODUZINDO NA TERRA.

ATENCIOSAMENTE

SECRETARIADO NACIONAL DA COMISSAO PASTORAL DA TERRA - CPT

GOIANIA, 10 DE JULHO DE 1989

622605PTTC BR*
862105SAGR BRM

TELEX TELEX

Figura 9: Telegrama da CPT reivindicando a desapropriação da Fazenda Marrrecas.
FONTE: INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 56.

O protagonismo das famílias possibilitou a conquista do direito à terra e ao trabalho. A pressão coletiva favoreceu a desapropriação da área ocupada e sua transformação em projeto de assentamento. Através de portaria datada de 25 de novembro de 1992, o presidente do INCRA resolve, mediante autorização do Conselho de Diretores do Órgão:

> DETERMINAR a adoção das providências necessárias à aquisição do imóvel rural denominado "FAZENDA ZEBULÂNDIA ou MARRECAS" com área de 10.506,6 hectares, localizado no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí, de propriedade de GEMINIANO ANTÔNIO GOMES NEGROMONTE, mediante o pagamento da quantia de Cr$ 464.792.927,16 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros e dezesseis centavos).[97]

[97] INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 288.

As famílias permaneceram acampadas por cinco anos. A firme determinação de permanecer na terra transformou em realidade o sonho de homens e mulheres que historicamente estiveram alijados do acesso à terra. O Projeto de Assentamento Marrecas foi criado pela portaria 426, de 30 de junho de1994, sob o regime de compra e venda. Para o Departamento Rural da CUT no Piauí, a venda da terra para o INCRA teria representado mais uma forma de lucro para o proprietário da fazenda, como informa o jornal *Diário do Povo*:

> Segundo o Departamento Rural da CUT no Piauí, o fazendeiro tem "o maior interesse" que seja feita a desapropriação, porque poderá lucrar novamente às custas do dinheiro do povo; a primeira foi quando através de empréstimos e incentivos fiscais da Sudene estruturou a fazenda, e agora depois do abandono, poderá requerer do governo além do valor da terra a indenização das benfeitorias.[98]

Após 21 anos da ocupação, as famílias do Assentamento Marrecas produzem alimentação suficiente para sua sobrevivência e a população local, sendo esta área reconhecida como uma das mais produtivas do Estado. A atividade econômica prioritária é a agropecuária. As culturas predominantes são feijão, milho, arroz, tomate, abóbora, melancia, banana, goiaba e caju. Atualmente o Assentamento Marrecas possui uma boa infraestrutura. Todas as casas são de tijolo, com rede de água, eletrificação, torre com captação de sinal telefônico fixo, estrada em bom estado de conservação, escola que oferece toda a educação básica, sistema de irrigação, dentre outros.

A partir de 2003, através de uma parceria envolvendo famílias assentadas, o INCRA e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), foi iniciado um projeto piloto de produção da uva. A plantação é realizada em 4 hectares, proporcionando duas safras por ano. Uma parte da produção é destinada ao consumo das famílias, e outra é comercializada nas feiras livres dos municípios adjacentes. Um aspecto curioso é o fato da produção das uvas ser realizada com o uso dos tradicionais agrotóxicos, contrariando a proposta do próprio MST, que tem defendido uma política agrícola voltada para produção de alimentos saudáveis.

No próximo capítulo, sob a forma de narrativa, serão analisadas as trajetórias dos sujeitos da pesquisa, de modo a evidenciar os limites e desafios que viveram na trajetória de formação do Assentamento Marrecas.

---

[98] Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p.4.

TECENDO HISTÓRIAS DE VIDA: EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA DO ASSENTAMENTO MARRECAS

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros,
Na noite em que a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio tinha somente palácios para seus habitantes?
Tantas histórias.
Tantas questões.

Perguntas de um trabalhador que lê[99]

As perguntas do poema em destaque, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, sugerem uma reflexão acerca da construção do conhecimento histórico. Nele, o autor critica a perspectiva historiográfica que valoriza somente os feitos dos "*grandes homens"*, sem se preocupar com a ação daqueles que deram o seu peito no campo de batalha, que ajudaram nas grandes construções, nas descobertas científicas, enfim, que estavam também fazendo História.

Compartilhando da visão de Brecht, afirmamos que a História não resulta apenas da ação de figuras de destaque, consagradas por um discurso factual e linear, mas da construção ativa de todos os sujeitos sociais, individuais ou coletivos. É na problematização dos processos e dos sujeitos históricos que podemos desvendar as relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços.

Partindo deste entendimento, buscamos discutir, neste capítulo, trajetórias de homens e mulheres cuja experiência social possui grande vínculo com o assentamento, estabelecendo conexões entre suas experiências de vida e o envolvimento com a luta coletiva pela terra. Nosso esforço de reflexão tem como foco o diálogo *sujeito-experiência*, que reside no cruzamento da ação dos sujeitos com as estruturas. Trata-se de uma abordagem que procura valorizar a ação dos sujeitos em seus aspectos objetivos e

[99] BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913 – 1956*. Seleção e tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Editora 34, 2000, p.166.

subjetivos. Como afirmou Thompson, ao explicar o sentido do *fazer-se* da classe operária inglesa, "é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos".[100]

Exercício de análise semelhante foi feito pelo historiador Frederico de Castro Neves, em abordagem sobre o flagelo da seca no sertão cearense. Ao discutir o relacionamento entre retirantes das secas e autoridades, bem como as formas de percepção da pobreza e os mecanismos de assistência aos pobres em momentos de crise, o referido autor explica que:

> De fato, ao exigir distribuição de alimentos e abertura de frentes de trabalho, os retirantes forçavam um tipo de redistribuição da riqueza social que se baseia no pressuposto de que a escassez é socialmente localizada, ou seja, que apenas uma fração da população é afetada pela "seca", enquanto outra continua fruindo dos benefícios da produção social. [...] A escassez, portanto, não seria um fato natural, mesmo se relacionada a um fenômeno climático, mas resultado de uma dada forma de relações sociais que perpetuam as desigualdades e baseiam-se na produção de conflitos generalizados de interesses.[101]

Por se tratar de uma abordagem que privilegia o processo de constituição de atores coletivos, torna-se necessário delimitar uma metodologia que permita compreender como os sujeitos pensam, elaboram e experimentam sua realidade histórica. Neste sentido, elegemos como referência a história oral, reivindicada por diversos historiadores como método essencial para o estudo da experiência social de pessoas e de grupos. Com origem no contexto dos movimentos de contestação radical dos anos 1960 e 1970, a história oral atua em contraposição a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais, ocupando papel de destaque no debate contemporâneo sobre a função social do conhecimento.

Partindo de uma percepção do passado como processo histórico não acabado, esta metodologia confere um sentido social à vida de depoentes e leitores, permitindo que compreendam e se sintam parte do contexto histórico em que estão inseridos. Por isso, é reconhecida como uma história viva, capaz de promover análises de processos sociais, facilitando o entendimento da experiência humana em suas múltiplas dimensões.

---

[100] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

[101] NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 154.

Por outro lado, a história oral se fundamenta no direito de participação social. Neste caso, seu papel inovador está na valorização da fala de grupos, antes silenciados pela história oficial, e que agora podem ter suas histórias reconhecidas. A história oral se apresenta, então, como fator significativo para o exercício da democracia e do conhecimento.

Verena Alberti, ao comentar sobre algumas das especificidades decorrentes do emprego da história oral, afirma que a principal característica desta metodologia consiste na valorização da subjetividade dos narradores.

> [...] acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia *a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória. O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado.[102]

Assim, a história oral se inscreve em uma reflexão ampla, que se apoia na necessidade de preencher espaços capazes de pensar a vida social por meio da ação humana na história, em especial das pessoas comuns, muitas vezes ignoradas por uma história factualista. Por ser uma alternativa ampla e bastante dinâmica para o estudo da sociedade, o trabalho com fontes orais torna-se um desafio, pois redimensiona as relações entre passado e presente, abrindo novas perspectivas para o estudo da história.

> O desafio de um trabalho como este, com fontes orais, está na possibilidade de apreender as tensões entre os grupos sociais e os sujeitos individuais nos contextos em que elas são produzidas. As fontes orais fornecem, potencialmente, elementos que permitem, de uma forma muito mais orgânica, apreender as dinâmicas dos grupos e dos sujeitos em seus afazeres, valores, normas, comportamentos, etc. Apreender tudo isso significa trabalhar com a complexidade da realidade social.[103]

---

[102] ALBERTI, Verena. *História oral:* a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989, p. 5.

[103] SILVA, Acildo Leite da. Memória, tradição oral e a afirmação da identidade negra. In: *Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, n. 1, maio de 2000. Niterói – RJ: EDUFF, 2000, semestral, p. 32.

Ao discorrer sobre o uso das fontes orais, o pesquisador italiano Alessandro Portelli, explica que estas "não são achados do historiador, mas construídas em sua presença, com sua direta e determinante participação".[104] Portanto, trata-se de uma fonte relacional, cuja comunicação se expressa através de troca de olhar. Neste sentido, o autor propõe o seguinte entendimento sobre história oral:

> [...] a história oral é uma arte, além da de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador).[105]

De acordo com Portelli, o trabalho com fontes orais implica um diálogo que flui não necessariamente em uma só direção. O autor chama atenção para o fato de que o interesse do historiador pode não coincidir inteiramente com o das pessoas entrevistadas, acarretando mudanças profundas na agenda da pesquisa. Como exemplo, o autor cita sua investigação sobre o movimento operário em Terni, que o levou a ampliar o âmbito de sua investigação e também transformar a ótica e o ponto de vista, devido ao impacto dos narradores.

> [...] saí para uma investigação sobre o movimento operário em Terni, para estudar o período de 1949 e 1953, e terminei escrevendo uma história da cidade que começava em 1831, porque muitos narradores insistiam em relacionar os acontecimentos que me interessavam com as origens de suas histórias familiares e de cidadão; e me convenci de que tinham razão.[106]

Outro aspecto relevante na abordagem de Portelli diz respeito ao papel da igualdade e da diferença no campo da pesquisa histórica. Compreendendo que os dois conceitos se relacionam, o autor sugere que o reconhecimento do outro implica no questionamento e redefinição da própria identidade do historiador, favorecendo um novo relacionamento entre o pesquisador e o "informante". Sendo assim, o uso das

---

[104] PORTELLI, Alessandro. *Um trabalho de relação*: observações sobre a história oral. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz, 2004, p. 1.
[105] Ibid. id.
[106] PORTELLI, Alessandro. *Um trabalho de relação*: observações sobre a história oral. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz, 2004, p. 2.

fontes orais, na sua forma dialógica e narrativa, pressupõe o entrelaçamento do interesse do historiador com o do narrador, gerando significados para além das intenções de quem narra. Nesta perspectiva, Portelli afirma que o trabalho com fontes orais requer o agrupamento de três fatos distintos:

> um fato do passado, o acontecimento histórico; um fato do presente, isto é, a narração que é feita pelo entrevistado; e um fato de relação de duração, isto é, a relação que existe e que existiu entre estes dois fatos. Por isto, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia em sentido estreito (a reconstrução do passado), a antropologia cultural, a psicologia individual, a crítica textual (a análise e interpretação da narrativa), e a aplicação da segunda à primeira. A história oral é, portanto, história dos acontecimentos, história da memória, e revisão dos acontecimentos através da memória.[107]

Muito se tem escrito e discutido sobre as relações entre história e memória, especialmente em termos de diferenciações entre as duas partes. Neste sentido, podemos afirmar que "Memória e História são processos sociais, são construções dos próprios homens – que têm como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade".[108] Como tal, a memória refere-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, pois o relembrar individual relaciona-se com a inserção histórica de cada indivíduo.

Cabe ressaltar que a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória e vice-versa. Principal fonte informativa da história oral, a memória apresenta potencialidades que enriquecem o processo de análise e de reconstrução de variáveis constitutivas da pesquisa histórica, tais como reativação de emoções políticas, individuais, coletivas e rememoração de convivências e conflitos ocorridos no decorrer da história. No tocante a apreensão das relações entre memória e história, os estudos realizados por Maurice Halbwachs contribuíram de forma significativa para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Ao comentar sobre esta relação, Halbwachs enfatiza que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva. Para esse autor, a memória seria um fenômeno construído socialmente, estando relacionada à experiência vivida.

---

[107] Ibidem, p. 6.
[108] NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 3, n. 3, p. 113, jun. 2000.

> Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.[109]

Ainda segundo Halbwachs, o campo da memória se distingue da história. Entretanto, podemos dizer que história e memória são também inseparáveis, pois a história é uma construção que problematiza o passado produzindo variadas formas de interpretação do presente. Assim, concebemos a memória tanto no seu sentido individual quanto coletivo, relacionado às lembranças dos indivíduos.

Por outro lado, a consolidação da história oral como metodologia que coloca em evidência as pessoas comuns, aquelas que habitualmente estão excluídas dos documentos escritos oficiais, contribui para o fortalecimento de uma história capaz de trazer à tona realidades, vivências e modos de vida de pessoas e de grupos, em cada época e em suas mais variadas sociabilidades. Como nos diz Portelli, "a primeira coisa que torna a história oral diferente, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*".[110] No tocante à representação do testemunho oral nos trabalhos que vêm sendo produzidos no campo da história oral, Portelli observa que:

> O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre os eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história.[111]

Podemos dizer que as relações entre história oral e memória se efetivam a partir da articulação entre referências individuais e sociais. Segundo Portelli, o que interessa no trabalho com história oral não é o ineditismo, mas a subjetividade dos narradores. Na valorização da subjetividade encontramos a chave que possibilita a recuperação do vivido, segundo a concepção de quem o viveu.

---

[109] HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 60.
[110] PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1997, p. 31.
[111] PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos – memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez/1993.

Tomando por base a metodologia da história oral, a partir da proposta de Portelli, analisamos neste trabalho a experiência de homens e mulheres que viveram a luta pela terra. A história que procuramos evidenciar não é a dos "*grandes feitos*" nem tampouco a dos "*grandes líderes*" dos movimentos sociais. Trata-se de uma história invisível, daqueles considerados sem história, apesar de fazerem parte dela. Uma história de sujeitos que sofrem com as desigualdades sociais e com o preconceito dos que consideram o campo um espaço atrasado e cheio de "*caipiras analfabetos*".

Ao privilegiar o foco de nossa atenção sobre os camponeses que atuaram no processo de constituição do Assentamento Marrecas, procuramos trazer à tona uma dimensão singular da experiência social vivenciada por estes sujeitos. Para tanto, o objetivo central deste trabalho, imerso no campo da história social, é analisar a história deste assentamento a partir da percepção de sujeitos que protagonizaram sua formação. Na contramão da história factual, que concebe os sujeitos como passivos e incapazes de realizar mudanças na sociedade, reconhecemos os sujeitos de nossa pesquisa como homens e mulheres capazes de ler, interpretar e agir sobre a realidade em que vivem.

Os sujeitos da pesquisa estiveram diretamente envolvidos na experiência da ocupação da Fazenda Marrecas. Inicialmente formaram um grupo difuso, pois não possuíam vínculos anteriores. Sob a direção de uma liderança externa, que os mobilizou individualmente ou em pequenos grupos, eles se reuniram para realizar uma ação comum a fim de conquistar o acesso à terra.

Nesse sentido, as entrevistas foram feitas com um grupo de assentados que conviveram de perto com os mediadores da experiência da ocupação; que atuaram na articulação de encontros e reuniões em vários municípios do sudeste piauiense; e que vivenciaram o dia a dia das cento e vinte famílias camponesas, desde a entrada na terra até a formalização do assentamento. Todos, sem exceção, são assentados cadastrados que residem na área do assentamento. Portanto, buscamos entrevistar pessoas que emergiram como interlocutores entre as famílias que fizeram a ocupação.

As viagens de campo só foram realizadas após o conhecimento das formas de acesso ao assentamento e da disposição de alguns assentados em participar da pesquisa. Fizemos esse levantamento junto à Secretaria Estadual do MST, que, de imediato, nos possibilitou um contato com o militante Francisco Juliano, um dos coordenadores do Assentamento Marrecas. Na conversa por telefone, que durou aproximadamente 8 minutos, sintetizei os objetivos da pesquisa e solicitei o apoio de Juliano para a realização da mesma. O militante foi receptivo e se colocou à disposição para ajudar na

investigação. O relacionamento amistoso com Juliano, estabelecido logo de início, facilitou a formação de um vínculo de confiança e gerou as condições para um processo de reconhecimento mútuo entre pesquisador e grupo estudado.

Em novembro de 2008, na qualidade de estudante do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), realizei a primeira visita ao assentamento. Na ocasião fiquei hospedado na casa de Juliano, que me apresentou a várias pessoas que haviam participado da experiência da ocupação, com as quais conversei demoradamente. Durante a visita, que durou três dias, foram realizadas cinco entrevistas que abordaram a vida dos entrevistados, as motivações para o engajamento na experiência da ocupação, os significados atribuídos às situações de conflito que vivenciaram e as expectativas e desafios vividos no processo de luta pela terra.

A segunda visita ocorreu em agosto de 2010, desta vez na condição de mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Esta visita foi realizada com o objetivo de checar algumas questões específicas e coletar informações complementares sobre a história do assentamento estudado. Na ocasião, realizamos mais uma entrevista.

As entrevistas permitiram traçar um contexto significativo das histórias de vida e da vida comunitária em que estiveram e estão inseridos os sujeitos da pesquisa, tornando possível captar os sentidos construídos dentro das suas próprias vidas, para posteriormente articulá-las com o grupo. Daí a importância de investigar suas memórias, que carregam as lembranças e esperanças construídas em Marrecas, possibilitando uma compreensão singular da história deste assentamento.

2.1 A história de Benezete Manoel de França

> Eu vivia no município de Padre Marcos, na microrregião de Picos, com a minha família mesmo, como agricultor, trabalhava com a família. A gente vivia agregado nas terras da família do meu avô. Juntamente com o pai trabalhava também. E a gente já desde o início, desde os 13 anos que eu comecei a militar nos movimentos sociais, na Igreja. E a gente tinha todo espaço de vivência, não só do município, como eu estudei em Picos também, fiz um trabalho fora do município onde eu nasci, e também em outros municípios mais próximos da região. A minha juventude na realidade foi mais... Desde novo, como eu acabei de colocar, eu me envolvi, eu trabalhei na Pastoral da Terra, trabalhei na Igreja. E esse espaço que a gente teve foi na juventude.

> Então ele foi mais voltado, tanto na roça, a maioria, quando eu chegava das atividades que a gente tinha pra fazer nas comunidades. A vida econômica era da roça mesmo, juntamente com meu pai e com meus irmãos. [...] O Movimento Sem Terra - como é uma história já conhecida por boa parte do pessoal que estuda o Movimento Sem Terra – ele surgiu a partir da luta das pessoas da Igreja. Houve umas pessoas da Igreja, aquelas que achavam que teria que fazer mudanças, e essas mudanças seriam através de pessoas que fossem buscar a organização do povo. E foi aí que surgiu a CEB (Comunidade Eclesiástica de Base) no início dos anos 80, e após, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que tinha como tarefa de divulgar a questão do conflito no campo e as ameaças que havia contra os presidentes dos sindicatos, contra as lideranças, contra as pessoas que na realidade se movimentavam pra que ajudassem as pessoas a buscar seus direitos. E foi a partir daí que surgiu o Movimento Sem Terra. Como eu vinha nesse trabalho da Igreja, ingressei junto. É só a gente lembrar que eu já fui da CPT na região de Picos e a partir da CPT a gente ingressou no Movimento Sem Terra, a partir de 1986.[112]

As palavras acima são de um assentado que, aos 17 anos de idade, decidiu se engajar na luta pela terra, por meio de uma tática de enfrentamento que vinha sendo utilizada com grande êxito pelo Movimento Sem Terra a partir de meados da década de 1980: *a ocupação de terras improdutivas*. Sua trajetória se confunde com a de milhões de homens e mulheres que saíram de sua terra natal e migraram para outros territórios em busca de melhores condições de vida. Filho de agricultores familiares do município de Padre Marcos (PI), *Benezete Manoel de França* conhece de perto a dureza da vida. Desde menino trabalhou na roça com os pais e os irmãos a fim de garantir o sustento da família. Iniciou sua militância no movimento social bem cedo, ainda na adolescência, atuando nas fileiras da CPT. Na ação pastoral, aprendeu a refletir sobre a vida utilizando uma mística que combinava valores religiosos com uma leitura política da realidade social. Em 1985, quando iniciam as articulações que resultariam na ocupação da Fazenda Marrecas, passou a conhecer o MST, movimento do qual viria a se tornar uma das principais lideranças no Estado do Piauí.

> O Movimento normalmente, ele cria-se em 84, mas desde 85 já havia algumas discussões aqui no estado. Houve uns companheiros da gente que vieram como CPT, vieram do Paraná e fizeram esse trabalho aqui no Estado do Piauí. E logo, antes de fundar o Movimento, eu já fazia parte da 1ª Comissão Estadual do Movimento aqui no Estado, e também, ainda bem jovem, em torno de 17, 18 anos, eu já fiz parte da

[112] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> 1ª Comissão Estadual, e aí a gente veio se ingressando no Movimento Sem Terra, fazendo o trabalho. Quando o Movimento toma como iniciativa a ocupação da terra, eu já comecei também a fazer o trabalho de mobilização do povo na base, pra trazer... pra levar pras ocupações.[113]

Sua fala, ao contrário do que indica o senso comum, demonstra que os camponeses têm consciência não apenas da realidade social em que vivem, mas principalmente da importância de se organizarem para lutar por seus direitos e contra as injustiças sociais presentes em seu cotidiano. Trazendo consigo uma experiência de militância pastoral, baseada na ideia de unir os camponeses em torno de seus problemas materiais, Benezete Manoel descobriu que a luta coletiva poderia elevar suas condições de vida, de sua família e de sua comunidade. Para este jovem, a militância política emergiu como a possibilidade de concretizar o sonho de ter um "*pedaço de chão*" e, ao mesmo tempo, como a oportunidade de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária. Essa utopia de conquistar uma vida digna teria motivado Benezete Manoel a se inserir na luta pela terra, por meio da experiência da ocupação.

A nosso ver, participar de uma ocupação é um ato que requer preparação e muita determinação para enfrentar o latifúndio e o próprio Estado, que historicamente tem servido para legitimar os interesses dos grandes proprietários de terra, em detrimento da situação de marginalização social em que vive a população pobre do campo. Partindo deste entendimento, podemos dizer que a ocupação da Fazenda Marrecas teve um sentido comum para os homens e mulheres que dela participaram: *o desejo de mudar a vida*. Tal sentido pode ser percebido nos depoimentos colhidos durante nossa pesquisa, que apontam as precárias condições de vida como o principal motivador para o envolvimento dos camponeses com a luta coletiva pela terra.

Para Benezete Manoel, o acesso a terra possibilitado pela ocupação da Fazenda Marrecas permitiu às famílias camponesas uma melhor qualidade de vida, se comparada à que elas tinham fora do assentamento. O trabalho com a terra favoreceu a produção do alimento para a sobrevivência da comunidade e a comercialização de parte da produção aos consumidores da região de São João do Piauí. Por outro lado, essa experiência teria proporcionado às famílias um aprendizado em termos de articulação política para a defesa dos seus direitos e reivindicações. Durante a pesquisa de campo, tivemos a

[113] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

oportunidade de ouvir depoimentos sobre as condições de vida dos camponeses antes e depois do assentamento, enfatizando as possibilidades que a nova condição social lhes permitia. Benezete Manoel, por exemplo, afirmou ter acumulado muitos conhecimentos políticos com a experiência da ocupação, porém destacou que os avanços econômicos foram bastante limitados. Em tom de franqueza, o depoente fala sobre as perdas e ganhos em sua trajetória.

> Pra mim, economicamente, a luta atrapalha muito. É preciso que a gente saiba disso. Eu não quero aqui uma juventude... Algum jovem que ouça isso, mas se você se integrar na luta, no dia a dia, economicamente você não lucra muito. Até porque você está um dia aqui, noutro dia você está em outro local, e isso me prejudicou muito. Economicamente eu, se não digo, sou um dos piores aqui do Assentamento na questão econômica. Mas na parte do conhecimento, de luta, eu acho que eu ganhei muito. Ganhei muito. Eu tive muitas oportunidades junto com o Movimento Sem Terra, de luta mesmo. Eu não estou falando de formatura... Eu tô falando no conhecimento de buscar, de contribuir, em outra região, em outro Estado, que a gente já fez isso. E pra mim, isso é muito positivo pra quem vai trabalhar com o Movimento Sem Terra ou em outro movimento que tenha a linha do Movimento Sem Terra.[114]

No que tange ao processo de mobilização das famílias camponesas, Benezete Manoel explica que os jovens tiveram um papel destacado, participando ativamente das ações que ensejaram a ocupação da Fazenda Marrecas. Segundo sua narrativa, coube aos jovens a tarefa de articular reuniões, encontros, cursos de formação política e outras atividades, visando a sensibilizar as famílias a se engajarem na experiência da ocupação. Naquele momento, o desafio era convencê-las de que a conquista da terra só seria possível através da luta organizada. Para este assentado, o esforço realizado pelos jovens foi importante tanto em termos de mobilização para que as famílias conquistassem a terra ocupada, como no trabalho de formação política e produção de militantes que seriam encarregados da estruturação e expansão do Movimento Sem Terra no Piauí. Esse processo é vivido e percebido por Benezete Manoel de maneira singular, conforme demonstra o trecho a seguir:

> Na realidade nós podemos dizer que a ocupação da Fazenda Marrecas foi feita por jovens. Aquelas pessoas que eram contra a gente,

[114]FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> chamava o ‘movimento dos moleques’. Porque na realidade era um movimento... Nós éramos todos novos e todos solteiros na época. A gente era jovem mesmo, e era jovem sem família, sem uma mulher. As pessoas que articularam a ocupação, que trabalharam na frente da ocupação eram todos jovens. Por isso que muitas vezes a gente fica imaginando ou quer que a juventude de hoje faça o mesmo, e muitas vezes eu digo que a juventude, ela tem o... Eu não concordo quando as pessoas dizem: “é porque é jovem, ainda não sabe...” “ainda não tenho esse conhecimento”. Eu acho que não, eu acho que a juventude, desde que ela tenha o interesse e a vontade de buscar esse conhecimento, de se articular. Eu acho que é muito... Ela tem, além da disposição, tem também a questão do próprio conhecimento. É mais livre pra fazer esse trabalho. Não resta dúvida. Porque se você tem alguém, uma família, filho, mulher em casa, pra você sair e deixar, é muito mais pesado. Jovem não. Saiu da casa do seu pai, depois passa um bom tempo fora, depois volta, vai pra casa do seu pai, então, pra mim, a juventude tem a maior facilidade. Nessa questão do trabalho, tanto o trabalho organizativo, que é o trabalho de base mesmo, eu acho que a juventude tem papel importante em toda sociedade, mas quando se diz que a juventude quer contribuir com a organização ou com o Movimento Sem Terra, enfim, é bem fácil de ter a juventude envolvida. Agora, nós sabemos que a sociedade em que nós vivemos oferece coisas diferentes pra juventude, que consegue mudar a cabeça da juventude.[115]

As palavras de Benezete Manoel permitem apreender o sentido do *fazer-se camponês* que designa os sujeitos protagonistas do Assentamento Marrecas. Sua fala expressa que a identidade camponesa está vinculada a uma cultura de valores, isto é, ao modo como os camponeses vivenciam e interpretam suas condições de existência. Tal visão nos remete à análise de Thompson sobre o *fazer-se classe*, que considera a vivência e percepção das condições materiais como elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos e a formação dos sujeitos políticos.

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.[116]

---

[115] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

[116] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

Nos termos de Benezete Manoel, o que se entende por camponês está relacionado aos processos vividos. Neste sentido, estudar a formação de um assentamento sob coordenação do MST implica compreender como se dá a vivência do camponês sem-terra em uma situação de mobilização para ocupar e permanecer na terra, e como essa experiência é incorporada, ou não, ao seu *modo de vida*, sobretudo quando emerge a condição de camponês assentado. Como nos explica Caldart:

> [...] escolher participar do MST não significa necessariamente passar a ter uma consciência ou uma cultura onde predominem os valores projetados pela luta e pelo jeito de ser do MST. [...] valores até podem ser assumidos a partir da pressão de determinadas circunstâncias, mas somente se perpetuam ou se transformam a partir de escolhas conscientes, que implicam em reflexão, de razão e de sentimentos, sobre a prática, sobre a vida, sobre história.[117]

Prosseguindo a narrativa, Benezete Manoel evidencia seu contentamento pela atuação da juventude no processo de articulação da ocupação, assim como a expectativa de que os jovens de hoje possam levar adiante a luta construída na Fazenda Marrrecas. Ressalta ainda o protagonismo político do amigo Inácio José, que, na sua visão, teria se tornado uma liderança importante no acampamento, em virtude da atuação destacada junto às famílias camponesas.

> Mas a gente se orgulhava em dizer que os 'moleques' tinham coragem de vir aqui, de enfrentar o latifúndio, de propor uma reunião com o governador, com o INCRA, e dizer "essa é a nossa posição, e nós queremos é isso". Então, a gente, em nenhum momento achou ruim porque eles diziam isso, porque a gente tinha as condições que garantiam as famílias há quase 22 anos, e a gente tá contando. A juventude de hoje taí, precisando tocar o barco pra frente, e eu só queria que eles se espelhassem no que foi feito antes. Você pergunta quem foram as pessoas, aqui no Assentamento temos algumas pessoas ainda das que fizeram os trabalhos deles. Tem o Zé Ivan que fez um trabalho interessante, muito trabalho de base. Temos também a Chica tá aqui também; nós temos o Eduardo, ainda mora aqui, que tem trabalho, aí tem eu, que vivo aqui também. Mas pra mim, a pessoa que teve um vínculo um pouco mais amplo em toda a região foi o Inácio, dentro do Assentamento, contribuiu bastante, muito trabalho. Inclusive o incentivo às famílias permanecer unidas, permanecer organizadas, pois naquela época ele animou bastante. Naquele momento foi que você não conseguia segurar aqui se você não tivesse

[117] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 58.

> um momento de animação. E ele conseguiu fazer isso junto com a gente, lógico que foi junto com a gente.[118]

Convém ressaltar que a experiência da ocupação envolve, simultaneamente, muitas indefinições e expectativas. Entendemos que ocupar a terra constitui um processo dramático, carregado de sentimentos ambíguos e difusos, que remetem a uma emoção profunda. É uma ação marcada pela ruptura e transformação progressiva de homens e mulheres por meio da luta política. É um momento de sacrifício, de encontro entre pessoas que não possuem vínculos afetivos, de enfrentamento da vida no barraco de lona e de possíveis embates com a ordem instituída. Por outro lado, é também um momento de ressignificação de valores, de vislumbrar a superação das desigualdades vividas no campo, de alimentar o sonho de produzir uma nova existência social.

Nos depoimentos que colhemos durante a pesquisa, *ansiedade e medo* são apontados como os sentimentos que estiveram mais presentes entre as famílias camponesas durante o processo de negociação para a desapropriação da Fazenda Marrecas. É o que podemos visualizar na narrativa de Benezete Manoel:

> Na realidade, uma ocupação, pra quem já participou, eu costumo dizer que tem dois pontos principais: um é a ansiedade de ter a terra e de ver resolvido, o outro é o medo. Porque na realidade o medo do latifúndio, principalmente naquela época que as pessoas tinham pouca convivência com a questão da ocupação. Então na realidade o medo fazia com que as pessoas se unissem, com que as pessoas lutassem, e isso ajuda. Pra mim, esse negócio de dizer: 'ah, eu não tenho medo...'' Não! Na realidade é preciso que tenha medo pra que a gente busque a solução pra o que você tá querendo, eu acho que... E outra, a ansiedade, como eu falei antes, a ansiedade por ter a terra ajudou muito nessa parte. Agora, naquele momento, no período da ocupação, o que eu achava é que a gente via famílias, mesmo que sejam todos da região de Picos, mas eram famílias que não se conheciam, que eram famílias de Paulistana, de Simões, de Padre Marcos, de Pio IX, de Dom Expedito Lopes, que vieram na época, de Itainópolis, e essas famílias, ao chegarem aqui, é como se elas fossem uma única família. Na realidade, aquele momento de acampamento foi... Foi por isso que a gente conseguiu avançar, era o elo de... não sei, uma..., quer dizer, uma unidade que criou nessas pessoas para que buscassem as soluções. Era o frio, era o sol, era a fome, era a pressão... Mas todo mundo estava junto, ajudava. O que um tinha ou pudesse arrumar era compartilhado por todos que estavam necessitando. Na questão da... principalmente na hora da doença, era coisa impressionante. Que aqui

[118] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

> era muito difícil o acesso e a gente teria que buscar nos..., ter que levar pessoas por mais de 2 km numa rede, quando não tinha condição, porque não tinha na realidade, espaço pra chegar até na cidade. E isso existia. Aquela unidade, aquela vontade de contribuir com essas pessoas dentro de todo Assentamento. Além do trabalho, né, do trabalho produtivo que ajudou muito. Eu diria que nos primeiros.6 ou 8 meses do Assentamento, a forma do trabalho coletivo que era feito lá em volta do poço, no Capim Grosso, ajudou muito na instrumentação. Apesar de ser muitas famílias, mas ajudou muito, bastante. Essa questão da irrigação naquele momento, um pouco desconhecido, com pessoas que não tinha muito conhecimento, mas que conseguiram fazer algo que contribuísse pra que a gente não dependesse unicamente das contribuições que nossos amigos nos davam.[119]

O trecho acima enfatiza aspectos relativos ao processo de constituição da subjetividade, pois trata de sentimentos compartilhados pelas famílias camponesas na vivência da ocupação da terra. Em sua narrativa, tomada por uma espécie de comunicação emocional, Benezete Manoel ressalta a dimensão das contradições e dos conflitos como aspectos constitutivos da luta pela terra, situando ansiedade e medo como elementos inerentes ao agir humano. Seu comentário faz lembrar a reflexão de Thompson acerca dos valores, para o qual a experiência humana não se esgota na vivência da ação política, mas também se traduz em outras dimensões que interferem no agir das pessoas diante de sua situação social. Diz Thompson que:

> [...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. Isto significa, exatamente, *não* propor que a "moral" seja alguma "região autônoma" da escolha e vontade humanas, que surge independentemente do processo histórico. [...] Pelo contrário, significa dizer que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada "necessidade" há um afeto, ou "vontade", a caminho de se transformar num "dever" (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.[120]

---

[119] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

[120] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria:* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189-190.

No tocante às tarefas específicas desempenhadas pelos camponeses, as ações se deram tanto em termos de mobilização quanto no aspecto organizativo. Alguns tiveram participação efetiva no trabalho de articulação das famílias enquanto outros atuaram na organização interna do acampamento, ajudando a construir a resistência e a convivência coletiva. Benezete Manoel contribuiu em diversas frentes de atuação. Ajudou a organizar o trabalho de base junto às famílias, participou da comissão de segurança no momento da entrada na terra e integrou a coordenação do acampamento, ficando inicialmente encarregado da equipe de arrecadação de alimentos.

> Eu tinha tarefa específica. A questão da segurança aqui no Assentamento, ou, no acampamento, na época. Eu comecei fazer essa parte, era um pouco da responsabilidade, além da mobilização que a gente fez na região de Picos pra trazer as famílias. Mas quando a gente chegou aqui, no primeiro momento, eu tive..., nós ocupamos à uma hora da tarde e antes, às dez da noite eu já estava aqui pra ver se estava tudo certo. Se estava tudo tranquilo, para as famílias poderem entrar e aí, logo depois da ocupação a gente permaneceu na coordenação do acampamento e a minha tarefa era uma das maiores, que eu digo né? A gente passou a fazer parte da equipe de arrecadação de alimento. E essa região daqui toda, a gente teve que ir pra outras cidades, pedir ajuda. Tivemos bastante ajuda. A partir dos 15 dias, quando as famílias não tinham mais com que se alimentar, eu fiz parte da chamada Comissão de Alimentação. E essa foi pior. Pra mim, na época, era difícil. Porque além de você não conhecer a região e as pessoas não te conhecerem, era um fato novo para a sociedade, e, principalmente pra toda a sociedade aqui da microrregião de São João do Piauí. Então, por um lado, a gente estava num espaço que as pessoas nos detestavam, achavam que a gente era invasor, chamavam a gente de 'invasores', não queriam falar com a gente, e a gente era obrigado a pedir ajuda dessas pessoas, e foi aí que eles começaram a ajudar e melhorou um pouco a relação, tanto a nível de São João quanto a nível de região. [121]

Sobre o significado da luta empreendida pelo MST, Benezete Manoel imprime à sua narrativa uma percepção da reforma agrária como instrumento que possibilita não apenas o acesso à terra, mas também a políticas sociais básicas, como educação e saúde. Considera que após a conquista do assentamento as famílias devem continuar organizadas e lutando para fazer a terra produzir. A representação da terra como um bem coletivo, que não deve estar aprisionado pela propriedade privada, é carregada de muita força em seu depoimento.

---

[121] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> Eu entendo que o movimento sem-terra dentro dos seus princípios, desde que ele foi criado, ele trás perante o trabalhador, que é o trabalhador do campo, o espaço, que eu falei antes, de moradia e de trabalho. Tem até um lema que foi usado muito pela gente, que nós devemos ter, que é: a luta do movimento sem-terra era pra que você tenha trabalho, pão e vida, quer dizer, festa depois, porque na realidade, pra você ter tudo isso, é preciso você ter o que nós chamamos de Reforma Agrária. Se você fizer a reforma agrária, então você vai ter trabalho, você vai ter pão, e depois você pode ter festa, porque você tem uma vida digna. [...] O que eu entendo é que o Movimento luta exatamente pela Reforma Agrária: você democratizar a terra, quer dizer, que a terra esteja a benefício de quem faz ela produzir. Que ela esteja ali e você tenha ela como uma produtora pra você, e que você não tenha ela como um capital, como algo que você tenha de vender. Que você tire dela o sustento seu, de sua família, e dos que necessitam. Então, o Movimento trabalha com Reforma Agrária, por isso que eu acho que dentro da Reforma Agrária está incluído todos os outros pontos. Aí vem junto, o próprio movimento dizia, vamos ocupar a terra, pra que ela seja desapropriada, porque junto vem a questão da moradia, vem junto a questão da educação, porque precisamos também da educação, é preciso vir junto, vir no pacote. É preciso vir junto também a questão da melhoria dos meios de produção, como produzir mais e produzir bem melhor, que venha junto também, é preciso que venha junto a comercialização, como é que vai comercializar, que não adianta você produzir, porque, e o excedente, o que sobra, o que vai fazer? Precisa disso, então, por isso que nós falamos, Reforma Agrária é o conjunto de medidas que vem, que tá no momento da democratização da terra que vai pegando todos esses pontos que a gente resume nesses três pontos que acha que tá tudo junto, né? Então eu acho que o Movimento durante esse período de luta, também teve altas e baixas, mas o movimento, o MST, conseguiu mudar, é, e aí eu faço uma avaliação do Movimento Sem Terra no decorrer de 20 anos, por exemplo, o Movimento teve um avanço muito grande, a gente influenciou, influenciou na educação, influenciou na questão da saúde, além da luta pela terra.[122]

Ao comentar sobre o tema da reforma agrária, Benezete Manoel traz à tona duas *ideias-chave*, sobre as quais se firma a identidade política do MST: *a compreensão da terra como um bem coletivo e a luta por uma sociedade com justiça social.* Observando a trajetória do MST, percebemos que essas ideias emergem como uma construção que vem sendo realizada desde a sua criação formal, em 1984, e traduzem o sentido que o movimento confere à sua luta, expresso na concepção de que um movimento social que visa à transformação da sociedade não pode restringir suas reivindicações ao acesso e/ou conquista da terra. Tal concepção parece ter sido incorporada à visão de mundo do

[122] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

assentado Benezete Manoel, pois sua narrativa indica não haver dúvidas quanto à validade da luta pela terra e do que ela representa em termos de justiça para todos enquanto um ideal.

A respeito do dia a dia no acampamento e do processo de luta para a conquista do assentamento, Benezete Manoel comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas que participaram da ocupação. A luta pela sobrevivência, o enfrentamento das condições climáticas adversas, as ameaças do poder político local e o medo de uma possível repressão policial são fatores significativos nas lembranças captadas pela memória deste assentado. É o que se pode verificar no seguinte trecho:

> Como a gente tava vindo deixando tudo pra trás, casa, e tudo o que tinha, praticamente, só trazia os seus pertences que dava pra vir. [...] Então a primeira luta, uma das primeiras lutas foi pela sobrevivência, que é você adquirir alimento. Então a gente trabalhou muito com campanha, com pessoas que pudessem ajudar essa questão da alimentação, que ajudou também a aliviar, a fazer com que as pessoas apoiassem a ocupação. Agora, no decorrer da nossa luta aqui, tiveram vários momentos que a gente precisa... que eles são... tem uma sequência. Primeiro quando você chega aqui, vem de uma outra região, e logo que nós chegamos aqui, de acordo com a pessoa da meteorologia, teve noite aqui que chegou a 12°, 14° graus. Você dormir no relento nessa temperatura, então foi bastante frio. E era o contrário, durante a noite fazia bastante frio, e durante o dia muito quente, muito calor. Então esse foi um dos primeiros impactos. O segundo é essa questão da necessidade de alimentação mesmo, depois vem a luta mesmo pra você adquirir isso. Você na luta pela terra, aí teria o medo e a ameaça do poder político local, que não era bem do fazendeiro, era do poder político local. E isso, não tem dúvida, causa medo às pessoas, aquelas que nunca viram, que realmente acha que a polícia vai chegar aqui e vai armar alguma coisa. Então o frio, a fome, o medo da repressão da polícia.[123]

No que concerne às relações sociais estabelecidas no acampamento, a narrativa de Benezete Manoel sugere a inexistência de manifestações contraditórias no diálogo entre as famílias camponesas e a coordenação do acampamento. Sua fala aponta para a conformação de uma sociabilidade marcada pela ausência de conflitos, onde o acampamento é apresentado como espaço permeado pelos sentimentos de solidariedade e ajuda mútua. A ênfase na unidade entre as famílias é um elemento marcante em sua

[123] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

narrativa. Segundo o depoente, um possível distanciamento entre as famílias e a direção do MST teria ocorrido apenas em virtude do processo de expansão do movimento em âmbito estadual.

> Naquele momento, pela Marrecas ser a primeira a ser ocupada, todos os militantes, dirigentes do Movimento, em nível estadual se voltaram pro Assentamento Marrecas. Então, eu não atribuo que dentro da Marrecas houve isso, distanciamento ou problemas entre dirigentes, porque todo mundo era daqui. Foi daqui que saíram os primeiros militantes pra fazer a ocupação da Lisboa, que foi a segunda ocupação do estado do Piauí, foi daqui. Então, foi daqui que saiu, já com ajuda de alguns da Lisboa, outro grupo de trabalhador pra ocupar Mudubim no município de Oeiras, em 1991. Foi daqui também que saiu um grupo de famílias, que com apoio da direção estadual, já, da coordenação estadual foi fazer ocupação da Fazenda Cebolas, no município de Teresina, em 1992. Foi daqui que saiu o grupo de famílias que ocupou uma fazenda aqui no município de Floriano, em 1993. E aí em 1995, a Fazenda Caju Norte e a Fazenda INCRA no município de Canto do Buriti. Em 1995 também a Fazenda... lá no município de Campo Maior, chamada Pedra Negra. Naquele momento foi o maior conflito que aconteceu no estado do Piauí com referência ao Movimento, que hoje as famílias estão na Caprino, já assentadas. [...] Então não houve. Pra mim não houve. A partir daí, o Movimento, ele trabalhava, não tinha problema com as famílias. O distanciamento, ele partiu, um certo distanciamento, que não é nem tanto, é porque as famílias entende que o dirigente... que o Movimento Sem-Terra precisa tá todos os dias, quem é dirigente, junto com as famílias. Mas a partir do momento que a luta do Movimento foi se expandindo a nível de estado, quem dirigia teria que ficar no centro pra poder dar acompanhamento em todo o estado, pra poder, como posso dizer, pra poder centrar informações pra tá transmitindo e tá resolvendo a situação. Que foi a partir do momento que houve a necessidade de trazer a secretaria de Picos e levar pra Teresina, porque lá, nós entendia que tava no centro. Tanto próximo às negociações, com o INCRA, com os Governos, e com quem fosse, como também com o Estado. Era a forma de você tá pegando o pessoal do ... e hoje nós temos as pessoas, quer dizer, temos assentamentos em todo o Estado do Piauí, mas partiu da Marrecas. Marrecas, nós chamamos, tanto que a gente faz o aniversário do Movimento no Estado do Piauí na data do aniversário do assentamento, que foi quando de fato aconteceu a luta pela terra. Antes eram só as discussões, que aconteceu a luta pela terra. Foi pra prática. A luta pela terra é isso. Você entrar no latifúndio.[124]

Sem desconsiderar a percepção de Benezete Manoel, entendemos que a representação do acampamento como espaço de convivência harmoniosa não deve ser apreendida de forma linear. A própria condição de acampado já implica uma

[124] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

convivência entre pessoas com experiências diferentes, sem vínculos anteriores, que nem sempre desenvolvem relações ancoradas na solidariedade, mas também pautadas pelo egoísmo e desconfiança. Em análise sobre o cotidiano de acampamentos do MST no Estado de São Paulo, Turatti indica que o acampamento corresponde ao espaço da tensão permanente, da relação conflituosa que caracteriza a vida sob o barraco de lona. Como nos diz a própria autora: "as relações sociais dentro do acampamento, sejam elas entre acampados sejam entre acampados e lideranças, estão revestidas de uma conflitualidade constante".[125]

Gomes referenda a posição de Turatti, ao afirmar que o acampamento é "um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias. A concretização desses caminhos, não se dá de forma homogênea: o próprio acampamento é um espaço heterogêneo".[126] Deste modo, o acampamento não se configura como espaço homogêneo, pois seu cotidiano é recortado por diferentes percepções que se confrontam na construção da vida comunitária.

Outro assunto abordado por Benezete Manoel diz respeito às formas de relação entre homens e mulheres no acampamento. Ao ser inquirido sobre este tema, o narrador esboça uma postura de concentração e após alguns instantes de silêncio faz ecoar uma resposta cuidadosa sobre o cotidiano da mulher no processo de luta pela terra.

> Bom, eu acho que a gente deu o pontapé inicial pra questão de você não ter distinção de raça, de gênero, essa coisa que o movimento também via isso. E aqui é trabalhado, foi trabalhado durante, é tanto que nós, no decorrer da luta desses 20 anos, que nós entendemos que a luta pela vida é da família, é de todo mundo: do homem, da mulher, do jovem, é de todo mundo. Então, se é de todo mundo, todo mundo tem que tá lutando, então não tem que haver uma distinção de pessoas, se você é homem, se você é mulher, se você é velho, se você é criança. Você pode medir a sua capacidade de exercer uma determinada tarefa, mas, por exemplo, aqui você dizer que alguém não é capaz de fazer algo, você tá tirando daquela pessoa a condição que ele tem. Então é preciso que você confie. E era isso que eu dizia. No início, a gente fazia muito isso: tirava uma coordenação e dizia: 'qual é a sua tarefa? Vamos construir, construía a tarefa junto, depois dizia: 'agora tu se vira e traga feito. Se tiver dificuldade tu me chama pra ajudar, mas agora tu se vira.' Então, é você dar a oportunidade, ver que a pessoa também, ele pode pensar, ele pode executar algo. E, a partir daí a mulher, aqui no Assentamento, é tanto que nós temos uma

[125] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p. 111.
[126] GOMES, I. Z. *Terra e subjetividade*: a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar Edições, 2001, p. 104.

> diferenciação... eu acho que tem momentos que exagera mas é por conta do próprio sistema que oferecem né? Exagera, tem momento que exagera. Quando você diz assim: 'nós vamos...' Aqui criou-se uma Associação agora, e aí disse: 'Só pode ser sócio dessa Associação mulher'. Não existe Associação de mulher. Quer dizer, é um exagero. É um exagero. Eu mesmo, no meu ponto de vista, eu vejo como exagero. Eu acho que a participação da mulher, ela é importante, é por isso que nós coloca a mulher, e achamos que a mulher deve ir pra direção, pra coordenação, e é por isso que nós, que em todas as nossas instâncias, em todos os nossos espaços, em toda nossa coordenação tem que ter uma mulher, mas é pra que ela possa... Nesse momento que você cria uma associação de mulher, uma associação só de mulher, você quer é fazer o seguinte, você tá vendo, que não é mais isso o caso, não é mais isso que nós dizemos que na coordenação, que na própria coordenação daqui tem um homem e uma mulher pra coordenar um núcleo. Quando você cria uma coordenação só de mulher, não é mais isso. Uma mulher coordena um núcleo, e coordena uma associação. Mas isso são visões de pessoas que vão vir, certamente vão vir e vão ter uma visão diferenciada. Mas eu acho que a família é muito diferente é que é o importante pra tudo. Pra mim é isso.[127]

Não interpretamos o silêncio de Benezete Manoel como esquecimento, mas como um elemento constitutivo da consciência coletiva, isto é, enquanto sentimento de pertencimento ao grupo. Seu gesto de concentrar-se para formular uma resposta criteriosa deixa transparecer a existência de contradições entre o discurso do MST, pautado no princípio das relações igualitárias entre homens e mulheres, e a vivência deste princípio nas áreas de acampamento. Todavia, possivelmente para preservar a imagem do movimento, Benezete Manoel procura enfatizar aspectos tidos como positivos na dinâmica da relação homem/mulher, evitando abordar os problemas que perpassam a construção das relações de gênero no espaço do acampamento.

No comentário do depoente, fica implícita a ideia de que a participação das mulheres já estaria inserida na estratégia geral do MST por se tratar de uma luta que envolve todos os membros da família. Por outro lado, o questionamento acerca da criação de uma Associação de Mulheres indica uma possível resistência à participação autônoma das mulheres assentadas. Além disso, a narrativa de Benezete Manoel mostra que os processos de participação no interior dos acampamentos seriam assegurados em função da "*capacidade*" demonstrada para o exercício de determinada tarefa. Sobre esse aspecto, é oportuno destacar a contribuição de Melo, que, discutindo o problema das desigualdades de gênero no MST, assim se expressou: "absolutiza-se a noção de

[127] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

"capacidade" como algo que um homem ou uma mulher podem ter ou não, e não como algo que se constrói no curso de relações que não são sempre igualitárias".[128]

Para este pesquisador, é no fazer humano, no aprendizado coletivo da luta pela terra, que homens e mulheres vão tecendo e ressignificando os papéis de gênero, construindo um sentido para suas vidas.

Já a partir do acampamento, as famílias camponesas se depararam com o desafio de estabelecer novas relações sociais que proporcionassem uma convivência baseada nos valores da solidariedade e da cooperação. Por isso mesmo, a organização interna no acampamento se pautou desde o início pela divisão de tarefas entre os acampados e pela tomada de decisões coletivas através de assembleias periódicas. Desse modo, logo após a ocupação da terra, foram constituídas várias comissões encarregadas de organizar o dia a dia do acampamento e uma coordenação geral, responsável por acompanhar o trabalho das comissões e encaminhar as lutas externas pela conquista do assentamento.

Todavia, apesar do nível de consciência e organização política adquirido com a experiência da ocupação, a convivência coletiva no Assentamento Marrecas vem sofrendo alguns abalos. De acordo com Benezete Manoel, as relações sociais que começaram a ser vivenciadas durante a fase do acampamento, orientadas pelos princípios de cooperação e solidariedade, não mais se evidenciam como outrora. Segundo sua narrativa, alguns assentados já não enxergam a importância desses valores para manter a unidade entre as famílias. O planejamento das ações a serem executadas, antes discutidas e deliberadas por meio de assembleias, vem sendo paulatinamente substituído pela cultura do individualismo, um dos principais entraves para a manutenção da convivência comunitária em Marrecas.

> O dia a dia do Assentamento hoje é diferente do primeiro momento. Após a consolidação, mesmo que não esteja bem consolidado, na realidade, hoje as pessoas já tem sua casa, já tem sua roça, outros já tem seu negócio, outros já tem seus ramos de lida do dia a dia. E, na realidade, a maior parte das pessoas vivem do trabalho da roça. A maior parte. Nós temos poucas pessoas que são envolvidas na questão do trabalho mais de empregado, até porque o Assentamento não visa isso. O Assentamento visa você vir pra um assentamento é pra você ter um pedaço de terra pra morar, trabalhar, criar sua família. Não visa vir pro Assentamento pra o emprego. Então são poucos. Todo mundo é envolvido. Apesar de que, hoje o dia a dia nosso aqui já é

[128] MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.*). Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 123.

> diferenciado. Vou repetir: cada qual agora já começa a puxar pro seu lado: "Eu vou pra cá", "A minha tarefa é essa!". E muitos já não querem mais ouvir os outros, já não querem. E aí, isso dificulta todo trabalho que a gente começou e queria que continuasse por um longo tempo. Isso é aquilo que eu falei antes... Nós vivemos num sistema muito difícil de você segurar uma comunidade do tamanho da nossa sem que algumas pessoas debandem e tomem posições contrárias. Posições contrárias até as dele mesmo no começo – porque na realidade tem – mas eu diria que a maior parte, a maioria das pessoas aqui dentro continuam firmes. Continuam trabalhando com o objetivo de ter uma vida digna.[129]

Apesar disso, Benezete Manoel continua se mostrando otimista com a vida. Para este caminhante da luta pela terra, é do sonho da mudança que emerge a necessidade de romper com os valores individualistas e de construir uma nova consciência, alicerçada no fortalecimento da convivência social. Em suas próprias palavras: "Não sabemos até onde vamos, mas eu entendo que, dependendo da nossa organização, porque depende de fato, se nós dermos uma sacudida, levantar e continuar... Nós sabemos que esse é o meio: a luta do povo".[130]

2.2 A história de Arcanja Pedrina de Jesus

> [...] eu vivia numa comunidade chamada Cabaceiras, Simões do Piauí, microrregião de Picos. Em 1989, depois de um trabalho de base muito bem feito, a gente decidiu tomar outro rumo. Porque lá a gente vivia uma vida um pouco aperreada. Apesar de alguns ter algum trabalho mesmo, trabalhava, tinha até carteira assinada, mas não era o suficiente prá uma família. E ai a gente decidiu vir ocupar essa terra onde a gente se encontra até hoje. [...] A gente sobrevivia do trabalho da roça, onde a gente quase não colhia nada. Sempre vivia do mercado. É... e as condições era péssimas. Um pequeno trabalho onde não era nem um salário mínimo. Minha família era um pouco grande, então isso não era o suficiente. A única da família que tinha esse 'salariozim' né, e aí a gente achou que não era o suficiente. Eu morava com meu pai, minha mãe, meus irmão, né, aonde, com o passar do tempo minha mãe faleceu e a gente ficou mais desanimado ainda.[131]

---

[129] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[130] Ibidem.
[131] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

O protagonismo das mulheres nas lutas camponesas é um traço marcante na história do Brasil. Todavia, a trajetória das mulheres nem sempre é lembrada na memória das lutas sociais no campo, ainda que elas tenham sido presença ativa nas lutas pelo acesso à terra e pela mudança do modelo econômico centrado no latifúndio.

O fato de não serem lembradas na memória das lutas sociais não significa que as mulheres estiveram passivas diante dos conflitos agrários ocorridos em diferentes momentos da história de nosso país. Existem pegadas deixadas pelas próprias mulheres que permitem evidenciar suas mais diversas experiências nas lutas sociais. De modo geral, são mulheres que vivem e atuam no campo se destacando como lideranças, que participam ativamente de grupos de trabalho, discutindo o encaminhamento das lutas nos acampamentos e assentamentos. Noutras palavras, são mulheres que lutam sem trégua pelo seu reconhecimento como sujeitos da história.

A presença de mulheres no Movimento Sem Terra pode ser encontrada desde o início da década de 1980, período de sua gestação. Já no primeiro Congresso Nacional, ocorrido em janeiro de 1985, as mulheres participaram ativamente, ajudando na elaboração e definição das linhas políticas e dos objetivos do MST. Entre elas estava a Elizabete Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, da Liga Camponesa do Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962.

> No 1º Congresso Nacional, em 1985, elas estavam presentes na organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional de Mulheres do MST. Já em março do ano seguinte, conquistaram, junto com outros movimentos ligados a gênero, sua primeira grande vitória: o direito de receber lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais ou irmãos. Ainda nesse período, as sem-terra de diversos Estados organizaram encontros para refletir e avaliar suas formas de participação na luta.[132]

É sobre a trajetória de uma dessas mulheres, cujos nomes não constam nas escrituras oficiais e, portanto, estão invisíveis, que nos propomos a discorrer. A narrativa diz respeito à história de *Arcanja Pedrina de Jesus*, agricultora familiar nascida na comunidade Cabaceiras, situada no município de Simões do Piauí. Trabalhando na roça desde criança, esta mulher camponesa teve uma juventude sofrida e enfrentou as condições adversas oriundas da estrutura fundiária brasileira. Quando

[132] MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 211 – 212.

veio para o acampamento, aos 18 anos de idade, possuía apenas a 4ª série do ensino fundamental. Na condição de assentada teve a oportunidade de continuar seus estudos, chegando a cursar o Magistério e a graduação em Pedagogia. O trabalho no setor de educação rendeu-lhe o cargo de Diretora da Unidade Escolar Paulo Freire, instituição de ensino que atende aos jovens do Assentamento Marrecas. Atualmente, encontra-se afastada de suas atividades em virtude de problemas de saúde.

Apesar das dificuldades econômicas, ocasionadas pelo trabalho precário na terra e a insuficiência do salário, Arcanja Pedrina sente muito orgulho ao falar sobre sua juventude. Para ela, as dificuldades significaram um momento de aprendizado, de crescimento e de busca por uma vida digna. Nesse sentido, a participação na experiência da ocupação teria contribuído para o entendimento de que as conquistas sociais só se efetivam com a luta organizada.

> A minha juventude foi um pouco sofrida, né, mas a gente tem orgulho porque foi com esse sofrimento que a gente aprende né, que até hoje a gente tá sobrevivendo. A gente aprendeu a lutar, aprendeu a conhecer mais, né. Foi aí que a gente entrou no Movimento. A questão da juventude, a gente tinha um trabalho, é, dentro da juventude. O trabalho, tinha o grupo de jovem onde a gente não só trabalhava mas também contribuía, né. E isso ajuda a crescer, porque a gente cresce também na dificuldade. Se a gente tá numa boa vida, a gente não vai atrás mais de nada né, então isso impede o crescimento. Quando a gente tá nas condições péssimas, a gente se vira, e aí que a gente encontra uma vida melhor.[133]

Um aspecto importante da narrativa de Arcanja Pedrina reside nas circunstâncias pelas quais tomou conhecimento sobre o MST e que motivaram sua inserção e de seus irmãos na experiência da ocupação. Durante a entrevista, ela lembra de uma história contada por um senhor que morava no Estado do Pará e que estava passando por Teresina no ano de 1986. Em seu comentário, o homem afirmou ter começado sua vida com um "*pé de abóbora*". Ouvindo o relato, Arcanja Pedrina percebeu que se tratava da história de uma ocupação, mas não imaginava que estivesse relacionada à história do MST. Ao participar de sua primeira reunião sobre o movimento, é que se deu conta disso. O fascínio exercido por essa história em seu imaginário fora decisivo para a mudança de rumos de sua trajetória.

---

[133] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> É... isso é uma história muito interessante, né? Eu fiquei... quando eu vim as primeiras reuniões que eu já conhecia a história de um senhor, é, que em Teresina, em 86 ele contava uma história. Ele era do Rio Grande do Norte, tava morando hoje no Pará, naquela época tava morando no Pará, e ele disse que foi a pé, né, pro Pará, passando em Teresina, comendo pão seco e lá no Pará ele ocupou a terra, né, que lá já existia ocupar terra, e ele me dizia uma história meio difícil de acreditar. Ele disse que começou a vida dele com um pé de abóbora, que plantou um pé de abóbora e essa abóbora foi rendendo, e ele foi plantando mais, mais. Só que eu não sabia que era a história do Movimento Sem Terra, né. Eu sabia que era a história de uma ocupação, né. Aí ele disse que depois veio outros que entraram junto com ele e conquistaram a terra. Hoje ele... naquela época ele vivia muito bem, né. Então quando eu ouvi a história dele, eu não sabia que história era essa, né? Mas eu achei muito interessante. E aí quando eu ouvi essa história dele, que eu participava da 1ª reunião que falava no Movimento Sem Terra foi que eu me toquei, pois era a história do senhor, eu não lembro mais o nome dele, né, mas ele contava uma história muito bonita, assim, interessante, que fez com que eu me interessasse, por isso que fui a primeira da família que decidiu vir. O pessoal achava muito estranho porque eu não tinha precisão de vir, e não sei o que, então com a minha vinda, aí meus irmãos também se interessaram, aí veio.[134]

Sobre a vida no acampamento e o dia a dia das lutas para a desapropriação da terra ocupada, Arcanja Pedrina afirma que havia muitas dúvidas entre as famílias acampadas. Sua narrativa demonstra que a vivência no acampamento nem sempre é pacífica, pois nele emergem hábitos forjados no aprendizado da luta e costumes trazidos de modos de vida já experimentados.

> Existia algumas dúvidas de alguns: "nós vamos ganhar essa terra?". Eles ficavam se perguntando e a gente enchia eles de esperança: "um dia nós vamos ter essa terra em mãos". É, mas a maioria tinha dúvida. Muita gente falava de ir embora, que a terra nunca ia sair, porque a maioria deles vinha pensando que ao chegar a gente já recebia terra, recebia o título, e isso não aconteceu até hoje. Não é fácil, né, um título de terra. Como a gente ficou na parte coletiva, cada um tem seu título não, tem assim, um pedaço onde fazer a casa, onde fazer a roça, mas não é definido: 'aquele é só meu'. Qualquer pessoa, em outro momento pode tá lá também, né. Então isso ficou, permaneceu ao longo do tempo, né? As pessoas fica nessa expectativa, né, de ter terra, de ter a sua roça própria, de você ter... ter uma vida melhor. Isso pra uns aconteceu, mas tem muita gente que até hoje, ainda não teve esse ponto.[135]

[134] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[135] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

Dando sequência à sua narrativa, Arcanja Pedrina destaca o papel da juventude na construção da convivência comunitária. Diante das tensões que emergiram no acampamento, ela explica que a ação dos jovens foi muito importante para manter a unidade entre as famílias. Por meio da criatividade artística, os jovens teriam demonstrado grande capacidade para inventar momentos de prazer e alegria em um contexto tão sério de lutas e dificuldades.

> Tinha muito jovem, né, que eles articulavam o assentamento, quer dizer, no primeiro momento. Nós chegamos no mês de junho, em São João do Piauí era um momento festivo, e muita gente queria ir né, e a gente não podia liberar, porque tava em período de permanência, de chegada, e o pessoal não conhecia. E que é que a gente fazia? A juventude, ela formalizava suas diversões, né? Todo dia tinha festa, a noite. Tinha um conjunto improvisado, a gente improvisava os microfones, improvisava as caixinhas de som, improvisava tudo, e a noite era festa, e era forró, porque era mês de São João. Eu lembro que nós tivemos um mês, é, a juventude animando. Então era a juventude, e os velhos também tava lá, né, mas a juventude que puxava, e isso fez com que muita gente permanecesse naquele período, né, principalmente a juventude.[136]

No que tange aos papéis assumidos por esta narradora, verificamos que a mesma se tornou uma liderança reconhecida entre as famílias camponesas, desempenhando uma ação importante no processo de organização comunitária e no trabalho de educação desenvolvido com as crianças acampadas. Seu depoimento mostra que a presença feminina foi relevante não apenas nos estágios iniciais do acampamento como posteriormente no espaço do assentamento.

> A gente, no primeiro momento, a gente fez, fazia parte da coordenação do acampamento. A gente coordenava núcleo, grupo. E esse grupo se reunia quase todos os dias. Tinha que reunir pra ver o que é que tava acontecendo, o que é que tava faltando, como tava a conjuntura. Então essas coisas a gente precisava ir atrás, né? E aí nós tinha 1 coordenador que coordenava lá dentro, e tinha uns outros coordenadores que saía pra fora, né, pra avaliar a situação né, da conjuntura. E uma outra tarefa que nos foi dada, como a gente já trabalhava, né, na educação lá onde a gente tava, morava, é, foi trabalhar a questão da educação. Aí começava com as criança, a gente começou com um trabalho voluntário, a gente trabalhou a base de um ano ou dois sem receber praticamente nada, só pra contribuir com as crianças e com o acampamento. Então essa tarefa que nos foi dada,

[136] Ibidem.

> acho que fez com que a gente crescesse e que até hoje a gente trabalha com a educação né? Eu lembro que as crianças era tudo novinha, nós não tinha um local específico pra educação, aí foi os primeiros, nas primeiras reuniões com a secretaria de educação que nos apoiou, que nos apoia até hoje, então eles nos forneceu alguns instrumento como... prá que a gente pudesse segurar essas crianças, né, na sala de aula.[137]

No trecho em destaque Arcanja Pedrina ressalta a importância da mulher no processo de luta pela terra, redesenhando o espaço e o papel do feminino na construção das relações sociais de gênero. Seu protagonismo contrasta com a imagem estereotipada da mulher camponesa, frequentemente representada como passiva e ignorante. Sua narrativa dá visibilidade à mulher como um agente histórico fundamental, quer seja pelo enfrentamento das situações adversas dadas pela ocupação, quer pelas relações que reconstrói com sua presença ativa na luta. A partir da vivência da ocupação da terra e da organização do acampamento, Arcanja Pedrina ressignifica seu estar no mundo, sua presença como mulher na história.

Quando indagamos sobre a melhoria nas condições de vida após a experiência da ocupação, Arcanja Pedrina diz que a situação das famílias melhorou muito em relação às circunstâncias anteriores ao assentamento. Além do acesso à terra, as famílias conquistaram também o direito à educação, trabalho e moradia.

> [...] quando você tem assim, um meio econômico, você muda alguma coisa, questão do trabalho, não é que a gente não trabalhe, a gente trabalha, agora mudou bastante. Melhorou um pouco, não é que é dizer 'melhorou tudo' mas acho que 90% das mudanças a gente atribui, ao trabalho que a gente tem, ao que a gente estudou, através do conhecimento que a gente consegue. [...] Eu fiz o magistério, quando eu vim de lá, eu só tinha até a 4ª série do ensino fundamental, né, aí a gente já fez o magistério, já fez o curso superior, então só através dessa militância, né, que fez com que eu chegasse até hoje.[138]

Arcanja Pedrina faz também uma comparação acerca da participação dos jovens durante a fase do acampamento e após a conquista da terra. Ela avalia que diferentemente do acampamento, onde os jovens se envolviam muito nos trabalhos de grupo e nas discussões, uma parte dos jovens assentados está acomodada e sem responsabilidades.

---

[137] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[138] Ibidem.

> Tem muitos jovens acomodados, né, que a gente até fica se perguntando: "quê que eles pensam?" né? Mas a maioria dos jovens participava das reuniões. Aqui tem vários grupos e quem coordena a maioria hoje é os jovem, né? Tem muito jovem esforçado que puxa as reuniões, que discute, que debate, né? E a gente... tai, muito jovem aí contribuindo.[139]

Prosseguindo sua narrativa, Arcanja Pedrina fala da percepção do MST sobre a realidade dos jovens no campo. Ela conta que, apesar da preocupação com as questões relacionadas à juventude, o movimento tem recuado um pouco em sua política de organização dos jovens camponeses. Para ela, é fundamental refletir e planejar as ações a serem desenvolvidas pelos jovens que vivem nos assentamentos.

> [...] Qual vai ser o futuro. Hoje, né, ter essas preocupações como MST, como assentada, como trabalho lá na escola também, eu fico olhando nossos jovens. Tem muitos que não tem muito interesse, né, mas tem outros que se desenvolve muito bem. Assim, aqueles que vai buscar o seu futuro, né? E esse futuro a gente precisa planejar, e assim, o MST tem recuado um pouco essa questão do planejamento para com o jovem, pelo menos aqui no Assentamento nós temos essa preocupação. Como é que vai ser nosso jovem de hoje a 20 anos, né? Que a gente não teve um planejamento, não teve um projeto para os jovens, e se a gente pudesse despertar pra isso, porque nosso jovem... Tem muitos jovens que precisa dar um futuro pra eles, um rumo, porque eles tão atrás, ele tão buscando, mas se não tem um projeto, onde que eles vão buscar? Então a tendência desse jovem é se revoltar, é se entregar aos meios que não levam muito bem a vida deles, né, que é a questão da droga. Não é o nosso caso do Assentamento, porque aqui ainda começa com as pequenas coisas. Na questão da bebida alcoólica, mas se eles saem daqui pra ira pra um outro local, pra cidade, a gente fica preocupado, qual é o futuro deles lá? E pra isso a gente precisa pensar e precisa planejar. Nós não temos esse planejamento, e temos, assim, isolado num assentamento.[140]

Arcanja Pedrina finaliza seu depoimento comentando sobre o cotidiano da vivência no assentamento.

> Tem gente que não precisa mais trabalhar. Não é que não precisa, mas é que ele não despertou. Ele acha que trabalhando pra ele tá tudo ok. Ele tem uma bicicleta, já tem um carro, ele tem uma vida mais tranquila hoje. Mas o dia a dia pra alguns ainda é muito corrido.[141]

---

[139] JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[140] Ibidem.
[141] Ibidem.

2. 3 A história de Inácio José dos Santos

A narrativa a seguir é a de *Inácio José dos Santos*. Sua trajetória iniciou-se no município de Simões do Piauí, onde morava com sua família antes de se engajar na experiência da ocupação. Foi nessa região marcada pela produção de algodão que Inácio José viveu e trabalhou até vir para o território de Marrecas, sua morada desde 1989. No plano da luta social, Inácio José acumula uma larga experiência de militância pastoral, oriunda de sua atuação nas fileiras das CEB'S e da CPT, onde percebeu a importância de organizar-se para lutar pelo acesso à terra. Participou ativamente das articulações para a ocupação da Fazenda Marrecas e das várias ações que resultaram na transformação dessa área em assentamento.

> Eu vivia com meus pais. Morava no interior e a gente tinha um pequeno pedaço de terra. A gente morava em Simões no Piauí. A gente tinha uma moradia pequena, mas era nossa. Naquele tempo tinha mais inverno, a chuva mais regular. A gente tinha uma certa condição, dava pra sobrevivência. A gente trabalhava pouco de diária pros outros, mais era pra nós mesmo. A região produzia bastante algodão na época, bicudo. Então dava pra gente viver, manter a família e comprar o necessário pra nossa sobrevivência.[142]

Durante a entrevista, Inácio José fala com orgulho sobre sua juventude, marcada pela intensa experiência de militância pastoral. Tomado pela emoção, ele destaca o papel de setores católicos no apoio aos movimentos sociais durante o regime militar e a importância da ação pastoral para o seu envolvimento com a luta pelo acesso à terra.

> Eu comecei cedo. Comecei nas Comunidades Eclesiásticas de Base, logo após a ditadura. Durante o período da ditadura, a Igreja se dividiu: um lado que apoiava os movimentos sociais e outros que ficavam, que eram os conservadores, que tinham medo de abrir a boca. Então eu comecei a participar do grupo de jovens que foi se engajando na Igreja. Um momento importante na minha juventude foi nas CEB onde a Igreja refletia o evangelho dentro da realidade que a gente vivia e isso despertou muito pra luta. Eu comecei logo a participar de encontro da CPT. Naquele tempo a CPT trabalhava a sério a questão da terra. Então, foi importante essa minha juventude.

[142] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> Essa vivência com pessoas que tinham conhecimento, então, todo conhecimento que eu tive foi muito importante pra mim. Pra mim, foi a maior educação, a maior aula que eu já recebi.[143]

Quando indagado sobre as circunstâncias pelas quais teve contato com o MST e que o motivaram a integrar este movimento, Inácio José enfatiza novamente a influência da CPT e das CEB'S, além da CUT, que atuaram como agentes mediadores no processo de formação do MST no Piauí. Numa referência à história de Moisés, personagem bíblico que teria liderado a retirada do povo hebreu do Egito, ele explica como a reflexão religiosa estimulou sua inserção neste movimento social de luta pela terra. Conforme suas palavras:

> Olha, Dom Augusto da Rocha, que era o Bispo da nossa Diocese, foi o 1º presidente da Comissão Pastoral da Terra. Teve um encontro em Simões do Piauí que era falando sobre a questão fundiária no Estado do Piauí, que era o Padre Sandro, e veio um rapaz da CPT, então a partir desse encontro que nós decidimos a criar o MST. Nós nos reunimos com o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), nos integramos, Zé Pereira, um dos primeiros presidentes da CUT, e fomos à reunião e decidimos, a partir do conhecimento da lei de conciliação fundiária do Piauí com centralização de terra. Nós decidimos nos organizar e começar a criar um grupo pra criar o MST. Criamos a Coordenação e já mandamos agentes em missão em 86 pra conhecer os Estados do Sul, os acampamentos, assentamentos. Eu morava em Simões, o que levou mesmo foi essa participação. Eu acho. Nós morávamos num município onde eram organizadas todas as CEB. O que levou foi essa participação na CPT, essa participação na Igreja, vendo o Evangelho a partir da realidade. O que levou mesmo foi aquela, principalmente a história de Moisés, aquela... A gente já fazia o trabalho de base a partir dali. Eu tomei esse conhecimento, essa reflexão da Bíblia com ação, com a realidade, foi isso.[144]

Um aspecto que chama atenção em sua narrativa diz respeito ao sentimento de pertencimento social. Ao discorrer sobre sua experiência de militância no MST, Inácio José afirma sua identidade social de Sem Terra, forjada na vivência da luta. As lembranças captadas por sua memória trazem à tona personagens que ajudaram na construção do MST no Piauí, além de evidenciar sua participação em uma ação organizada pelo MST gaúcho no ano de 1986.

---

[143] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[144] Ibidem.

> Eu fui um dos fundadores do MST. Eu, o Zé Ivan, o Matias, que não mora mais aqui, e o Eduardo. A gente foi criando a partir de reunião. O contato que nós tivemos foi a partir de criada essa coordenação, fomos conhecer lá. Já em 86 eu participei de uma caminhada que era da Fazenda Sarandi a Porto Alegre: 450 km. Foi a primeira caminhada que o MST fez. Então, a partir dali, a gente já tinha mais ou menos uma visão do MST. Conhecemos essa realidade do acampamento no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Esse contato mais direto com a realidade, fez com que a gente tivesse mais participação aqui no Estado do Piauí.[145]

Quanto ao envolvimento dos camponeses nas articulações para a ocupação da terra, a narrativa de Inácio José mostra que os jovens constituíram um grupo social e politicamente significativo nas ações que possibilitaram a conquista do Assentamento Marrecas. Abastecidos por uma experiência religiosa de caráter pastoral, eles teriam desenvolvido um intenso trabalho de base que levou homens e mulheres camponesas a romper com o cotidiano de suas vidas e se engajar na luta social através da experiência da ocupação.

> Olha, no nosso tempo, o Assentamento Marrecas foi todo feito o trabalho por jovem. Nós éramos todos jovens. A gente, quando fez essa ação aqui, quer dizer, daqui pra onde a gente morava eram 300 km. A gente convenceu pai de família, mãe de família, a família toda, pra fazer esse trabalho, pra trazer, sem conhecer nada por que foi a 1ª ação no Estado do Piauí, foi tudo pelo jovem. Eu acho importante essa atuação dos jovens no campo, porque hoje nós estamos buscando. Hoje já existem muitas publicações do MST com a questão da Educação no campo. A partir do conhecimento da realidade vivida. Está começando a colocar como currículo, como aula nas escolas, essa importância do jovem no campo. Eu acho que é muito importante. Olha, nós fizemos trabalho, em 6 municípios na região de Picos, e todas comunidades que vieram pra cá passaram por trabalho de base, tinham dirigentes de Comunidades (CEB). Nós fomos privilegiados porque todas as comunidades que vieram pra cá eram de dirigentes de comunidade. Participavam das CEB. Então nós viemos a grande maioria de jovens. Ocupamos essa terra, começamos o trabalho de base em 86, 87, fazendo mais o trabalho de organização e em 10 de junho de 1989 ocupamos a Marrecas, que tem 10.505ha de terra, e nós chegamos aqui, montamos várias comissões necessárias. Porque a gente só trazia mesmo pouca coisa, pouca coisa pra comer. Criamos várias comissões. Comissão de cultura, de esporte, a comissão de segurança, a comissão de relação com as pessoas de fora, porque aqui em São João do Piauí nós já somos muitos. Então começamos a organizar as comissões e foi muito importante. E o que animou a gente mesmo, aqui no acampamento, era a questão, pra nós uma

[145] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> cultura, da festa junina. Era forró, aquelas grandes assembleias massivas. Foi muito importante a chegada aqui. Pessoas que moravam em municípios diferentes, de realidades diferentes. Esse processo de conhecimento foi muito importante. O engajamento aqui das comunidades foi muito importante porque todo mundo assumia tarefas aqui. Então foi uma vida assim... A gente aprendeu aqui.[146]

No tocante ao trabalho de base junto às famílias camponesas, Inácio José mostra com clareza o papel que desempenhou na experiência da ocupação. Neste momento da narrativa, dois aspectos ganham centralidade: a preocupação com as relações de igualdade no acampamento e o exercício da disciplina militante, visto como elemento essencial no processo de organização coletiva e formação política das famílias acampadas.

> Nas comunidades em que eu fiquei mais outros companheiros, nos dividimos... Eu fiz trabalho em 70% das famílias. E eu fazia parte da coordenação do acampamento. Naquele momento, por ser a primeira ação, a pessoa era vista como uma das lideranças, que trouxe mais famílias. E a gente vivia igual aos outros. Não tínhamos nada diferente. Um barraco igual aos dos outros ou até pior, em piores condições. E você tinha que ser o primeiro lá, nas tarefas, porque é no concreto, na realidade que a gente mostra que a gente não veio pra fazer o que os outros fazem. Então foi muito importante.[147]

Sobre a vida no acampamento, Inácio José fala dos limites e desafios que permearam a convivência entre as famílias. O desconforto com as condições de vida precárias e o desejo de conquistar a terra ocupada são elementos presentes em seu depoimento. A saudade dos familiares, a participação ativa da juventude, e a pressão exercida junto aos órgãos públicos também são ressaltadas nesta narrativa.

> Nas primeiras semanas foi difícil a saudade do pessoal, dos parentes, dos vizinhos. Ainda mais aquela reaproximação longe, muito distante. A gente tinha muitas necessidades. Mas aí nós deslocamos já uma comissão pra Teresina pra que se tornasse público, em jornal, no INCRA. Pra comunicar que a gente tinha ocupado essa Fazenda. Não tinha asfalto, não tinha nada. Nós fomos, um grupo. Arrumamos um carro e fomos pra Teresina. A gente não tinha conhecimento de nada, de cidade. Não conhecia nada de INCRA. Mas fomos. Chegamos lá, procuramos logo as pessoas da Igreja. A gente tinha uns amigos na CPT, na CUT e nos reunimos pra eles nos orientarem como chegar até

[146] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[147] Ibidem.

> os órgãos que a gente não conhecia. [...] nós ocupamos 12 vezes o INCRA, daqui dá 500 km pra Teresina, viajamos num carro chamado pau-de-arara, um tipo de caminhão. Três vezes a Secretaria de Agricultura do estado, uma vez a Assembleia Legislativa, e outra vez o INTERPI. Então nós fizemos todas essas ações e a grande maioria, em massa, era os jovens que participavam. Porque os pais ficavam aqui e o jovem partia pra ação. Foi importante também porque nós ocupamos aqui em 10 de junho de 1989 e em 02 de outubro de 1989, a (Fazenda) Lisboa com a participação dos jovens daqui, já ajudando também lá.[148]

Ao falar sobre o dia a dia no assentamento hoje, Inácio José enfatiza avanços e recuos da experiência da ocupação. Seu depoimento mostra que a identidade de pertencimento comum vem se fragilizando gradativamente entre as famílias. Na convivência cotidiana novas relações vão sendo produzidas, evidenciando que a sociabilidade do período do acampamento nem sempre tem continuidade no assentamento. Valores como a solidariedade, reiterada em vários momentos da luta, passam a ser substituídos pela cultura do individualismo.

> Hoje nós estamos assim, em decência. Existe uma coordenação no Assentamento. Existem núcleos. Nem todas as famílias participam dos núcleos. Hoje a gente vive mais no individual. Aqui já houveram vários trabalhos coletivos. O Assentamento tinha uma Associação, hoje tem 3 associações, 4 contando com a APIM (Associação dos Produtores Irrigantes de Marrecas). Tem uma escola, que é o resultado da nossa luta e tem até o 3º ano, ensino médio e fundamental. Todo mundo estuda. Estamos com um projeto de irrigação porque nós moramos numa região que o volume de chuva é pouco. Vai melhorar. Mas a gente tá assim. Organicamente nós estamos num momento de decência. Eu acho que os movimentos, os movimentos do Estado do Piauí. E o que forma a gente mesmo é a ação concreta. No momento em que a gente participa das caminhadas, da luta, a gente é mais animado. Mas eu mesmo, estou participando pouco. Só aqui internamente mesmo. Mas minhas filhas estão começando a engajar também nas lutas, nos movimentos. Mas aqui, todas as ações que tem na escola são coordenadas e organizadas pelos professores e pela juventude. Essas ações são muito importantes. Eu acho que o que sobrevive aqui são esses momentos místicos, esses momentos de cultura que a juventude puxa, e que anima a gente.[149]

A profundidade das palavras de Inácio José reflete a experiência de um camponês que vivenciou no corpo e na alma o significado da luta pela terra. Suas

[148] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[149] Ibidem.

observações indicam que o assentamento não é a mera continuidade das condições de vida gestadas na fase do acampamento, quando as famílias camponesas viviam uma situação transitória. Ao se estabelecerem como assentadas, as famílias desenham um novo cenário, organizam novas formas de convivência, reconstruindo seu modo de vida. Como sugere Gomes: "O assentamento significa outro tempo, outro espaço, onde se investe na recriação das condições de vida".[150]

2.4 A história de Maria de Jesus Santos

> Eu vivia com meus pais em Barro Novo do Piauí (Simões). Meu irmão, que é o Inácio, fazia parte do Movimento, e eu não entendia bem o que é o Movimento, mas a gente já atuava como jovens militantes de participação na Igreja. Foi aí que meu irmão conheceu o Movimento e eu..., Ele veio pra uma ocupação, porque ele trabalhava no Movimento e eu vim junto com ele, daí surgiu a minha militância. Através dele. Através da luta que eu fui conhecendo e eu fui me engajando no Movimento. A nossa vida de moradia... A gente tinha uma pequena propriedade de 36 ha (hectares) de terra do meu pai. A gente vivia lá. Às vezes ele trabalhava de trabalhador rural, trabalhava pra ele e trabalhava pros outros, para o nosso sustento também, pra criar a gente. Eu tive conhecimento e contato através... do MST através do meu irmão, que foi um dos primeiros fundadores do MST no Estado do Piauí e ele sempre trazia os jornais, falava do Movimento. Que ele foi um dos fundadores. Aí eu conheci o Movimento Sem Terra através dele, através do movimento que surgiu. Foi em Picos no Piauí. Ele sempre tava lá de Simões pra Picos fazendo os trabalhos de base, falando sobre o Movimento Sem Terra, que era novo o Movimento. E era mais difícil ainda a luta. E foi por aí que eu conheci o Movimento Sem Terra.[151]

A narrativa em destaque é a de *Maria de Jesus Santos*, uma das mulheres camponesas que participou ativamente da experiência de ocupação da Fazenda Marrecas. Sua trajetória remonta à comunidade Barro Novo do Piauí, situada no município de Simões, onde vivia com seus pais em uma pequena propriedade. Nessa comunidade, vivenciou uma experiência de militância pastoral, a partir da atuação em grupos vinculados às CEB'S. Veio para o acampamento junto com seu irmão, Inácio

[150] GOMES, I. Z. Terra e subjetividade: a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar Edições, 2001, p. 140.
[151] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

José, através do qual tomou conhecimento sobre o MST, engajando-se no processo de luta pela terra.

Quando indagada sobre sua vida na juventude, Maria de Jesus expressa bem o seu lugar como militante que se forma na luta social e seu compromisso com a busca por novas relações sociais no campo. Chama atenção em sua narrativa o uso da palavra "*espírito de sacrifício*", que denota um sentimento de "*nós*", do coletivo, do qual se sente fazendo parte.

> A minha vida na juventude foi muito... Eu lutei muito, bastante. Desde que eu cheguei à ocupação de terra que a gente já começou a ajudar as famílias, a sair pra Parnaíba pra fazer trabalho de base, militar, depois pra Teresina, União, Parnaíba, Itaueiras e Oeiras. Sempre fiz trabalho como militante. Foi muito difícil. A gente não tinha ajuda de custo, apenas as passagens era..., espírito de sacrifício, era no 'te vira'. Mas foi muito importante essa época pra mim, porque aprendi muito. Hoje tenho uma ideologia diferente. Sempre. Nunca me deixei se corromper pela burguesia. Apesar de estar afastada de trabalhar no Movimento agora, mas sempre tive uma ideologia diferente, de lutar pelos pobres, defender a classe trabalhadora.[152]

Quanto à motivação para o seu engajamento na luta pela terra, Maria de Jesus enfatiza o sonho de mudar a vida, sobre o qual fizemos referência algumas linhas atrás. Em sua percepção, esta utopia não abrange apenas o sustento da família, o desejo da casa própria, do trabalho autônomo, mas a transformação de toda a sociedade dentro da concepção difundida pelo MST.

> O motivo que me levou a participar do Movimento Sem Terra é porque a gente sempre se indigna com as injustiças contra os trabalhadores e vontade de mudança, ter esperança, de ter dias melhores, de ver os jovens ter um pedaço de terra, tendo uma casa pra morar, moradia. Um sonho de mudança, de ter uma sociedade mais justa, foi isso que me levou a tá no Movimento Sem Terra, a participar do Movimento Sem Terra. [...] Que a gente sempre foi da Igreja, das CEB'S, da CPT. Mas eu não sabia muito do MST. A partir de quando eu vim pra ocupação de terra foi que eu vim conhecer o MST direito, que eu não conhecia antes.[153]

No que tange à visão do MST sobre a situação dos jovens no campo, Maria de Jesus evidencia a preocupação do movimento com as condições de vida da juventude

[152] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[153] Ibidem.

camponesa. Ela explica que o MST sempre procurou envolver a juventude na construção de suas ações, sobretudo na luta pelo acesso a direitos sociais básicos como educação e saúde. Destaca ainda o papel ativo dos jovens na organização coletiva do assentamento.

> [...] O Movimento sempre trabalhou com a juventude pra mudar, pra ter vida melhor, pra ter estudo, educação, saúde... A visão do MST é transformar, transformar o velho no novo. Sempre eu falo que sempre está renascendo o Movimento. Sempre vai. As pessoas vão ficando velhas, vão saindo, vão pra outros cargos ou então vão ficando no Movimento, mas sempre vai surgindo juventude. Vai surgindo jovem pra luta. Sempre está renascendo. Pelo menos o MST aqui no Assentamento Marrecas sempre vai surgindo jovem, saindo pra militar, pra fazer os trabalhos de base, pra fazer trabalho no Assentamento, e isso é bom. A gente vê que o Movimento nunca vai ficar velho. O Movimento está renovado.[154]

Um aspecto importante na narrativa de Maria de Jesus remete às dificuldades encontradas pelas famílias camponesas no momento da chegada ao acampamento. Seu relato aponta que, por razões de segurança, muitas famílias não tinham conhecimento da área a ser ocupada. O alimento de que dispunham era insuficiente. Segundo a narradora, o apoio da Igreja Católica de Picos, através das CEB'S e do Bispo Dom Augusto, bem como de famílias do município de São João do Piauí, foram fundamentais nesse contexto de dificuldades. A vida sob os barracos de lona favoreceu a partida de muitas famílias enquanto outras ficaram e permanecem até hoje no assentamento.

> A ocupação na Fazenda Marrecas, foi em 1989. Vieram várias famílias de Picos, Pio IX, Padre Marcos, Simões, Paulistana, Dom Expedito Lopes, Oeiras. Foi muito difícil, muito. A gente, quando chegou ao acampamento aqui em São João do Piauí, muito distante. A gente nem sabia pra onde ia. Muitas famílias nem sabia onde era, porque não podíamos falar qual era a área de terra que a gente ia ocupar. A gente chegou. A gente não trouxe nada. Somente aquela comida pra passar 8 dias. Não trouxemos nada. Mas o pessoal do Movimento que estava na linha de frente começou a se articular com a CEB, pessoal da Igreja Católica de Picos, D. Augusto, e aí começou. O pessoal da CEB que ajudou muito o Movimento. Ajudou os meninos e sempre a gente vivia de ajuda. O pessoal do município, as famílias, José do Patrocínio, e outras famílias de São João do Piauí que apoiavam a gente, que sempre ajudavam a gente nos momentos que não tinha alimentação, remédio. Não foi fácil. No período que a

[154] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> gente chegou, até a base de uns 8 anos, antes, quando tudo era acampamento, a gente foi várias vezes a Teresina pra poder ser assentamento. Porque o INCRA, as outras pessoas não queriam que saísse o processo de andamento do Assentamento. E aí, umas famílias desistiram. Outras ficaram resistindo, que até hoje ainda se encontram aqui, através da união e da esperança de ter dias melhores, foi o que fez com que as famílias resistissem até hoje no Assentamento Marrecas.[155]

Na narrativa de Maria de Jesus, observa-se o papel que a mesma assumiu na construção da convivência comunitária entre as famílias acampadas. Frente aos desafios inerentes à experiência da ocupação, ela teria colocado seu potencial criativo a serviço da animação das famílias, buscando motivá-las a enfrentar as dificuldades e a prosseguir na luta pelo acesso à terra.

> Meu papel, quando eu cheguei na ocupação, sempre trabalhava com a juventude. A gente animava. Meu trabalho era esse. Era de estar animando as famílias, animando as pessoas. Eu não tinha trabalho de coordenador, nem de coordenação porque eu não era da coordenação do Assentamento nem do Movimento, mas sim uma militante, que surgiu e que tava ali pra contribuir e pra sair pra fora, pra fazer com que o Movimento crescesse no estado do Piauí. Eu acho que minha contribuição foi essa. Que eu sempre militei no Movimento. Nunca fui de direção nem de coordenação, mas sendo militante pra ir lutar quando fosse preciso, quando eles me convidavam eu saía pra ir fazer o trabalho de base. Minha militância foi essa dentro do Assentamento, dentro do acampamento: sempre estar animando as famílias, fazendo com que elas se animassem pra não voltar pra trás, pra não ir embora. A gente procurava fazer quadrilha, criar atividade. Criar atividade no acampamento, pras famílias não desistir. E o trabalho pras famílias é esse: estar sempre animando pra que as famílias não vão embora. Porque se você não tiver a cultura, se você não estiver ali, animando as pessoas, elas desistem, as pessoas vão embora. Eu acho que papel fundamental, meu papel sempre foi esse. Eu sempre animava. Hoje não, hoje eu mudei mais, mas antigamente meu papel era esse.[156]

Outro aspecto marcante em sua narrativa diz respeito ao processo de negociação com os agentes externos para a desapropriação da área ocupada. Desde a formação do acampamento, as famílias se deslocaram várias vezes para Teresina a fim de agilizar o

---

[155] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[156] Ibidem.

assentamento. O papel da juventude na articulação da ocupação, assim como na organização coletiva do assentamento, também é ressaltado em sua narrativa.

> O dia a dia do pessoal lá era sempre estar a procura dos coordenadores, enviando pra ir pra Teresina, pra ir negociar. E sempre procurando, se organizando, pra poder conseguir o que a gente conseguiu até hoje. Desde o período de acampamento até agora Assentamento, sempre foi tendo, organizações: coordenação do acampamento, depois Coordenação do MST e das associação que foram criando depois. Sempre teve organizado, sempre estava sendo organizado pra procura de melhorar o Assentamento, de trazer coisas pra o acampamento. [...] Quando iniciou o Movimento era a juventude que estava na frente. E vieram muitas famílias, e vieram muitos jovens. E, até hoje ainda tem. Muitos jovens no Assentamento, não foram embora. Estão sempre aqui, junto. Porque desde o início que o jovem foi quem fez com que o assentamento, o acampamento, não, o pessoal não desiste. Porque sempre era a juventude que estava de linha de frente do Movimento. [157]

No que concerne às condições de vida após a conquista do assentamento, a narrativa de Maria de Jesus coincide com a dos demais sujeitos da pesquisa. Para ela, a vida no assentamento não trouxe avanços em termos econômicos. A narradora reconhece o valor e a importância da luta social em sua vida, no entanto afirma não ter conseguido o que almejava em termos de terra e de trabalho.

> Sempre lutei, trabalhei, trabalhava na roça, trabalhava no Movimento. Mas condição financeira, de eu sobreviver só da roça, só do trabalho de roça, não dá pra mim viver e nem pro meu filho. Eu acho assim, eu vivo com meus pais, eles são velhos, aposentados. Eu trabalho, mas não dá pra gente sobreviver. Não dá pra gente de ter tudo aquilo que a gente deseja ter, porque a gente deseja ter uma vida melhor. A gente veio, lutou, conseguiu. Muitas pessoas avançaram. As pessoas que ficaram somente no Assentamento, no acampamento, que ficaram ali e ficaram só pensando neles, cresceram. Mas as pessoas que ficaram realmente no Movimento Sem Terra, trabalhando, se dedicando, sem ajuda nenhuma, e sem ir pro lado de político nenhum... Porque aqui tem uns políticos que ajudam, que dão dinheiro, que dão carro, essas coisas, essas pessoas cresceram. Mas as pessoas que ficaram realmente no Movimento, que são verdadeiros revolucionários, militantes, eu vejo a minha parte, em termos financeiros eu não consegui avançar. Eu tinha vontade de ter conseguido avançar, de ter mais um meio de vida pra mim. A luta foi boa, eu consegui lutar, até hoje eu ainda estou aqui, mas eu fico pensando, eu olho pra trás e digo

[157] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> assim: "mas eu não tenho muito..." – 20 anos morando aqui e eu fico olhando assim, que eu não consegui o que eu queria ter conseguido, em termos de terra, trabalho, a gente tem, mas a gente sabe que a roça, o que a gente produz não dá pra viver, não dá pra gente ter o que a gente gostaria de ter.[158]

Dentre as várias questões abordadas pelos depoentes, a melhoria das condições econômicas aparece nas narrativas como fator de preocupação comum. Sobre esse aspecto, o comentário de Maria de Jesus indica que a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor de condições econômicas mais favoráveis. Sua fala deixa entrever que a sociabilidade no assentamento nem sempre se efetiva em bases democráticas, pois na vivência cotidiana surgem distorções entre os assentados, de modo que alguns conseguem melhorar sua situação financeira, enquanto outros não têm grandes êxitos. Acreditamos que, por se tratar de um processo histórico de transição, o assentamento se configura como espaço onde cada assentado vai construindo sua própria trajetória, interpretando e tomando suas decisões sobre as formas de organização da vida na terra conquistada. No dizer de Caldart:

> É fundamental olhar para o assentamento como um lugar social *em movimento*, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem- terra [...] no processo de organizá-lo e reorganizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade.[159]

Com relação ao cotidiano do assentamento, Maria de Jesus traz à tona questões referentes à religiosidade vivenciada pelas famílias assentadas. A presença de dois templos religiosos, um católico e outro evangélico, denotam a dimensão ecumênica da convivência comunitária entre as famílias. A igreja de orientação católica configura-se como a referência institucional, não apenas pela força da tradição cultural, mas em virtude dos evangélicos limitarem o uso de seu templo aos cultos. Além das celebrações semanais, o espaço da igreja católica é também utilizado para reuniões e acolhimento de visitantes. Maria de Jesus revela também sua preocupação com a ausência de equipamentos públicos para a prática do lazer entre os jovens. Conforme seu

[158] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[159] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 186.

depoimento, a rotina marcada pela falta de ocupação pode levar os jovens do assentamento a cultivarem hábitos tidos como não saudáveis, como o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas.

> O dia a dia da juventude, eles passam... Aqui a gente participa das celebrações do culto dos evangélicos, porque aqui tem pessoas que participa do culto evangélico, porque tem o católico e o evangélico aqui. Participa das semanas culturais da escola, das atividades que tem no Assentamento. Sempre as pessoas estão envolvidas. O que eu acho é que falta muito pra juventude, acho que em termos de ter mais um espaço pra eles se divertir. Alguma quadra de futebol não existe. Eu queria que aqui no Assentamento Marrecas tivesse mais oportunidades pra o jovem homem porque as meninas mulheres, elas tem grupinho de biojóias, de coisas que elas estão envolvidas. A minha preocupação é com os meninos, os adolescentes, os homens, que eles não estão envolvidos no processo de ter alguma coisa pra eles produzir, alguma coisa pra eles. Alguma coisa que..., pra eles... Porque me preocupa muito no Assentamento, porque já tem bastante bar. Coisas assim de bebidas alcoólicas que pode levar os jovens, os homens, pras drogas, pra beber álcool, esse tipo de coisa. Me preocupo muito com os jovens, mais os masculinos, por causa disso. Por só ter o esporte né, o futebol e não tem mais outro tipo de lazer pra juventude.[160]

As narrativas apresentadas expressam o *fazer-se* de sujeitos que protagonizaram a formação do Assentamento Marrecas. Evidenciam o seu envolvimento na preparação da luta pela terra e a organização do MST no Estado do Piauí, assim como as formas de luta e convivência estabelecidas até conquistarem o tão sonhado pedaço de terra, onde passaram a organizar seus viveres como assentados. Narrativas de homens e mulheres que superaram a fome, o medo, as dúvidas e as perdas materiais, transformando as dificuldades em motivação para construir uma nova existência social.

Suas falas, refletidas criticamente, possibilitaram trazer à tona temas e concepções que denotam a experiência da vida coletiva gestada no interior do acampamento, bem como os significados que atribuíram às relações sociais vividas no cotidiano da terra ocupada. Permitiram entender as várias razões que os levaram a se organizar e participar de uma ação que transgride a lei da propriedade privada, a construção dos laços de solidariedade que os uniram em torno de um objetivo comum, mas também as divergências que os colocaram em situação de conflito em relação aos interesses de outros sujeitos.

---

[160] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

As narrativas permitiram também conhecer um pouco sobre as histórias de vida dos narradores, os valores cultivados, o caminho percorrido até a ocupação, as expectativas em relação à conquista da terra, as reflexões construídas sobre o MST e o seu projeto político, bem como as angústias e as motivações para a continuidade da luta.

Por outro lado, foi possível observar como se manifestou o *fazer-se* destes homens e mulheres como participantes do MST. No nosso entendimento, um processo marcado por situações de aproximação e ao mesmo tempo de questionamento às formas de agir do movimento. Em vários momentos das falas dos narradores, é possível perceber que a construção de uma identidade Sem Terra não se estabeleceu de modo linear. Essa construção se materializou mediante relações contraditórias, vividas no cotidiano do acampamento e do assentamento, através das quais os camponeses afirmavam ou negavam os valores do MST.

Outro aspecto evidenciado nas narrativas diz respeito à contribuição dos jovens na articulação da ocupação. O caráter da ação política da juventude, materializado em sua capacidade criativa e de mobilização, teria sido fundamental para a conquista da terra. O protagonismo dos jovens é enfatizado pelos narradores em todas as etapas do processo de luta, constituindo-se numa espécie de memória coletiva, isto é, uma memória que reescreve a vivência de um grupo, tornando-a concreta.

Como sujeitos ativos, que se fazem histórica e culturalmente, os depoentes narraram suas trajetórias por meio do diálogo entre subjetividade e objetividade, num processo em que as dimensões individual e social estão intimamente relacionadas. Nessa perspectiva, Benezete Manoel, Arcanja Pedrina, Inácio José e Maria de Jesus, explicitaram cada um a sua maneira, a dinâmica de construção do assentamento em que vivem. Para captar o significado de suas narrativas, fez-se necessário a arte de escutar e valorizar o modo como apresentaram suas trajetórias e seus valores, tal como observou Verena Alberti, ao dizer que "antes de tudo é preciso saber "ouvir contar", perceber e valorizar a narrativa para além da informação que ela traz, ocupando-nos também do exercício investigativo sobre o como essa informação foi narrada; sobre os sentimentos e gestos que compuseram sua teatralização".[161]

No capítulo seguinte, faremos uma discussão sobre a formação política oferecida pelo MST aos camponeses sem-terra, bem como sobre os aprendizados produzidos pela experiência da ocupação.

---

[161] ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: *Ouvir contar, textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 21.

OS ASSENTADOS E O MST: A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO "CAMPONÊS SEM-TERRA"

> *A identidade de sem-terra é forjada no curso da luta, realizada fundamentalmente por meio das mais diversas mobilizações promovidas pelo MST. Assim, mobilizações são ritos de fundação, realizações para dentro e para fora, elas constituem- se em fontes de legitimação tanto para o público interno ao MST, acampados, assentados e militantes, quanto para o externo.*[162]

Por meio de discursos e práticas, os movimentos sociais produzem significados sobre sua história e sua memória, sobre suas concepções, valores e projetos de sociedade. Trazem essa dimensão política para o cotidiano de suas lutas a fim de projetar em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Ao longo de sua trajetória, o MST tem construído reflexões sobre o processo de formação política de seus integrantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais. Esse processo formativo visa a fortalecer o movimento enquanto coletividade, na perspectiva de possibilitar a unidade política e ideológica em seu interior. De modo geral, a política de formação do MST apresenta as seguintes linhas de ação:

> A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; o processo de formação deve refletir e construir uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina, honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização; os programas de formação devem incluir trabalho prático e teórico e desenvolver a mística, a disciplina e a emulação; os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST.[163]

---

[162] CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra*. In: O dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais. Peirano, Mariza (org.) Rio de Janeiro: Relume Dumará/ NUAP/UFRJ, 2002, p. 138.

[163] BOGO, Ademar. *Arquitetos de sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 182.

Deste modo, O MST busca formar sujeitos com capacidade de leitura e intervenção crítica na realidade social e comprometidos com o projeto político do movimento em seus vários níveis. "Os militantes e os dirigentes devem ser a imagem e a semelhança da organização e vice-versa. Por isso devem ser exemplos vivos do que pensa, faz e quer alcançar o MST".[164]

Já na segunda metade dos anos 1980, o MST passou a investir mais especificamente na formação dos camponeses que integravam sua base social. Para tanto, concentrou esforços na organização de cursos periódicos de formação política, chamados de *escolas sindicais*. O objetivo seria proporcionar aos camponeses uma formação sociopolítica sobre sua condição de excluído da terra. Conforme Morissawa "No início eles eram realizados em conjunto com o movimento sindical vinculado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos diversos Estados em que o MST já estava organizado".[165] Segundo o mesmo autor "Eles foram interrompidos no final dos anos 80, devido à diminuição da participação do movimento sindical, que vivia uma crise de perspectiva enquanto tal".[166] Todavia, esse processo formativo foi retomado logo no início da década de 1990, quando o MST passou a investir em um espaço próprio de formação, sua Escola Nacional, no município de Caçador, Santa Catarina.

A formação política oferecida pelo MST pressupõe uma vinculação direta dos estudos teóricos com a realidade social na qual os camponeses sem-terra estão inseridos, sendo entendida como um processo amplo, que se realiza através de cursos, encontros, reuniões, ações coletivas, etc. Portanto, abrange diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pelo Movimento. Dentro desta perspectiva, O MST considera que dois setores merecem destaque: o das *mulheres* e da *juventude*. Adelar João Pizetta, membro da Coordenação do Setor de Formação Nacional do Movimento, destaca o caráter singular do processo de formação das mulheres e dos jovens ligados ao MST:

> Os processos de formação devem impulsionar e qualificar o debate em torno da participação das mulheres dentro da organicidade e instâncias de coordenação e direção, elevando a participação das companheiras no interior do Movimento, bem como, possibilitar a concretização das linhas políticas em torno desta temática. No que tange à juventude,

[164] ibid. id.
[165] MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 205.
[166] ibid. id.

> entendemos que a formação deve criar linguagens adaptadas a essa realidade, mas sempre com o enfoque no sentido da responsabilidade. Deve pensar metodologias criativas, participativas, que permitam o desenvolvimento político da consciência, bem como o seu envolvimento no processo organizativo do Movimento. A formação deve sempre buscar comprometê-la (a juventude). É importante resgatar o papel histórico que a juventude desempenhou em muitos processos revolucionários, como forma de estimulá-la para a luta, para a organização do povo, buscando subverter a ordem burguesa estabelecida.[167]

Percebemos que na concepção de formação do MST, a juventude é idealizada como vanguarda, sinônimo de rebeldia, espírito de luta e coragem. Nesse sentido, a força da juventude estaria relacionada ao desenvolvimento de um potencial revolucionário, isto é, à sua capacidade de realizar rupturas e confrontações. Talvez por isto o MST trabalhe intensamente a formação dos jovens que vivem em acampamentos e assentamentos, procurando envolvê-los em ações que permitam materializar o projeto social pelo qual o movimento se propõe a lutar e a construir.

Neste processo de formar-se politicamente, a cultura adquire um significado ideológico muito importante, pois estaria relacionada a todas as práticas cotidianas dos camponeses sem terra, isto é, aos seus costumes, comportamentos, valores e tradições. Sendo assim, o MST recusa a ideia de considerar cultura somente o que está ligado à arte. Para o movimento, a cultura vincula-se a todas as experiências vividas.

> [...] tudo o que fazemos e sentimos constituirá a existência de nossa organização. Assim, a educação, a religião, o trabalho, a mecanização, a preservação da natureza, a agrovila, a agroindústria, a beleza nos assentamentos, as músicas, a mística, enfim, tudo o que existe ou acontece no assentamento é cultura dos trabalhadores Sem Terra, que se manifesta e transforma-se em consciência social na medida em que as pessoas passam a repetir tais manifestações de forma consciente e se preocupam em desenvolver aspectos para aperfeiçoar a construção da existência social nas áreas de reforma agrária.[168]

Segundo Thompson, a cultura é um fator chave na construção do sujeito histórico. Em seus estudos sobre os motins de subsistência na Inglaterra do século

---

[167] PIZETTA, Adelar João. *A formação política no MST*: um processo em construção en OSAL (Buenos Aires: CLACSO). Año VIII, Nº 22, septiembre, 2007.
[168] BOGO, Ademar. *O MST e a Cultura*: Caderno de Formação nº 34, Veranópolis – RS: ITERRA, 2000, p. 6.

XVIII, procurou demonstrar que a ação popular era legitimada pela defesa dos direitos e respeito ao que denominou de "economia moral":

> Os motins de subsistência em Inglaterra, no século XVIII, eram uma forma de acção popular directa altamente complexa e disciplinada, com objectivos claros. [...] É por certo verdade que os motins eram provocados por grandes aumentos de preços, por práticas abusivas da parte de comerciantes ou pela fome. Mas opróbrios como estes ocorriam no quadro de um consenso popular acerca do que eram as práticas legítimas e as práticas ilegítimas do mercado, da moagem, da produção de pão, etc. Esse quadro, por seu turno, assentava num sólido e tradicional entendimento acerca das normas e obrigações sociais, e das funções econômicas inerentes aos diversos sectores da comunidade, que, no seu conjunto, podem ser descritos como a economia moral dos pobres.[169]

Com efeito, o MST investe em diversas expressões culturais como a música, a dança, a poesia e o teatro, estabelecendo uma estreita relação entre cultura e política. Através destas manifestações, o movimento cria condições para que os camponeses falem da realidade do seu acampamento ou assentamento e revelem seus dilemas e expectativas. Noutras palavras, o MST organiza um conjunto de atividades que possibilitam interligar práticas políticas com valores culturais, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento da consciência social coletiva.

Na visão de Caldart, os sem-terra se formam no movimento da luta social e da organização coletiva de que são sujeitos, projetando uma identidade que é sua. Para esta autora, há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST:

> a que vincula cada família sem-terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua *humanidade em movimento*. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, forma-se, então, a *coletividade Sem Terra*, com uma

[169] THOMPSON, E. P. *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Tradução Frederico Ágoas e José Neves. Lisboa: Antígona, 2008, p. 23.

> identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que *se sente* ou *se vive* participando das ações ou do cotidiano do MST. [...] Os sem-terra se educam como *Sem Terra* (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) *sendo do MST*, o que quer dizer construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica.[170]

A educação é também um componente fundamental nas ações formativas do MST. Para o Movimento, educar é socializar conhecimentos que permitam a compreensão da realidade para transformá-la. Neste sentido, os camponeses sem terra aprendem que o coletivo é o sujeito protagonista da luta, posto que ninguém conquista sua terra sozinho. As ocupações, os acampamentos e assentamentos, devem sempre ser encarados como obras do coletivo. Deste modo, é fazendo parte do coletivo que os camponeses se educam e ajudam a realizar o que o Movimento projeta em sua história. De acordo com Neto, no interior do MST, "A problemática educacional ganha importância à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes "cercas": a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância que submetem os trabalhadores rurais sem-terra a condições de vida degradantes na sociedade brasileira".[171]

Centrado nessa concepção de educação, o MST demonstra preocupação em cultivar valores como a solidariedade, o espírito de sacrifício pelo coletivo, a disciplina e a indignação diante das injustiças. Todavia, o próprio Movimento reconhece que esta tem sido uma batalha difícil, pois numa sociedade capitalista as práticas cotidianas são geralmente marcadas pelo individualismo e, sobretudo, pela desqualificação dos que participam de lutas sociais. Para tanto, o MST assume como um de seus desafios pedagógicos, educar e reeducar sua base em termos de valores. Como aponta Caldart:

> Valores são uma dimensão fundamental da cultura; são princípios de vida, aquilo pelo qual consideramos que *vale* viver. São valores que movem nossas práticas, nossa vida, nosso ser humano. São valores que produzem nas pessoas a necessidade de viver pela causa da liberdade e da justiça. São valores que movem o empenho dos Sem

[170] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 324-325.
[171] NETO, Luiz Bezerra. *Sem Terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, Autores Associados, 1999, p. 39.

> Terra em fazer dos assentamentos comunidades de utopia, coerentes com a luta que os conquistou. [172]

Por outro lado, os processos de formação e educação do MST exigem dedicação ao estudo das teorias políticas que servem de base para a formulação das estratégias de luta do Movimento, bem como a reflexão sobre suas experiências e formas de organização. Neste caso, a formação torna-se uma obrigação e uma responsabilidade do conjunto da militância, que deve se empenhar na construção do Movimento para que este possa alcançar seus objetivos de curto, médio e longo prazo. Para tanto, seus integrantes devem conhecer o que é o movimento, conhecer sua história, que programa de reforma agrária defende e as linhas políticas que orientam sua prática. Entretanto, isso não ocorre somente através da participação em cursos ou pelo hábito da leitura. Segundo Bogo, o camponês vinculado ao MST:

> [...] deve aprender de fato pela prática o que significa a reforma agrária, seu caráter, sua importância e as tarefas que esta tem de cumprir enquanto política social, e como esta deve se relacionar com as demais reformas que devem ser feitas para tornarmos nosso país justo e digno de seu povo.[173]

Na experiência de ocupação que originou o Assentamento Marrecas, percebemos a preocupação com a organização de atividades educacionais voltadas para as especificidades das famílias acampadas. De início, as ações foram pensadas no sentido de atender a demanda pela escolarização das crianças e o processo de alfabetização de adultos, conforme evidenciado no depoimento a seguir:

> [...] a gente sempre discutia a importância de aprender a ler. Primeiro porque a gente ia precisar ler e escrever porque a gente sabe o seguinte, que naquela região o número de analfabetos é muito grande. Então a gente tinha essa preocupação em relação a educação, mas não tinha uma discussão do setor de educação, existia somente a preocupação. Então depois da Marreca é que começa a surgir a preocupação, como é que nós vamos organizar a escola, então foi a partir daí que começou a discussão em relação à escola. Vamos construir um barraco, fazer a escola, mesmo que a prefeitura não

[172] CALDART, Roseli Salete. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, p. 55, Jan / Jun 2003.
[173] BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999, p. 84.

> financie, mas nesse período a prefeitura já pagou os professores. Então começou a se trabalhar as turmas com as crianças, no período do acampamento já começou. Mas sempre estudando o que, aprendendo o B-A BA e, colocar alguns elementos da luta, a gente sempre se preocupou em trabalhar a questão da história, vamos discutir nossa história aqui. [...] Então o pessoal é começou teve uma turma, organizaram uma turma de alfabetização de adultos lá na Marreca, no método Paulo Freire[174].[175]

A formação no MST também está relacionada à questão da mística, uma expressão simbólica considerada fundamental no processo de construção da identidade política[176] do camponês sem-terra. Vivenciada sob a forma de ritual, a mística aparece como um conjunto de ações simbólicas que busca conscientizar os integrantes do MST a participarem da luta pela terra, constituindo-se num dos elementos que dão sustentação ideológica ao movimento na sua trajetória. Como prática coletiva voltada para a construção de uma identidade comum, a mística reveste-se de várias formas simbólicas que se configuram de acordo com a mensagem que o MST quer transmitir à sua base. No documento "Como organizar a massa", produzido em 1991, o movimento afirma que a mística pode ser entendida:

> como sendo um conjunto de motivações que sentimos no dia a dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar. A mística é a motivação interna que sentimos em contato com o coletivo, que nos anima e aumenta nossa vontade de participar cada vez mais seja nas reuniões, nas assembleias, nas manifestações, nas ocupações, nas greves, etc.[177]

Segundo Melo, a mística é o espaço onde o projeto social do MST é mais diretamente relacionado com a experiência subjetiva de seus integrantes. Conforme seu

---

[174] Consiste numa proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire. Nessa proposta o importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida.

[175] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

[176] Adotamos o conceito de identidade política como referência ao processo de constituição da visão de mundo dos grupos politicamente organizados. No caso do MST, a mística atua como elemento que busca convencer seus participantes quanto à validade dos princípios ideológicos do movimento.

[177] MST. Como organizar a massa. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, setembro de 1991.

entendimento, o significado para a palavra "mística" no MST é bastante aberto, comportando vários significados diferentes e complementares.

> Em alguns momentos, a mística aparece como *motivação para a luta*, como sentimento que motiva cada integrante do MST a participar da luta pela reforma agrária e por transformações sociais no país. Em outros momentos é tida como relativa *à sensação de pertença*, como elemento capaz de promover a sensação de pertencimento ao grupo, estimulando a solidariedade e colaboração mútua, intensificando a coesão e a unidade do movimento no processo de luta. Em outros momentos, ainda, diz respeito *à ampliação da abrangência da luta*, sendo entendida como processo de construção de um sentido emancipatório geral para a existência humana. Além disso, a mística pode ser tomada também com o significado de *resgate do passado*, como uma forma de celebração, reconhecimento e valorização de esforços realizados pelo movimento e por todos aqueles que lutaram por justiça social. E acaba tendo ainda um significado de *abertura para o novo*, uma vez que se compreende que a cada nova conquista se acrescentam novas contradições e novos desafios, num movimento inesgotável que coincide com a própria história humana. [178]

Assim, reconhecendo a importância da dimensão simbólica na luta pela terra, o MST conjuga vários ritos que se alternam entre depoimentos de seus integrantes; encenações sobre a história da luta pela terra; utilização de símbolos como o facão, a foice, a enxada e o chapéu de palha do camponês, elementos que sempre aparecem destacados nas manifestações do movimento. Trabalhar rituais que tenham conteúdo de formação da identidade também faz parte da mística do MST. A referência a memória de mártires como Che Guevara[179] e Chico Mendes[180], procurando evidenciar suas histórias como exemplos a serem seguidos, é uma prática bastante comum nas atividades de formação política do movimento. Em quase todos os eventos, sobretudo na abertura de encontros e congressos, a imagem e o imaginário de líderes revolucionários é trabalhada pelo MST. Através dessa formação simbólica, o MST pretende que os camponeses incorporem à sua subjetividade o projeto político do movimento. Daí o investimento no aspecto afetivo, motivacional, visto como essencial no processo de construção da sociedade proposta pelo MST.

---

[178] MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 116.

[179] Che ou Ernesto Guevarra de La Serna, um dos líderes da Revolução Cubana de 1959.

[180] Líder sindical defensor dos seringueiros e do meio ambiente, assassinado por fazendeiros ligados à UDR em dezembro de 1988.

> Como fenômeno construído historicamente, o Movimento se preocupa em edificar sua memória, ou construir sua *memória histórica*. A mística, enquanto um momento sublime no MST acaba se tornando fundamental neste processo. [...] Isso fica evidenciado quando o MST elege seus heróis, seus mártires e suas lutas históricas, que são em seu entender as *verdadeiras* lutas sociais, dignas de serem rememoradas. Memória no Movimento é sinônimo de poder, e sendo poder, precisa ser construída e reconstruída a todo o momento. Sendo assim, a mística se torna um lugar privilegiado em que o Movimento processa a construção de suas memórias. Para se construir uma memória histórica, o grupo necessita selecionar os acontecimentos e personagens que lhes são significativos, e que possuem sentidos em sua organização. Por este prisma, o MST procurou em sua trajetória histórica sistematizar e eleger as lutas sociais as quais se assemelha, e também os seus heróis e mártires que lhes são referências e inspiração para os seus triunfos sobre seus adversários. Uma das primeiras evidências por parte da organização do Movimento em sistematizar uma memória histórica foi no ano de 1986, quando publicou o *Caderno de Formação Nº 2*, intitulado *História da Luta pela Terra*.[181]

Os hinos e músicas são também representações simbólicas presentes no cotidiano da luta do MST. Na canção intitulada *Quando chegar na terra*"[182], Bogo, um dos poetas do MST, busca conscientizar os integrantes do movimento de que só a terra não liberta, mas que ao chegar à terra, ainda há um caminho longo a ser percorrido.

> Quando chegar na terra
> lembre de quem quer chegar
> Quando chegar na terra
> lembre que tem outros passos pra dar
>
> Quando chegar na terra
> lembre que tem outros passos pra dar
> Mire o olhar na frente
> porque atrás vem gente querendo lutar
>
> Neste caminho obscuro
> está o futuro para preparar
> Não desanime, caminhe
> Trabalhe, se alinhe no passo de andar
>
> Quando chegar na terra
> Lembre que ainda não tem liberdade
> Este é o primeiro passo
> que estamos dando nesta sociedade

[181] COELHO, Fabiano. *A prática da mística e a luta pela terra no MST*. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, p. 179-180.
[182] CD Arte em Movimento. MST. CD01, Manaus: Sonopress, 1998, faixa 9.

> Só a terra não liberta
> Este é o alerta aumenta a ansiedade
> Isto virá no dia que com ousadia ganhar
> a cidade
>
> Quando chegar na terra
> É preciso fazer produção
> Este é o primeiro passo que
> Damos na revolução
> Com certeza estaremos alegres
> Chegando com o chapéu na mão na
> Esplanada do Planalto bandeiras bem alto
> Cantando a canção

Como se pode observar, a letra da música traduz de modo emblemático o ideário político-ideológico do MST, expresso na luta para além da conquista da terra. O movimento aponta para a construção de um amplo projeto de transformação social que, segundo ele, só se concretizará no interior de uma sociedade voltada para a justiça social e a igualdade de direitos. Daí seu empenho na organização permanente dos camponeses sem terra, no desencadeamento de várias frentes de luta, na articulação com outras organizações e movimentos sociais.

A mística se faz sentir também nos acampamentos, espaços em que os camponeses sem-terra vivenciam a luta pela conquista e consolidação da terra ocupada. Nessa fase transitória, surge uma série de desafios como manter a unidade entre as famílias, contornar disputas internas por espaços de participação, mediar conflitos entre a coordenação e os acampados, além da fome e possível repressão policial. Neste contexto, a mística torna-se um importante instrumento para possibilitar a unidade do grupo diante das dificuldades. Turatti, ao analisar a matriz discursiva do MST, explica que há dois polos de assimilação da mística como ideologia, bem como dois objetivos distintos:

> interessa ao MST que alguns acampados desenvolvam uma relação maior com o movimento para que os quadros dirigentes sejam reproduzidos; no entanto, é preciso que a base sinta-se dependente do MST, não parte dele; é preciso que o líder seja visto como um "messias", o guia divino na caminhada para a terra prometida. Não obstante, é preciso ressaltar a confiança em seu "messias" não a partir de uma subjetividade religiosa; *o líder-messias é enaltecido quando conduz os acampados à práticas concretas de luta*. O MST inculca nas pessoas a ideia de que sem luta não se conquista a terra. Ora, os acampados esperam, então, que o MST os conduza à luta. As

> ocupações são o momento de ação do sujeito efetivamente coletivo. [...] Ou seja, a mística na base é fundada na assimilação de alguns significados primários: O MST vai conduzi-los à terra; para isso, é preciso lutar contra o inimigo; a melhor forma de afrontar o inimigo é fazer ocupações. Essas ideias são transmitidas à base pela liderança. É preciso romper o respeito à propriedade alheia que a tradição martelou na cabeça dos acampados; é preciso fazê-los suportar a situação do acampamento como etapa transitória; é preciso conquistar seu respeito pelo movimento.[183]

Podemos dizer que a mística exerce papel central no processo de formação identitária dos camponeses sem-terra. A partir da experiência concreta da luta, vivenciada por meio das ocupações, dos acampamentos e outras formas de ação coletiva, os camponeses passam a compartilhar valores vinculados à trajetória histórica do MST. Trata-se, portanto, de uma identidade de classe, construída politicamente através das ações do movimento. Nesse sentido, conforme sugere Vendramini, a vinculação a uma classe social seria determinada pela vivência em ações de luta social.

> Criou-se o conceito de classe social como elemento explicativo da ação social, ou melhor, para designar os sujeitos que intervém na história, que a partir das condições objetivas de vida são capazes, na luta política, de criar uma consciência social. A classe é, para o trabalhador, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem, portanto, só se pode falar em consciência na luta de classes, em política, a qual se forja nas lutas sociais, pela ação coletiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria.[184]

Thompson, ao discorrer sobre o fazer-se classe, caminha nessa mesma direção. Em sua concepção, os homens se tornam sujeitos através da experiência, vivendo situações e relações de produção como antagonismos. Como tal, a classe e sua identidade se formam pelo processo vivido. Sendo assim, a formação do camponês sem-terra não se dá pela mera assimilação de discursos, mas por sua participação ativa no processo de luta social.

---

[183] TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005, p. 109-110.

[184] VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação*: experiências socioeducativas em assentamentos do MST. Ijui: Unijui, 2000, p. 34.

Na experiência de constituição do Assentamento Marrecas, a política de formação promovida pelo MST se evidenciou por meio do chamado *trabalho de base*, através do qual o movimento buscava dialogar com os camponeses sem-terra sobre a história da luta pela terra e formas de organização coletiva. Nesse processo formativo, eram realizados cursos, encontros e reuniões periódicas com as famílias envolvidas na ocupação, para discutir questões pertinentes ao cotidiano da luta pela conquista e consolidação da área ocupada.

O trabalho de formação política teve início ainda no período de organização da ocupação e contou com a participação de jovens ligados a organismos pastorais da Igreja Católica, que, sob a orientação do MST, passaram a desenvolver múltiplas ações. Um momento considerado significativo nesse contexto de formação foi a realização do primeiro curso de monitores do Movimento Sem Terra, ocorrido em 1986. Conforme depoimento da militante Maria Gorete, que atuou no processo de planejamento da ocupação, esse curso teria contribuído para dirimir dúvidas quanto à possibilidade de efetivação dessa forma de luta no Piauí.

> [...] nós começamos, é teve um grupo de pessoas que foram realizar o primeiro curso de monitores do Movimento Sem Terra em1986. Nesse período a gente começava é nós saímos do Piauí para discutir, a gente não tinha muito contato com o Movimento Sem Terra nacional, dos outros Estados. Então o contato que tinha era de duas lideranças, que era do Rivaldo e do Expedito. [...] só que existia a militância que estava fazendo trabalho de base, que no caso é eram tinha um grupo de jovens bem interessante, um grupo bem grande, faziam o trabalho, tinha. Então o que ocorre? Quando a gente começava esse grupo de jovens, começava a participar certo, desse curso de monitores, eu avalio o seguinte: que o curso de monitores, esse curso de formação política do Movimento, propiciou a esse grupo de jovens a ter uma visão do que de fato era possível, de qual era de fato a proposta do Movimento, começar a conhecer. A gente conhecia a realidade do Piauí certo, mas nós não conhecíamos elementos teóricos do Movimento, as experiências dos outros Estados, a gente não tinha isso. E o que ocorre? Com isso, é com esse contato mais próximo com as experiências do Sul é abriu para a gente um espaço, no sentido de que a gente começou a perceber o seguinte: é possível fazer ocupação de terra no Piauí, existe sem- terra, existe terra.[185]

A narrativa anterior indica uma possível divergência de posições acerca da viabilidade de se organizar a luta pela terra nos termos propostos pelo MST. O

[185] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

comentário da militante sugere que o MST teria encontrado dificuldades para construir força social em torno de sua tática política. Nesse sentido, o curso de monitores teria influenciado no convencimento de pessoas que, a princípio, não concordavam com a ideia da ocupação, abrindo caminho para a concretização desse intento.

Continuando sua narrativa, Maria Gorete explica que as atividades de formação política eram articuladas pela secretaria estadual do MST, inicialmente instalada na capital Teresina. Agendar e sistematizar a pauta de reuniões e encontros, bem como organizar cursos nas comunidades, estavam entre as principais atribuições da Secretaria. Para facilitar o vínculo com sua base, o movimento tratou de transferir a secretaria para o município de Picos, onde o trabalho de mobilização política se mostrava fértil. Essa decisão foi tomada durante um encontro estadual ocorrido em 1986, no qual se fez presente o membro da coordenação nacional do MST Ademar Bogo.

> [...] nós tínhamos uma secretaria em Teresina no início, até 1986. Em 1986 nós tivemos um encontro estadual, onde nós discutimos o seguinte, que inclusive o Bogo estava presente nesse encontro, nós discutimos que uma secretaria em Teresina não tinha fundamento para nós, porque a articulação do Movimento Sem Terra estava no Centro-Sul, então tinha que ser numa cidade próxima ali, onde estava a base do movimento, onde a gente estava discutindo. Então nós tiramos a secretaria de Teresina para Picos. Então a partir de Picos é que a gente começou a intensificar o movimento, as lutas, a articulação para a ocupação de terra.[186]

Ainda conforme a narrativa de Maria Gorete, as ações formativas também se manifestaram através de uma articulação regional que congregava participantes do MST dos Estados do Piauí, Maranhão e Pará. Tratava-se de um espaço de formação e socialização política, onde eram discutidos os limites presentes na vivência da luta social em cada Estado, com suas contradições, desafios e possibilidades. Segundo a narradora, havia um sentimento comum sobre a importância de organizar o MST nos três Estados. Compartilhar experiências, desenvolver ações conjuntas e acumular força no trabalho de base era provavelmente o que se buscava com essa articulação.

> [...] a gente tinha uma regional que envolvia o Pará até o Piauí certo, no início. Então, a gente tinha reuniões, reuniões que inclusive eu

[186] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

> participei de duas reuniões dessa regional. Nessas reuniões da regional dessa região aqui, que seria Norte/Nordeste que a princípio ela tinha Piauí, Maranhão e o Pará, a gente se reunia no Maranhão. Essas reuniões eram basicamente formadas por quem? Pelo Movimento Sem Terra que no caso sempre era representado de fato pelas pessoas que estavam aqui consolidando o movimento, Expedito, eu participei das reuniões, todas as reuniões que aconteceram. No Maranhão tinha o pessoal Manoel da Conceição, o senhor João que já estava então, tinha aquele pessoal ali. E no Pará tinha o sindicalista, não era de fato as pessoas que estavam construindo o movimento, porque no Pará também é no início eles tinham essa visão. [...] Então nesses três Estados é interessante que todos tinham a mesma posição, era importante organizar o Movimento Sem Terra. [...] Nessas reuniões as discussões que a gente tinha era em torno dos problemas internos da federação do Pará, do movimento no Maranhão, que era muito cheio de contradições no início, tinha muitas divisões, muitas é formas de ver o movimento aqui.[187]

É possível que a iniciativa de constituir uma articulação regional estivesse relacionada com as resoluções aprovadas no *1º Congresso Nacional dos Sem Terra*, ao qual fizemos referência no capítulo inicial desta dissertação. Afinal, foi nessa ocasião que o MST avaliou que a reforma agrária só seria efetivada com a realização de ocupações massivas. De acordo com Morissawa, logo depois do 1º Congresso "começaram as ocupações em todo o Brasil. Só em Santa Catarina 5 mil famílias de mais de 40 municípios ocuparam 18 fazendas".[188] Ao que parece, além de servir para estimular a organicidade e a identidade dos participantes com o MST, esse espaço de formação fora pensado também com o objetivo de dar respostas ao trabalho de expansão do movimento em âmbito nacional.

Por outro lado, essa perspectiva de formação visando fortalecer o MST e sua influência política pode ser verificada no apoio prestado por membros do movimento que se deslocaram do Sul do país para o Nordeste com a missão de estimular o fortalecimento dos laços afetivos e políticos entre a organização e sua base social. No dizer de Maria Gorete:

> E no Piauí teve o apoio fundamental de um companheiro que veio do Paraná, o Justino em 1987 ele foi embora. E veio o Nadir, que é um companheiro do primeiro curso de monitores do Movimento Sem Terra. Então criou-se toda uma mística que era orientada pelo Edgar, o

[187] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.
[188] MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 141.

> Edgar que acompanhava a gente. Então foi colocado que tinha alguns companheiros que se, foi colocado a tarefa de organizar o movimento em outras regiões. Então o Nadir, vários companheiros do Sul vieram para o Nordeste, naquele período que vieram muitos companheiros do Sul para o Nordeste para ajudar na luta. O Nadir veio para aqui e ajudou a articular o movimento aqui, a ocupação da Marreca, então ele teve assim um papel importante nessa consolidação do Movimento Sem Terra aqui, que começou a partir da ocupação da Marreca. Até a ocupação da Marreca nós tínhamos assim uma articulação do movimento, mas que não era de fato um movimento em si, porque o movimento é a ocupação, são as ações, nós fazíamos mobilizações, nós fizemos a mobilização a questão da reforma agrária, íamos para o INCRA fazer mobilizações, mas não tínhamos ocupação, não ocorria ocupação de terra.[189]

Outro aspecto evidenciado por Maria Gorete diz respeito às estratégias de comunicação adotadas pelo MST. Sobre esse ponto, a narradora destaca o uso da comunicação radiofônica no processo de articulação da ocupação. Ressalta ainda a contribuição dada por missionárias católicas do município de Simões, na construção do trabalho de base junto às comunidades.

> Nós tínhamos um trabalho interessante nessa questão da comunicação no início, nós fazíamos programa de rádio no município de Simões, nós tínhamos um programa de rádio, onde era produzido para falar da questão da terra, da reforma agrária. Então nós tínhamos um setor bem consolidado, que depois da ocupação só se fortaleceu, foi criado um programa de rádio em São João do Piauí depois, porque Simões era o município onde era, onde tinha uma base bem forte do Movimento Sem Terra, nas comunidades. A comissão municipal de Simões era a mais forte que tinha, porque também tinha umas irmãs lá maravilhosas, que deram uma contribuição muito grande, não o padre, as irmãs. Então elas deram uma contribuição muito boa e trabalho das comunidades.[190]

No contexto do MST, a comunicação é encarada como um instrumento para a formação de quadros políticos e a conquista de suas reivindicações. Por não encontrar espaço na mídia convencional, o MST investe em meios alternativos para propagar suas ideias. O movimento entende que o reconhecimento público é importante para que suas reivindicações sejam consideradas legítimas e para que possa aglutinar força em torno do seu projeto social. Dentro desta visão, o movimento incentiva a criação de rádios

---

[189] Ibidem

[190] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

comunitárias nas áreas acampamento e assentamento, que devem potencializar o diálogo com sua base e com a sociedade. Nesse sentido, a política de formação do MST estaria em sintonia com o rádio. Como ressalta o documento *As rádios do MST*, [...] "ter um aparelho de rádio em casa ou no barraco faz parte da cultura camponesa".[191] Essa forma de comunicação teria surtido efeito no Piauí, pois, segundo Maria Gorete, os sujeitos que participaram da ocupação "Eram todos camponeses, o trabalho que nós fizemos para essa ocupação era um trabalho feito nas comunidades rurais, nas comunidades de base, então são todas pessoas que vieram da roça".[192]

Outro aspecto da formação política apontado por Maria Gorete se refere à forma de organização da produção, entendida como parte do processo de organização da vida no acampamento. Nesse sentido, o diálogo do MST com as famílias girou em torno da proposta de *cooperação agrícola*, considerada como elemento estratégico para a construção de relações sociais com base no trabalho coletivo.

> Então, o que nós iniciamos logo que chegamos lá na Marreca todo mundo já ia com uma ideia, nós vamos fazer um grupo coletivo. As pessoas que foram para a Marreca. Elas já foram sabendo que nós iríamos criar um grupo coletivo logo que chegássemos lá, e fazer uma grande produção. Então nós começamos a articular a produção a partir do grupo coletivo, que foi um grupão coletivo envolvendo todo mundo, todas as famílias. Não tínhamos muita experiência nessa questão. Depois então, foi que aprofundamos, bom então o que nós vamos produzir aqui nessa terra? Aí veio a questão do mel, a questão de banana, a questão dos caprinos, de cabras. [...] Então, começou a partir daí. Então depois disso começou a discussão de formar uma associação, depois dessa associação, essa discussão dessa associação, foi se aprofundando, agora nós vamos criar uma cooperativa, certo. E a cooperativa que foi fundada lá na Marreca ela teve uma influência também, aí entra novamente a CPT, a CPT ajudou a articular a questão da cooperativa lá na Marreca. Porque na verdade, o Piauí ele foi um Estado em que não ocorreu grandes ocupações de terra, então de certa forma ele ficava um pouco a parte de todas as discussões nacionais, até pela própria realidade lá. Então a discussão da cooperação agrícola a nível nacional as pessoas avaliavam, será que é importante ter uma cooperativa lá, mas as pessoas como existia essa febre de cooperativa, elas diziam vamos criar uma cooperativa no Piauí também e, a partir daí se construiu a cooperativa na Marreca, a partir dessa discussão é teve uma discussão muito aprofundada, estudo, essa sempre foi a marca do Piauí, a questão do estudo, da discussão.[193]

[191] MST. *As rádios do MST*. Documento interno, 2004, p. 01.
[192] Ibidem.
[193] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

A proposta de cooperação agrícola é um dos princípios organizativos que o MST vem debatendo com a sua base desde as primeiras ocupações protagonizadas pelo movimento. É um elemento central da discussão sobre as formas de organizar a vida social nos acampamentos e assentamentos. Portanto, não está relacionada apenas com a questão da viabilização econômica dessas áreas, mas fundamentalmente com o modo de vida proposto pela MST às famílias acampadas e assentadas. Stedile, discorrendo sobre o modelo de cooperação agrícola, afirma que na primeira etapa de formação do movimento:

> As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. Na nossa visão, ocupar e distribuir a terra simplesmente não resolvia o problema. [...] De 1986 até 1990, as articulações e os debates eram em torno do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera), tanto por parte da gente como do próprio pessoal do Procera e do BNDES. Começamos a ter técnicos vinculados à nossa ideologia, como é o caso de Lino David, do Rio Grande do Sul, que mais tarde organizou o Centro de Técnicas Agropecuárias Alternativas (Cetap), de Geraldo Garcia, de Norbert Hesselen, também do Rio Grande e que veio para São Paulo assessorar o MST em nível nacional, entre outros. Esses técnicos, com nossa ideologia, começaram a assessorar o movimento e iniciaram um debate mais sistematizado sobre a necessidade da cooperação agrícola. Nesse período de quatro anos difundimos as ideias da cooperação agrícola. O maior acerto, nessa etapa, foi que não nos prendemos a uma forma única de cooperação agrícola.[194]

No tocante à organização interna do acampamento, Maria Gorete afirma que tudo passava por discussões coletivas. Enfatiza que as decisões eram tomadas em assembleias geralmente longas, das quais todos os acampados podiam participar e argumentar sobre a organização da vida cotidiana. Para esta militante, a experiência de ocupação da Fazenda Marrecas teria contribuído para a emancipação política dos camponeses que dela participaram.

> [...] Outra questão é o seguinte, que no Piauí é nessas ocupações as pessoas podiam discutir todos os seus problemas, tinha as assembleias onde o pessoal discutia ponto por ponto, problema por problema, entendeu, demorava às vezes a assembleia muito tempo, mas discutia

---

[194] STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 96-97.

> problema por problema. E isso é as decisões que eram tomadas todos participavam, então eles, eles puderam ser a partir daí, da ocupação, donos do seu destino. Então isso é um elemento importante na questão da ocupação, da luta pela reforma agrária, que conquista tá, você vai decidir a sua vida, porque até então quem decidia a vida era o que, era o coronel, o fazendeiro da região.[195]

No trecho em destaque, a narradora sugere que a democracia se fez presente no cotidiano da vivência entre as famílias acampadas, indicando que a estrutura organizativa do acampamento possibilitou a participação de todas as pessoas nos processos decisórios estabelecidos nesse espaço. Entretanto, alguns autores, mesmo reconhecendo o caráter democrático do MST, têm chamado a atenção para a dificuldade do movimento em lidar com questões relativas às diferenças culturais existentes nos acampamentos, argumentando que muitas vezes elas são ignoradas. Sobre o exercício da democracia nos acampamentos do MST, Gohn destaca que:

> O cidadão que o MST forma/constrói é parte de um coletivo. Abstraído em sua individualidade é um sujeito permeado de contraditoriedades: tem uma visão de mundo, aprende a diagnosticar problemas e males sociais, mas tem dificuldades para entender os problemas inter-subjetivos daqueles que o cercam. [196]

No que tange ao processo de articulação das famílias para a ocupação da terra, o assentado Benezete Manoel destaca a formação de equipes de trabalho que percorreram vários municípios, visando à criação de um espaço de diálogo que permitisse aglutinar pessoas para essa ação. Novamente ressalta o apoio da CPT e da CUT na organização do trabalho de base, tido como instrumento pedagógico fundamental na trajetória de formação do Assentamento Marrecas.

> A partir do momento que o Movimento discutiu, debateu, nas reuniões, nos encontros, a necessidade do trabalho de base, trabalho de base mesmo com as famílias, que nós chamamos a articulação das famílias pra ocupação, então a gente, no Encontro Estadual definiu

[195] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.
[196] GOHN, Maria da Glória. A formação do cidadão nos cursos do MST. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 186, jul./dez. 1999.

> que era preciso fazer a ocupação e pra isso dividiu-se os militantes pra ir pros municípios. Eles mapeavam os municípios, todos da microrregião de Picos, e enviava os militantes pra conversar com as famílias, e na realidade a gente ia, apesar de todas as dificuldades, de todas as pessoas que não queriam que a gente falasse de luta pela terra, mas a gente conseguia reunir as famílias, até chegar o momento que a gente tava com um bom número de famílias preparadas pra ocupação. A partir daí, a gente lutou pelo espaço onde ocupar, uma coisa que eu nunca... nas minhas informações eu nunca passei, mas é que, na época, em 1989, o governador do Estado era o Alberto Silva. E o Alberto Silva andou dizendo que ia vender 400 mil hectares de terra do Estado. Já tinha 400 mil hectares de terra e ia vender. A CUT, na época, fez um dossiê mapeando um pouco a quantidade de terra e onde estava essas terras, e passou esse dossiê pra gente, e a gente tomou conhecimento de 40 mil, entre os municípios de Pimenteiras e Pio IX chamava "Corrodonga", e tinha uma outra parte aqui em São João do Piauí, que é o Brejinho, onde tá Marreca. Então a gente mapeou esses espaços, aonde que estavam essas terras, a gente foi olhando e visita a "Corrodonga", muito difícil o acesso à água, muito difícil sustentar a família lá, porque os que moravam lá não tinham condição por conta de água. E aí a gente veio até São João do Piauí, pra olhar o Brejinho, que o nome era Brejinho porque tinha água [...] e nós encontramos, ao passar pela Marrecas, nós vimos a Marreca e o presidente do Sindicato de São João do Piauí ele disse que tinha essa fazenda, que era uma só com 3 mil hectares de terra do grupo Fernando Brasileiro, contou toda a sua história, e a estrutura... Então, pra nós que estávamos procurando uma propriedade abandonada realmente, então essa era uma. Então voltamos para microrregião de Picos e organizamos as famílias, e no dia 10 de junho a gente conseguiu chegar aqui com as famílias, aqui na propriedade Marrecas. Isso é um processo, depois de um trabalho de base bem feito, do apoio de algumas entidades, CUT, CPT, a Igreja de Picos, também, a Igreja de Picos na época, pelo bispo Dom Augusto, contribuiu muito pra isso. O MEB[197] também, que é um grupo voltado pra educação, mas pra educação de jovens e adultos, e era também vinculada a Igreja de Picos, deu também bastante apoio. Inclusive com a chegada nossa aqui já foi quem começou a trabalhar aqui com a educação, já dando um certo apoio.[198]

O comentário de Benezete Manoel indica que a ocupação é um ato que compreende planejamento e movimentação dos participantes do MST. É um processo que envolve diversas ações, como a sondagem da área que se pretende conquistar, a formação de núcleos de base onde acontecem as discussões e decisões sobre os rumos

[197] Organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fundado em 21 de março de 1961. Há 50 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Disponível em www.meb.org.br. Acesso em: 12.01.2012.

[198] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

da luta, a divisão de tarefas, dentre outras. A ocupação se desdobra, portanto, em um movimento permanente. Como diz Caldart:

> Mas a ocupação da terra é apenas o primeiro momento, ainda que decisivo, de uma história que demorará um bom tempo e se desdobrará em muitos outros aprendizados, recuperando e ao mesmo tempo pondo em conflito tradições, costumes, visão de mundo, produzindo e reproduzindo cultura.[199]

Benezete Manoel comenta ainda sobre o cotidiano da vivência comunitária no acampamento, enfatizando a contribuição dos jovens nas ações que visavam garantir a permanência das famílias na terra ocupada. Com métodos criativos, os jovens teriam desenvolvido uma mística que estimulou as famílias a resistirem e continuarem na luta.

> Nós trabalhava, o Movimento Sem Terra, ele sempre trabalhou, entrou dentro das nossas discussões, que é importante você trabalhar, tinha a questão política, mas você ter os seus momentos de lazer, que você precisa disso que é, momento de lazer também, nós nunca vimos como momento que as pessoas deixam de fazer o que presta, mas que o momento de lazer é um momento de aproximação das pessoas, desde que você vá pra ao momento de lazer para fazer aquilo que venha a ser de útil, de bem pra todos. E aí a juventude, desde quando a gente chegou aqui, que um dos pontos de lazer era o futebol, criou vínculo com a comunidade, também... aqui, nós tivemos por muito feliz, porque vieram um grupo de pessoas, principalmente um grupo que veio mais de Paulistana, muitos sabiam bater violão, tocar violão. Era animado, forró, serestas. As assembleias eram animadas por eles. E as noites também. A gente sentava, os jovens sentavam nas areias aqui do acampamento pra bater violão, pra cantar, pra contar história, pra fazer suas brincadeiras. E isso era um... é por isso também que seguravam as pessoas, por causa dos jovens. É tanto, eu lembro, que quando saia um, os outros já ficavam: "Cadê fulano? Pra onde ele saiu?" Quer dizer, a vivência era bem próxima. E ela foi muito importante. O jovem pra mim o papel do jovem naquela época era o mais pesado, eu diria. Na época, nós tinha um setor que chamava Frente de Massas[200]. Frente de Massas era você dar rumo ao povo. Dar rumo às massas. Então na realidade quem tava na Frente de Massas eram os jovens. Eram os jovens que estavam na Frente de Massas. Dificilmente você via uma pessoa mais idosa, ou mais madura na frente dos Grupos de Massas. Por isso que eu falei antes, das ocupações, por isso a gente tirava grupos, mapeava grupos de jovens,

[199] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 174.

[200] Frente de Massa é um dos setores internos da estrutura organizativa do MST. Tem por tarefa a mobilização das famílias para participarem das ações de ocupação de terra.

> aqueles que vinham pras ocupações que foram feitas em todo o estado do Piauí. Os pais, as mães, ficavam aqui. Então pra mim, essa era uma das coisas, era a luta dos jovens pra dar continuidade e pra multiplicar as ocupações de terra.[201]

Da perspectiva de formação política do MST, podemos depreender que existe uma preocupação específica para com os jovens, de modo a possibilitar que se envolvam em diversas ações formativas do movimento, que vão sendo geradas na vivência da realidade concreta. Sendo assim, criar condições para que os jovens desenvolvam seu potencial criativo constitui um requisito fundamental para que o MST possa avançar no diálogo com sua base e acumular força na construção do seu projeto de reforma agrária e de transformação social. Na trajetória de formação do Assentamento Marrecas, os jovens tiveram participação ativa, contribuindo para a conquista da tão sonhada terra prometida.

As questões analisadas neste tópico mostram que o investimento na formação política sempre foi uma constante na trajetória do MST. Lançando o olhar sobre essa trajetória, percebemos que, para esse movimento, é estratégico formar, seja para garantir a continuidade de seu projeto político, seja para construir os valores da sociedade que deseja alcançar. Sua base teórica vem sendo construída através do diálogo com autores que discutem a questão agrária e as lutas por terra no Brasil, bem como das próprias experiências acumuladas no decorrer de sua caminhada.

A primeira geração que integrou o MST recebeu grande influência das experiências formativas promovidas pela Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que havia se constituído numa importante referência para os camponeses sem-terra na luta por seus direitos. Na visão de Stedile, o trabalho pastoral da CPT foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas.

> Num primeiro momento ela reuniu os bispos da região amazônica, que percebiam o altíssimo grau de violência cometida contra os posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste do país. O surgimento da CPT teve, inicialmente, uma motivação regional. Mesmo assim essa articulação de bispos e de padres ligados à luta pela terra representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um

[201] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

> movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo.[202]

Uma segunda geração integrou-se ao MST compartilhando as referências construídas ao longo de sua trajetória, contribuindo para a sua consolidação como movimento nacional. Diferente do contexto de sua gestação, esta segunda geração vem sendo formada em espaços e momentos próprios, viabilizados pela estrutura organizativa do movimento. Para atingir seus objetivos, o MST desenvolve um conjunto de ações como reuniões, mobilizações, encontros e cursos, com o intuito de envolver sua base nos processos de luta pela terra.

Assim como na fase de gestação, o trabalho de formação política continua sendo uma prioridade para o MST. Na prática, ele se concretiza através de uma pedagogia que combina conteúdos, valores culturais e experiências individuais e coletivas, favorecendo a inserção dos camponeses na luta pela terra.

3.1 A luta transforma a vida: a experiência da ocupação como fonte de aprendizados

Na história política do Brasil, vários movimentos sociais se destacam no processo de luta camponesa pela terra. Entre estes movimentos está o MST, que, realizando ocupações de terra, adquiriu visibilidade no cenário nacional, conquistou o apoio de setores da opinião pública e ampliou o debate em torno da questão agrária. Aprendendo com a experiência histórica de várias organizações que o antecederam, foi aos poucos aprimorando suas formas de atuação, afirmando sua identidade de movimento social de massas.[203]

A ocupação pode ser considerada a marca central do MST, pois, através dela, se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra. Do ponto de vista pedagógico, é uma experiência rica em significados socioculturais e projeta mudanças na percepção das pessoas diante da realidade em que estão inseridas. É uma ação na qual os sujeitos envolvidos constroem a si próprios no processo de construção da luta,

[202] STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 19-20.
[203] A expressão *de massas* é empregada pelo MST para indicar a ampla mobilização de pessoas para sua luta.

isto é, enquanto integrantes de uma coletividade. Ao se materializar a ocupação, os camponeses sem-terra passam a compartilhar vivências que transformam suas práticas cotidianas, sendo inseridos numa dinâmica de vida comunitária nem sempre compatível com suas experiências anteriores. Ao discutir o significado da ocupação para o MST, Caldart salienta que:

> O MST nasceu das ocupações de terra e elas são sua marca mais forte, materializando, talvez como nenhuma outra de suas ações, a opção de lutar pela terra. Do ponto de vista político, a forma de mobilização de massas do MST efetivamente tem feito diferença na correlação de forças para a realização de assentamentos no Brasil. [...] Ao provocar uma *ruptura* fundamental com determinados padrões culturais hegemônicos, prepara o *terreno* para os aprendizados desdobrados das demais vivências. Talvez por isso seja também a forma de luta mais polêmica e a mais combatida pelos que defendem o *atual estado de coisas*, hoje como em outros momentos da história da humanidade.[204]

Organizados pelo MST, homens e mulheres camponesas derrubam cercas de latifúndios, ocupando a terra. Esta tem sido a forma encontrada pelo movimento para pressionar o Estado a desapropriar terras improdutivas e organizar assentamentos. Na análise de Gohn, grande parte dos assentamentos no Brasil resultou da ação política do MST.

> Do total de assentamentos rurais existentes no Brasil, grande parte foi fruto da atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Observe-se também que, embora a luta pela terra seja secular no Brasil, a forma assentamento é contemporânea e surgiu como resposta do Estado às ocupações de terras pelos trabalhadores que foram expulsos de suas terras (dada a expansão de grandes empresas capitalistas no campo, como a indústria de laticínios e frigoríficos, no Sul do país), ou se tornaram desempregados devido à transformação de muitas fazendas, antes dedicadas ao cultivo de produtos básicos, em grandes áreas de pastagens ou cultivo de soja, álcool, e outras monoculturas para exportação. [205]

Na visão de Stedile, membro da direção nacional do movimento, a ocupação desmascara a lei, provando que nela está assegurado o princípio da função social da terra. Ocupar a terra seria, portanto, um ato legítimo e fundamental para garantir a

---

[204] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 166-167.
[205] GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2003, p. 144.

aplicação da lei. Nesse sentido, ao priorizar essa forma de luta, o MST busca construir a consciência da unidade entre seus participantes, para lutarem por um mesmo objetivo: *a reforma agrária*. Segundo Stedile, a conquista desse objetivo só seria possível através da pressão social.

> [...] Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem o MST, não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito. [...] A lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei. [...] Por outro lado, todos nós continuamos a saber que a vitória e o sucesso de uma ocupação continuam a depender da correlação de forças políticas locais e nacionais. Se de nosso lado conseguimos fazer uma grande ocupação, com milhares de pessoas, isso se constitui numa força suficientemente importante. Se o latifundiário for influente, for político, tiver muita força, aumentam as dificuldades. Mas as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir.[206]

Em 1979 o MST realizou suas primeiras ocupações nas fazendas Macali e Brilhante, no estado do Rio Grande do Sul. A conquista destas áreas estimulou várias famílias a participarem da luta pela terra, contribuindo para mobilizar centenas de pessoas na organização do acampamento de Encruzilhada Natalino, em dezembro de 1980.

> Tudo começou (ou continuou) no início de dezembro de 1980, quase três anos depois da expulsão da Reserva Nonai. Famílias que não haviam conseguido assentamento em lutas anteriores resolveram acampar num local chamado Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Parceiros, meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores vieram juntar-se a elas. Era um local estratégico, próximo da Annoni, da Macali e da Brilhante. Cerca de sete meses depois, já eram 600 famílias, reunindo cerca de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada. Boa parte delas já tinha experiência das coisas do movimento. Apesar da precariedade das condições do acampamento, trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de eleger uma coordenação. Dessa luta nasceu o *Boletim Sem Terra*, o primeiro órgão de comunicação do Movimento.[207]

---

[206] STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 115-117.
[207] FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 170.

Aos poucos o MST foi territorializando-se por todo o país, consolidando-se como referência na luta pela reforma agrária. Ao mesmo tempo construiu formas de organização interna para qualificar a luta dos sem-terra. Conforme Fernandes, no período de 1985 a 1990, tem-se o momento de territorialização e consolidação do MST.

> [...] o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação.[208]

No interior da luta pela terra, realiza-se um processo de educação e formação das pessoas que nela estão inseridas. Deste modo, a experiência da ocupação produz mudanças significativas na vida dos camponeses sem-terra, tanto em relação as suas especificidades socioeconômicas como na sua forma de ver e se ver no mundo. Mudanças que trazem consigo muitas contradições, motivadas pela vivência coletiva que passam a construir desde a fase de preparação da ocupação. Essas contradições podem ser percebidas com maior visibilidade no período do acampamento, onde a socialização política ocorre não apenas pela ação do MST, mas também a partir de ideias apresentadas pelos camponeses. Ao refletir sobre o aprendizado adquirido pelos camponeses durante a vida no acampamento, Caldart afirma:

> O acampamento é uma forma de luta largamente utilizada pelo MST com o triplo objetivo de educar e de manter mobilizada a base sem-terra, de sensibilizar a opinião pública para a causa da luta pela terra, e de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária. Enquanto estão acampados, os sem-terra geralmente continuam realizando outras ações combinadas de luta: audiências, atos públicos, caminhadas, greves de fome, acampamentos breves em lugares públicos nas cidades, reocupações de terra, em *um movimento permanente*. Do ponto de vista pedagógico, o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que ajudaram a constituir.[209]

---

[208] FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 170.
[209] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 177-178.

Verificamos que no acampamento existe um aprendizado que se realiza na troca de experiências, isto é, no convívio cotidiano entre os camponeses, e outro que resulta da participação em espaços formais da luta (reuniões, assembleias, cursos, etc). Sendo assim, a vida no acampamento se produz na combinação de elementos oriundos da luta social e dos costumes e práticas que se fizeram na trajetória de vida dos camponeses e se manifestam no decorrer da luta.

Ainda de acordo com Caldart, a ocupação tem um sentido pedagógico, de preparação dos camponeses para lutas mais abrangentes, sendo por isso considerada a "essência" do MST. Em sua percepção, existem três dimensões básicas no processo educativo da ocupação: *formação do sujeito para a contestação social*; *formação para a consciência de classe*, a partir da vivência do enfrentamento com o latifúndio; e *o reencontro com a vida*, o sentimento de identidade com a terra.

Ao contrário de Caldart, o sociólogo Martins não considera o acampamento como espaço de aprendizado, mas como etapa de corrosão das formas anteriores de sociabilidade política. O autor sugere que os acampados são objetos de experimentos políticos, indicando que a sociabilidade existente nessa etapa da luta é provisória e transitória. Para ele, os acampamentos também se configuram como espaços de imposição de poder, não podendo ser considerados como o ambiente da democracia plena.

> O acampamento é a experiência concreta do provisório, do nada e da nulificação de todas as heranças que possam ter existido um dia. O acampamento é muito mais o momento de vivência de um processo de socialização, de eliminação de referências sociais e dos valores que norteavam lealdade e condutas.[210]

Continuando sua reflexão, Martins explica que a ressocialização política só se efetiva com o assentamento, entendido como momento do definitivo. Conforme suas palavras, o assentamento "é a negação da nulificação da pessoa, a busca da ressocialização, da reordenação, da experiência e da vida".[211] As considerações de Martins procuram evidenciar possíveis contradições que se manifestam durante a vivência no acampamento. O sociólogo aponta que as propostas de coletivização da terra por meio de cooperativas são muitas vezes recusadas pelos camponeses sem-terra,

---

[210] MARTINS, José de Souza. *O Sujeito Oculto:* Ordem e Transgressão na Reforma Agrária**.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 122.
[211] Ibidem, p 124.

que visualizam nestas práticas a negação da sua própria condição. A coletivização seria recusada porque anula os saberes, a autonomia e o seu sistema de trabalho. "Negam ao trabalhador as *virtudes do pensar*, um pensar usurpado politicamente e, num certo sentido, a ideia de que o pensar legítimo, no trabalho da terra, é unicamente o pensar político e, tudo indica, o pensar do dirigente político".[212]

Na linha de argumentação de Martins, Bergamasco e Norder afirmam que o MST tem encontrado dificuldade para atuar junto aos que optam por outras vias de organização do trabalho nos assentamentos.

> O ideal da "autonomia camponesa" ainda se faz presente para grande parte dos agricultores familiares, o que pode também se constituir numa alternativa viável, embora com maior dificuldade, de desenvolvimento rural. A livre organização dos produtores nos assentamentos é essencial para que a produção seja efetivada em bases democráticas, até mesmo porque o cooperativismo é uma "opção" de cada um. A imposição de um modelo rígido e inflexível, por quem quer que seja, sob qualquer pretexto, pode levar à burocratização e ao autoritarismo que desestimulam a adesão dos assentados. Ademais, é preciso reconhecer que formas mais simples de associação podem ser mais adequadas à trajetória vivenciada pelos grupos que optam pela organização apenas parcialmente coletiva. [213]

Na experiência de ocupação pesquisada, é possível identificar vários aprendizados que refletem as vivências construídas na trajetória de formação do Assentamento Marrecas. Aprendizados que se manifestaram em vários níveis, possibilitando aos camponeses experimentar momentos de contestação, de ruptura, de diálogo e troca de ideias. Inácio José, um dos sujeitos que participou ativamente da luta que projetou o Assentamento Marrecas, enfatiza alguns aprendizados que a vivência da luta teria gerado no plano da consciência política dos camponeses.

> Muitas mudanças, viu? Não sei nem dizer. Foram muitas mudanças. A gente participou de vários cursos, porque naquele tempo havia cursos de oratória, de agitação de massa, tudo feito pela coordenação de Teresina que naquela época era quem coordenava tudo. Mas economicamente eu não melhorei não. Mas politicamente a gente tem muitos conhecimentos. Quer dizer, acesso a conhecer outros companheiros, outras realidades. Ajudei também em outras ocupações, em outras ações. E, é isso.[214]

---

[212] Ibidem, p. 95.
[213] BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 63.
[214] SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

A narrativa de Inácio José aponta que o acesso à terra nem sempre possibilita a melhoria das condições econômicas para os que nela vivem. Se por um lado a vivência no assentamento proporciona condições mínimas de subsistência por outro é atravessada por contradições que geram fortes disparidades entre os assentados. Segundo Bergamasco e Norder, "Entre os assentados existe ainda os que já dispõem previamente dos meios necessários à produção e que, em função disso, não consideram necessário o trabalho coletivo".[215] Para Inácio José, o sentido pedagógico da ocupação está na socialização política, isto é, na possibilidade dos sujeitos irem construindo uma postura diante da vida e do mundo, a partir da vivência da realidade concreta. Pelas suas experiências de ação, de assimilação e questionamento de valores, vão-se constituindo como sujeitos de sua própria história.

Outro depoimento que evidencia aprendizados no campo político é o da assentada Maria de Jesus. Em sua narrativa, ela afirma que a experiência da ocupação contribuiu para uma mudança em sua percepção sobre o mundo. A vivência da luta pela terra teria proporcionado a esta assentada uma situação de vida mais estável, assegurando-lhe o direito à moradia e ao trabalho com a terra. Entretanto, avalia que a dedicação à militância no MST teria atrasado em certa medida o seu projeto de escolarização. Apesar disso, Maria de Jesus se mostra otimista com o futuro e segue acreditando na possibilidade de concretizar o sonho de se formar.

> Eu acho que mudou muito minha vida em termos de ideologia, de busca do novo, de busca do movimento. Mas eu penso que se tivesse ficado lá na minha cidade, eu teria me formado. Agora que eu estou terminando o Ensino Médio, terminei o Ensino Médio. Eu estou agora no Curso Técnico de Saúde Comunitária, mas eu acho que eu contribui muito com o Movimento. E estou contribuindo. Melhorou minha vida, porque eu me cadastrei. Sou cadastrada. Tenho uma terra, tenho uma casa pra morar. Quando eu cheguei no acampamento eu tinha terminado a 8ª série do 1º grau, do ginásio e passei mais de 10 anos parada, sem estudar. Eu acho que porque não tinha escola do ginásio ou ensino médio no município, aqui no Assentamento. Eu parei de estudar e fiquei só militando no Movimento. Trabalhando, e eu acho que nessa parte de estudo eu perdi, acho um pouco, porque as minhas amigas que ficaram lá onde eu morava, hoje já são formadas, elas tem estudo, elas tem um ganho. Elas sobrevivem daquilo. E eu perdi. Eu acho que eu perdi nessa parte, porque eu sempre tive vontade de estudar, sempre. E quando chegou, quando o pessoal lutou pra ter o Ensino do Primário até o Ginásio, aí depois, o ensino médio, é que a gente começou a estudar aqui. E aí, a gente avançou um

[215] ibid. id.

> pouco, mas não avançou tanto, que a gente já era pra estar formada. E eu acho que foi bom. Mudou o meu jeito de ver o mundo, de ver as coisas, em termos de educação, eu tenho vontade de já estar formada, mas por causa do Movimento, da luta... Mas foi bom. Eu conheci o Movimento, conheci muitos lugares, conheci a luta, conheci o mundo como é que anda. Mas em termos de educação, eu acho que, só nessa parte! – que perdi um pouco. Mas o sonho continua, e eu continuo estudando. Eu tenho o sonho de me formar.[216]

A preocupação com a educação escolar expressa no depoimento de Maria de Jesus é um elemento presente na história do MST desde o processo de sua gestação. Conforme explica Caldart, "Na base social que constituiu o Movimento encontravam-se muitas famílias que traziam como herança o valor da escola, em geral naquela visão de que ela pode ser a porta de entrada para um futuro melhor, *menos sofrido*".[217] Assim, a questão da educação escolar é estratégica para o MST, pois o Movimento entende que o mesmo modelo de desenvolvimento que gera os sem-terra também os exclui de outros direitos sociais, entre eles o de ter acesso à escola. Daí a preocupação com a escolarização de seus integrantes.

> Analisando, pois, a história da educação (escolar) nos acampamentos e assentamentos, é possível afirmar também que a relação entre os sem-terra e a escola é, ao mesmo tempo, geradora e produto do trabalho do MST nesse campo. Foi exatamente a existência dessa relação, já durante o processo de gestação do Movimento, que acabou exigindo que a organização coletiva a assumisse como tarefa. Por outro lado, à medida que se compromete em garantir a escolarização de seus membros, o MST acaba produzindo um outro tipo de relação entre ambos. Poderíamos estar hoje estudando uma história em paralelo, o que, de modo geral, aconteceu com outros movimentos e organizações de trabalhadores em nosso país e em outros lugares. Mas o fato histórico é que, por algumas circunstâncias e escolhas, podemos tratar de uma mesma história: a história da relação dos sem-terra com a escola é parte da história do MST. [...] Assim como não é possível compreender o surgimento do MST fora da situação agrária e agrícola brasileira, também é preciso considerar a realidade educacional do país para entender por que um movimento social de luta pela terra acaba tendo que se preocupar com a escolarização de seus integrantes.[218]

---

[216] SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[217] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 229.
[218] Ibidem, p. 226-227.

Ao discorrer sobre a experiência da ocupação, o assentado Benezete Manoel expressa um sentimento de orgulho por ter contribuído com o trabalho de base que gerou as condições para a conquista do Assentamento Marrecas. Salienta que a vivência na terra conquistada proporcionou melhorias às famílias assentadas e que o acesso à terra só se concretizou em virtude da pressão social exercida pelos camponeses. Valorizar a dimensão coletiva da luta, entendida como a possibilidade de construir uma nova existência social, teria sido um aprendizado adquirido por este assentado.

> Sim, o Assentamento Marrecas, como ele foi o primeiro do Movimento Sem Terra no Estado do Piauí, então a gente fez um trabalho de base, porque antes a gente trabalhava mais na questão da organização sindical, da mobilização, mas não visava diretamente a ocupação. Em 88, a gente decidiu fazer a ocupação, mas como era uma coisa desconhecida, juntamos as famílias, depois alguém disse: "não, não é tempo não", e a gente recuou. E em 89, nos meses de março, abril e maio, nós intensificamos o trabalho de base pra fazer essa ocupação, e no mês de junho sai a ocupação. Naquela época, um pouco desconhecida, nem só pela região de São João do Piauí, que foi pra onde nós viemos, mas no contexto geral da sociedade de São João ou do Piauí também, a forma de luta que a gente fazia, quer dizer, chegar e ocupar uma fazenda, trazer pessoas de fora, de onde tivesse sem-terra, e colocar numa propriedade e dizer: "A partir de agora nós somos os donos dessa propriedade!" E a ocupação se deu de uma forma muito organizada. Nós garantimos a organização, é graças a ela que nós temos hoje, estamos chegando aos 20 anos. Não somos muito velhos, como alguém pode imaginar em termos de assentamento, e pra mim, as vantagens do Assentamento, elas são significantes no que diz respeito a outras comunidades mais próximas daqui. A questão do desenvolvimento que a gente conseguiu. Apesar de que foi tudo através da luta. Tudo na base da pressão, na base da vontade de que as pessoas fizessem alguma coisa e da má vontade dos administradores fazerem. Mas, a partir daquela pressão que havia, eles terminavam cedendo aquilo que já era nosso direito. [219]

Ao comentar sobre a visão que tinha do MST antes da experiência da ocupação, Benezete Manoel destaca o caráter ideológico do movimento que tem na luta pela terra seu eixo central, mas que articula em sua agenda política outras lutas que se combinam em seu objetivo estratégico de lutar pela reforma agrária. Para tanto, afirma que o MST seria o único movimento com características organizativas e de atuação voltadas para a fixação do camponês na terra.

[219] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

> Eu acho que o Movimento Sem Terra é o único movimento que realmente consegue ter uma política voltada pra ocupação da terra mesmo, pra fixar o homem na terra, pra fazer com que ele lute e busque os seus direitos, então eu acredito, eu acreditei como jovem, e hoje continuo acreditando que o Movimento Sem Terra tem um papel importante na luta pela Reforma Agrária no Brasil. A própria Reforma Agrária, ela já tem um alvo principal que é a fixação do homem no campo, e quando a gente fala da fixação do homem no campo, nós estamos pegando no contexto geral, de todas as pessoas, tanto adulto quanto jovem. E esse é um trabalho que o Movimento Sem Terra, ao longo da sua trajetória de luta vem desencadeando: essa política do jovem, de fazer com que o jovem permaneça na terra, que ele consiga estudar, consiga trabalhar sem precisar que ele amanhã seja uma pessoa que esteja se deslocando pras grandes cidades e esteja se tornando o que nós já sabemos que se tornam, nas grandes cidades, as pessoas que saem do campo.[220]

Em seu comentário, Benezete Manoel evidencia a dimensão pedagógica da vivência em um movimento social com as características do MST. Atuar nesse movimento significa envolver-se numa luta que extrapola a busca pela terra, partilhando dos valores, objetivos e linhas de ação preconizadas por este sujeito político.

> Ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação. Quem *é do MST* experimenta o sentido de fazer parte de uma coletividade que funciona de acordo com determinados valores e princípios e que, ao mesmo tempo, se constitui como uma grande família, cujos laços afetivos independem do parentesco ou mesmo do conhecimento direto de todos os seus membros, até porque eles aumentam e se modificam a cada dia. A profunda solidariedade que une a *família sem-terra do Brasil* nasce de um destino que se transformou em um projeto de futuro comum.[221]

A exemplo do que foi narrado por Maria de Jesus, Benezete Manoel ressalta o aprendizado que a experiência da ocupação teria lhe proporcionado em termos de visão de mundo:

> Bom, no período da ocupação, a visão de mundo que eu tinha, né? Você vai aumentando, não tem dúvida. Mesmo que você já tenha uma certa visão, mas você vai aumentando sua visão das coisas. O meu, é que as mudanças sociais, as mudanças do mundo, principalmente da Reforma Agrária, elas terão que ser feitas através de luta, eu acho, pra

[220] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.
[221] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 201.

> mim não existe uma outra forma. Tem que ser feita através da luta do povo, do povo organizado. Pra mim tem que haver isso. Enquanto não você vai continuar caindo em... Se o povo não se organizar não vai conseguir fazer nada. Então pra mim, essas mudanças, elas vieram, porque houve uma organização. Se não houvesse, se o povo não tiver organizado, se o povo não tiver lutando, a gente não vai conseguir ir muito além não.[222]

Ao comparar o período do acampamento com o cotidiano da vida no assentamento, Benezete Manoel aponta contradições relativas ao processo de socialização construído pelas famílias camponesas envolvidas na experiência da ocupação. Para ele, o sentimento do convívio em comum tende a prevalecer na fase do acampamento, em virtude da situação de precariedade material das famílias. Após a conquista da terra, novas relações sociais se estabelecem dificultando a construção de uma vida social baseada na solidariedade.

> É uma comparação difícil da gente fazer. A mudança, ela... porque aí você vê dois... você passa a ter duas visões: uma visão é você ver aquele momento, as dificuldades que se enfrentavam, as formas de resolver os problemas, e aí eu diria que naquele momento, teria mais problema e mais facilidade de resolver os problemas, aí eu acredito que é um pouco isso. E hoje, os problemas talvez sejam menos, mas muito mais difícil de ser resolvido, por que? Porque quando... naquele momento você conseguia ser mais próximo. E, sempre, o que vale... o povo se organiza mais quando ele tá na maior necessidade. A partir do momento que ele tem um certo padrão de vida melhorado, acha, aí ele passa a achar que não precisa mais se unir, ai eu não vejo... quando eu vejo isso eu entendo que você está pensando no 'eu', porque você só pode...'eu tô satisfeito com minhas necessidades, então eu não preciso mais me relacionar com as pessoas, com os outros'. Então, eu... só que dentro da minha percepção eu acho que, independentemente do que você tenha, as relações entre as pessoas é o principal na vida. Então, independente, só que o que nós estamos vendo na grande maioria é isso, e aí, eu sempre atribuí isso ao sistema. Nós vivemos num sistema que oferece o que é 'eu', que tem mais valor quem tem o nome de presidente, que tem o nome de algo que possa influenciar, independentemente do lugar, eu vejo isso. Mas eu acho que as mudanças, tem muitas. Basta você olhar, pra você que passou aqui, por exemplo, você passa agora, você vê as diferenças que vão ocorrendo. E elas são construídas. É lógico que na construção, ela favorece alguém, pode até, ter momento que também tira aquilo que é de todos, mas aí, como eu disse, o sistema capitalista é isso. [...] O meu pensamento revolucionário é este, mas a minha postura de revolucionário é essa aqui. Acredito que avançou muito o

[222] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

> Assentamento. Pode não ter sido do jeito que as famílias queriam, que nós entendemos que elas continuam.[223]

De fato, a vivência no assentamento costuma ser bem diferente daquela experimentada debaixo do barraco de lona. Em geral, as ações coletivas são substituídas pelo individualismo, fazendo com que o simbolismo em torno da terra ceda lugar à visão da terra como mercadoria. Esta inversão de valores ocorre, por um lado, em virtude da contradição que se estabelece entre algumas características da cultura camponesa, e as formas de organização comunitária propostas pelo MST. Para o movimento, existem peculiaridades no modo de vida camponês que inviabilizam a concretização de mudanças profundas na sociedade. Para tanto, seria necessário formar um "camponês de novo tipo", capaz de romper com costumes tradicionais baseados no uso privado da terra. Noutras palavras, recriar as próprias relações sociais camponesas é um requisito fundamental para a realização do que o MST convencionou chamar de "revolução cultural".

> A revolução cultural que pretendemos deverá modificar os métodos, as formas estruturais, os conteúdos, os hábitos, os comportamentos, o pensamento, a prática e os valores, e em muitos casos, mudar de lugar social. (...) Se revolução quer dizer "revolver" é isto que precisamos fazer: Esvaziar as gavetas do comportamento, das atividades, das rotinas, dos vícios, das práticas insuficientes, etc. e misturar tudo para daí reconstruir o indivíduo com novas características.[224]

Dentro desse contexto, a cooperação agrícola e a divisão de tarefas são formas utilizadas pelo MST para tentar transformar o camponês em um sujeito capaz de fazer a revolução pretendida pelo movimento. No entanto, muitos camponeses recusam essas formas organizativas, pois não se reconhecem nestas práticas. Este desencontro faz surgir conflitos que transformam as áreas de assentamento em um palco de disputa de projetos. Para Fabrini, a construção da "revolução cultural" do MST não implica a superação dos costumes tradicionais camponeses, pois é a raiz camponesa que garante a disponibilidade de luta dos sem-terra.

---

[223] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.
[224] BOGO, Ademar. *Construindo o Caminho*. São Paulo: 2001, p. 206.

> A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta. O prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção desta característica camponesa. Assim, as características camponesas dos assentados devem ser preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de sua superação para alcançar patamares superiores de luta, como defende o MST.[225]

Benezete Manoel também ressalta o apoio da Igreja Católica, materializado na ação pastoral da CPT e das CEB'S. Ao narrar sobre a contribuição destes setores na experiência da ocupação, o assentado faz a seguinte análise:

> Sem dúvida! Sem dúvida a Igreja contribuiu muito [...] A partir da CPT e das CEB's, porque dentro da Igreja a gente sabe, o grupo das CEB's era quem desencadeava uma luta mais permanente, mais prática que é o caso do grupo mais voltado pra CPT, porque a CPT é a Igreja Católica mais vinculada à luta pela terra, e a partir daí foi que o Movimento Sem Terra começou. Porque no Piauí, o Movimento Sem Terra começa mesmo de fato a partir da ocupação do Assentamento Marrecas, até lá era só mais reunião, discussão, apoio às lutas sindicais que a gente fez parte. Eu acredito, eu sempre digo que o Movimento Sem-Terra ele surge da CPT, então naquele momento, você sabe, vocês já estudaram isso, viram que naquele momento há uma ascensão das massas, quer dizer, há uma mudança: o povo diz não à situação que vive. [226]

Conforme aponta Benezete Manoel, a CPT e as CEB'S tiveram destaque no processo de articulação e organização dos camponeses para a ocupação da Fazenda Marrrecas. A princípio, essas instituições atuavam no apoio a sindicatos que lutavam pela aplicação de leis já existentes e pela criação de novas leis, que garantissem os direitos dos trabalhadores rurais. Segundo Medeiros, essa forma de atuação sindical era a orientação geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que propunha "um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar".[227] A partir de 1985, com a chegada de Justino Rafagnim, militante do MST-Paraná que veio articular a formação do movimento no Piauí, a CPT e as CEB'S passam a experimentar um novo

---

[225] FABRINI, João Edmilson. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. In: *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 90, jul/dez. 2002.
[226] FRANÇA, Benezete Manoel de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.
[227] MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 77.

jeito de fazer a luta pela terra. Articulando reuniões, encontros e atividades formativas, abriram caminho para que o Assentamento Marrecas pudesse se tornar realidade.

Na visão de Maria Gorete, a experiência da ocupação foi significativa para as famílias que dela participaram, possibilitando uma mudança qualitativa em suas vidas, tanto no aspecto econômico como na esfera político-social. O acesso não apenas à terra, mas também à água, constituiu-se como elemento central dessa mudança.

> Olha! Com certeza. Com certeza, porque na maioria, a maioria das pessoas um detalhe, a maioria das pessoas que foram para a ocupação da Marreca ou da Lisboa, entendeu, eram pessoas que viviam em áreas que não tinha água, que a água era cercada. Eu lembro que a gente fazia trabalho de base em Padre Marcos e a gente tinha que beber água de uma catimba, catimba era o seguinte, era um buraco que se fazia na terra entendeu, aí rodeava um pouquinho de cimento, aí quando chovia ficava aquela água lá e ficava empossada tempos e tempos, entendeu. A água, assim, é amarela. Então com a ocupação, com a ocupação o que acontece? O pessoal, a primeira coisa que modificou foi a água, que tinha água para beber, era a primeira coisa, porque até então não tinha era aquela água assim que ... ameba ali, aquelas crianças tinham ameba que nem prestava, bastante ameba, e melhorou esse aspecto da água, a questão da alimentação, porque começaram a produzir hortas, tinha a sua produção de feijão, de arroz. Agora essa produção ela conseguiu o que, no início foi muito difícil porque não teve ajuda, mas o pessoal conseguia ter o arroz, o feijão, não tinha carne, só o jacaré, mas com o tempo isso foi modificado. E uma coisa é certa, pode não ter produção, não tem produção para comercializar, mas que fome as pessoas não passaram mais.[228]

No que tange aos desafios superados no processo de luta pela terra, Maria Gorete afirma que a concretização da ocupação e a posterior conquista da terra foram a grande lição aprendida pelos camponeses que romperam as cercas da Fazenda Marrecas. Em sua percepção, acreditar que essa forma de luta poderia ser efetivada foi fundamental para abrir uma nova página na história da luta pela terra no Piauí.

> Olha, eu penso que o desafio que nós conseguimos superar no Piauí foi mostrar, entendeu, que é possível fazer a luta pela reforma agrária, luta pela terra no Piauí, através dessa forma de luta que é a ocupação de terra. Então isso foi bem, olha até então, até 1989 não era possível, a partir de 1989 é possível, tem pessoas que estão assentadas, entendeu, que foram para a ocupação de terra, que fizeram a opção de lutar pela terra e estão lá. E estão fazendo ocupação de terra no Piauí,

[228] SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

> continuam fazendo ocupação de terra. A partir de 1989 então acho que, esse era o principal desafio no Piauí. [...] Depois que nós fizemos a ocupação da Marreca então o movimento começa a ser enxergado com outros olhos, porque nós não fomos violentos, mas nós fizemos a luta entendeu, nós conseguimos mudar a situação da luta pela terra no Piauí, nós conseguimos enriquecer a luta pela terra. Nós, o Movimento Sem Terra, conseguiu trazer uma perspectiva diferente para os trabalhadores sem-terra no Piauí.[229]

Por outro lado, Maria Gorete comenta sobre possíveis erros cometidos no processo de articulação da ocupação. A narradora considera que a ênfase no estudo das questões macro, tais como a história da luta pela terra e das sociedades, teria prejudicado o conhecimento da realidade sociocultural em que as famílias envolvidas na ocupação estavam inseridas. Assumindo uma postura de autocrítica, Maria Gorete avalia como fator negativo a ausência de um trabalho pedagógico sobre a história local. Para esta militante, o camponês sem-terra deve ser compreendido a partir dos valores que conformam sua cultura, isto é, dos seus hábitos, costumes e convicções.

> [...] eu estava analisando que no Piauí a gente estudou muito a história da luta pela terra, a história das sociedades entendeu, é nós estudamos como organizar um acampamento, teoria da organização, muita coisa nós vimos. Eu penso que ali no Piauí nós tivemos, aí fazendo uma autocrítica assim, nós tivemos uma coisa que nós não conseguimos captar naquele momento, que foi estudar a história do povo do Piauí, a nossa história entendeu? Nós estudamos a história da luta pela terra em geral, mas nós não tínhamos elementos para estudar a história do Piauí, entendeu, do povo do Piauí, nós estudávamos o quê? A história entendeu, a história da humanidade, mas não estudávamos a história ali daquele povo, daquela comunidade entendeu. Então eu acho que o erro nosso naquele momento, foi esse, porque hoje eu compreendo, não só ali no Piauí, mas eu penso que o processo de conscientização de um povo tem que começar a partir das suas raízes, compreensão daquele meio ali que você está vivendo, a minha história ali dentro daquele coletivo, qual a nossa história aqui? Quando a gente compreende aquela nossa história então, é um salto na compreensão da história geral da humanidade. [...] é a partir da nossa história, enraizar entendeu, porque aí, a partir desse momento, que a gente tem esse conhecimento, cada indivíduo tem esse conhecimento, ele tem uma compreensão maior do coletivo e da situação que ele tá vivendo, porque aí você tem, você pode ter como muitos militantes no Piauí tem o conhecimento da história, da história da sociedade, feudalismo, capitalismo. Mas aí o que é importante é a história ali sua, entendeu, dentro daquele contexto não tem, aí fica uma coisa separada.[230]

[229] Ibidem.
[230] Ibidem.

A luta pela terra produz reflexões que extrapolam seu conteúdo específico. Projeta dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas (valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes). Neste sentido, o comentário acima indica que o MST nem sempre considera o processo de constituição da identidade de seus participantes. Na ânsia de afirmar sua identidade política, o Movimento esquece muitas vezes de buscar as identidades pessoais e culturais dos sujeitos que integram sua base social. No fazer de suas ações, a objetividade nem sempre é construída em diálogo com a subjetividade humana, levando à recusa e ao questionamento da consciência imposta. Nesse sentido, pensar a construção da luta valorizando a experiência vivida teria sido um aprendizado fundamental para Maria Gorete.

A experiência da ocupação constitui um terreno de múltiplos aprendizados. Possibilita mudanças na percepção das pessoas diante do mundo e provoca rupturas com padrões culturais hegemônicos, permitindo que os sujeitos produzam e reproduzam suas vidas vivenciando a crítica e a autocrítica, isto é, refletindo sobre suas ações no plano individual e coletivo.

Na trajetória de luta dos camponeses sem-terra, o acampamento constitui o primeiro exercício de vivência coletiva. É nesse espaço que os camponeses passam a compartilhar dificuldades e desafios, alegrias e tristezas, construindo uma sociabilidade que vai muito além do desejo de conquistar a terra. Nesta etapa da luta, o sentimento de cooperação tende a prevalecer. Assim, emergem ações de solidariedade, ajuda mútua e amizade no convívio entre as famílias. A divisão de tarefas se impõe como uma necessidade para a organização e manutenção do acampamento. No entanto, surgem também conflitos, motivados por divergências sobre as formas de desenvolver a vida na terra ocupada. Nesse aprendizado pedagógico, cada sujeito vai fazendo sua própria trajetória, interpretando ao seu modo a realidade social em que se encontra inserido. Sobre a construção da vida no acampamento, o comentário de Caldart é ilustrativo:

> [...] um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é a solidariedade, exatamente o valor que fundamenta a ética comunitária. Solidarizar-se com o outro não é, nessa circunstância, uma intenção, mas uma necessidade prática: o alimento não é suficiente para todos, a repressão pode vir contra todos, o vento forte pode destruir o barraco de muitos, a dúvida e a vontade de desistir de tudo pode chegar a uns quantos, ou a cada pessoa em algum momento; e o principal argumento da necessidade talvez seja o de que a vitória virá para todos, ou não virá para ninguém. Ou seja, a condição gera a necessidade de aprender a ser solidário e a olhar para a realidade desde a ótica do coletivo e não de cada indivíduo ou de

> cada família isoladamente. Uma inversão que não se aprende fácil e nem sem conflitos.[231]

Conforme apontam os sujeitos da pesquisa, o período do acampamento foi de muito sacrifício. As famílias passaram por diversas dificuldades, sobretudo no tocante à alimentação. Os barracos feitos de varas, palhas e lonas, evidenciavam a situação de precariedade material das famílias. A preocupação com a educação das crianças e questões relacionadas à saúde também se fez presente no cotidiano do acampamento. O trabalho com a terra começou imediatamente após a chegada. A princípio, todos juntos em mutirão. A dinâmica de organização interna expressa na formação de equipes de trabalho e na tomada de decisões, por meio de reuniões e assembleias, contribuiu para a superação de problemas cotidianos. Apesar das adversidades, as famílias lutaram e conquistaram o tão sonhado acesso à terra, demonstrando que os processos de transformação são os que fazem a história. Vivenciando a luta coletiva, suscitaram novas formas de pensar, novos valores e possibilidades de decidir sobre suas vidas. Aqui lembramos as reflexões feitas por Thompson quando diz que "a experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. [...] Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença".[232]

Após a criação do assentamento, as famílias começam a reorganizar suas vidas. Constroem novas formas de agir e pensar, fazendo surgir uma vivência diferente do período do acampamento. Várias razões explicam a conformação de um novo modo de vida no assentamento. Por um lado, muitos assentados retomam seus desejos de autonomia, através de relações que afirmam seus saberes e crenças. A opção pelo trabalho individual seria um exemplo da resistência camponesa à sua negação. A ênfase na terra enquanto bem social, conforme propõe o MST, choca-se com a noção de terra enquanto unidade familiar de produção de subsistência. Martins, ao discorrer sobre a rejeição do camponês ao trabalho coletivo, afirma que "As suas condições individuais e

---

[231] CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 179.
[232] THOMPSON. E. P. *A miséria da teoria:* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 17.

familiares de trabalho, isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa esse isolamento.[233]

Outro aspecto que merece atenção diz respeito às disparidades sociais que se reproduzem no interior do assentamento. Alguns assentados conseguem ascender para um nível de vida bem superior ao que tinham anteriormente, enquanto outros permanecem em situação precária. A teia de relações que se estabelece na vivência cotidiana nem sempre consegue satisfazer a todos. Essa talvez seja uma das razões que levam famílias inteiras a abandonar seus lotes e partir para outra experiência.

Neste contexto, entendemos o assentamento como espaço social permeado por relações de conflitos decorrentes das disputas e das várias formas dos sujeitos se relacionarem no processo de produção deste espaço. Conflitos que emergem dos valores, desejos e projetos que permeiam o imaginário e o agir dos assentados; que expressam a complexidade política e social da dinâmica de organização do assentamento. Podemos dizer que o assentamento também se configura como espaço de contradições culturais, posto que nele se conjugam diferentes concepções na construção da vida coletiva. Cada assentado tem uma cultura trazida de sua história, uma tradição quanto às formas de estabelecer relações com pessoas que têm costumes diferentes dos seus. No dia a dia do assentamento, as diferenças culturais vão se mesclando, em alguns casos, e em outros se mantendo mais enrijecidas. Sendo assim, as vivências no espaço do assentamento não devem ser interpretadas de forma linear, mas como processos de formação, o que implica considerar continuidades e descontinuidades, dentro de um movimento histórico que se apresenta com múltiplos sentidos.

Por outro lado, reconhecemos que a vivência em uma área de assentamento constitui uma experiência rica em significados socioculturais, pois projeta mudanças na maneira das pessoas se posicionarem diante da vida e do mundo. A realidade vivenciada pelas famílias gera um processo onde cada assentado vai forjando sua própria identidade, demarcando os limites e a intensidade de suas ações, conformando o seu jeito de construir a vida na terra ocupada. Neste sentido, não resta dúvida de que a experiência da ocupação pesquisada representou um grande aprendizado.

---

[233] MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980, p.15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que uma coisa está de ponta-cabeça, ou posta de pernas para o ar, afinal de contas é uma descrição muito relativa. A ideia de que esta é a posição errada só vale na medida em que a olhamos de cima para baixo.[234]

O conhecimento histórico tem sido ampliado por pesquisas que têm transformado seu campo de atuação. Boa parte dessa ampliação está relacionada aos pressupostos da chamada *História Social Inglesa*, que abriu um leque de possibilidades para a historiografia. Com essa perspectiva, os interesses se voltaram para uma história preocupada com as ações cotidianas de pessoas ou de grupos, seus modos de viver, sentir e pensar, em contraposição às análises históricas centradas na ênfase de "grandes homens" e de suas realizações. Assim, muitos historiadores passaram a pensar, a pesquisar e escrever a história a partir de uma nova atitude, cujo foco situa-se no estudo da experiência das pessoas comuns.

Essa postura historiográfica foi impulsionada por um grupo de historiadores marxistas, através da publicação de livros e artigos no final da década de 1950 e nos anos iniciais da década de 1960, sobre a polêmica *história vista de baixo*. Dentro desse contexto destacaram-se George Rudé, com estudos sobre as classes populares parisienses, Albert Soboul, investigando os sans-culottes parisienses e Edward Palmer Thompson, analisando a classe operária inglesa. Preocupados com as opiniões das pessoas comuns e sua experiência da mudança social, esses historiadores valorizaram e difundiram a história de grupos e indivíduos que antes não eram considerados como sujeitos da história. Foi com essa motivação que os historiadores das décadas de 1960 e 1970 passaram a investigar a organização da vida social e cotidiana de operários, mulheres, grupos éticos e tantos outros.

Sem desconsiderar a importância da vida material, Thompson colocou as noções de experiência e cultura no centro das análises sócio-históricas, reconhecendo o papel ativo de homens e mulheres na construção de suas histórias. Para esse autor, as manifestações da experiência vivida, como ideias, pensamentos, procedimentos, atitudes, sentimentos, normas e valores, constituem o lugar onde a consciência social

[234] HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 367.

encontra a sua realização e expressão. Noutras palavras, é no mundo vivido que se manifesta o ser social. Com essa formulação, Thompson estabeleceu um recorte no qual a ação humana é considerada parte fundamental do processo histórico. Os próprios valores de uma sociedade são percebidos como parte e resultado das experiências humanas.

Desse modo, articulando vivência e condicionamentos sociais, Thompson procurou demonstrar que o fazer-se da classe operária inglesa foi forjado a partir de suas experiências políticas, econômicas e culturais. Na segunda parte de sua obra clássica *A formação da classe operária inglesa*, o autor questiona o fato de que somente os operários da indústria algodoeira, antes da década de 1840, tenham formado o movimento trabalhista. Argumenta que as principais manifestações dos trabalhadores nesse período (jacobinismo, ludismo) foram protagonizadas por pequenos artesãos e trabalhadores qualificados de pequenas oficinas. "Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares".[235] Portanto, a classe operária inglesa teria se constituído a partir da experiência de diversos grupos de trabalhadores, fato observado por Thompson no período de 1790 a 1830, no qual se evidenciou o crescimento da consciência de classe, isto é, a consciência de interesses e valores comuns entre os trabalhadores e o crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial.

Ao conceber classe social como um fenômeno histórico, Thompson valoriza as tradições, costumes e modos de vida dos sujeitos sociais. Fornece elementos para a problematização da vida em sociedade a partir da dialética entre ser social e consciência social. Sua perspectiva teórica possibilita a apreensão das experiências coletivas e individuais construídas pelos sujeitos, seja em seu cotidiano, seja na esfera política. Por outro lado, oferece subsídios para pensar os movimentos sociais a partir das condições objetivas e subjetivas que determinam suas ações. Afinal de contas, analisar um determinado movimento social significa compreender a oposição de classe, o confronto histórico que se estabelece entre grupos antagônicos e que assume diferentes expressões e dimensões.

---

[235] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 16. v. 2.

Foi com base nessa concepção teórica que analisamos as experiências vividas por homens e mulheres do semiárido piauiense, que, a partir de um dado momento de suas vidas, decidiram se engajar na luta pela terra, através da experiência da ocupação. Ao longo da pesquisa, procuramos conhecer e compreender as trajetórias de vida e o movimento de *autofazer-se* dos sujeitos que a compuseram, bem como elementos contraditórios desse processo. Nesse sentido, foram problematizados o seu envolvimento com a preparação da luta pela terra e a organização do MST no Piauí, a vivência no espaço do acampamento e, posteriormente no assentamento, as impressões manifestadas sobre o MST, as formas de se relacionarem com a terra, as expectativas e desafios vividos no processo de luta e os aprendizados adquiridos.

Nas narrativas ouvidas, pude perceber que todos os assentados com quem conversei eram oriundos do campo, tendo herdado costumes da lida com a terra. A tradição do viver familiar na roça e a experiência de militância pastoral na CPT e nas CEB'S constituíram-se como significativas na opção de se envolverem na luta pela terra. Participar dessa luta representou para eles a possibilidade de realização de projetos diversos, tais como o de assegurar condições dignas de trabalho e moradia para suas famílias, de melhorar seus níveis de escolaridade, de ter acesso a bens e equipamentos públicos básicos. Contudo, essa possibilidade se apresentou de maneira distinta para cada um dos entrevistados. Alguns afirmaram não ter prosperado em termos econômicos. Outros disseram não ter tido a oportunidade de continuar seus estudos.

No tocante ao aspecto das sociabilidades, foi possível verificar a existência de compreensões divergentes sobre a construção da vida coletiva, sobretudo em relação ao trabalho com a terra. O período do acampamento configurou-se como o tempo do sonho, da busca por uma vida melhor, ensejando uma vivência mais solidária. Por sua vez, a fase do assentamento trouxe dificuldades em torno da construção coletiva. O MST teve sua cultura questionada em vários aspectos. As formas de organização coletiva propostas pelo movimento, como a divisão do trabalho na realização de atividades, passaram a ser recusadas por uma parte dos assentados. A conquista da terra fez emergir novos sentidos e significados em relação à própria terra e ao coletivo, numa dinâmica em que as relações de cooperação passaram a coexistir com a valorização do eu. Esse fato demonstra que a luta pela terra foi experimentada de diferentes maneiras, não se configurando na memória dos assentados como um processo linear e homogêneo.

Cada um vivenciou de forma singular a sua inserção na luta, buscando ser sujeito da sua própria história.

Outro aspecto bastante enfatizado nas narrativas refere-se ao protagonismo da juventude. Para todos os entrevistados, os jovens foram os atores sociais criativos dessa experiência de luta pela terra, tendo desempenhado papel central em suas várias etapas. A maioria desses jovens havia iniciado a militância na Igreja Católica, por meio da CPT e das CEB'S. A formação política inicial, embasada na vivência pastoral, favoreceu uma participação mais efetiva no trabalho de preparação da ocupação. Os jovens dialogaram com as famílias camponesas, articularam reuniões e encontros, contribuindo para a concretização dessa ação. Também influenciaram no processo de construção e manutenção dos laços comunitários durante a vivência no acampamento. As narrativas indicam que eles desenvolveram atividades focadas na integração, na criação de vínculos afetivos que favorecessem a permanência das famílias na terra ocupada. Um exemplo dessa busca reflexiva pelo ambiente comunitário pode ser observado nas noites culturais que realizavam, envolvendo toda a comunidade. Com "caixinhas de som improvisadas", os jovens animavam o acampamento com seu entusiasmo e dinâmica.

As narrativas também deram visibilidade às mulheres, destacando o papel ativo que desempenharam na organização do acampamento e do assentamento. Nesse sentido, o trabalho educacional realizado com crianças e adultos foi de suma importância diante das dificuldades materiais vivenciadas pelas famílias após a entrada na terra. Para além do espaço privado, acreditamos que o protagonismo da mulher camponesa nessa experiência de ocupação serviu para demonstrar sua condição de sujeito na luta pela conquista da terra, em contraste com a imagem de passiva que lhe é frequentemente atribuída.

Com relação aos aprendizados, observamos que se manifestaram em vários âmbitos da vida dos assentados. Aprendizados na forma de ver, se ver e atuar no mundo, a partir de um ambiente de vivência e convivência social diferente de suas experiências anteriores. Aprendizados que se produziram mediante relações contraditórias, por meio das quais os valores de cada sujeito foram sendo reelaborados ou mantidos. Fazendo-se sujeitos na luta pela terra, os camponeses que participaram da experiência de ocupação da Fazenda Marrecas contribuíram para fazer emergir no Piauí um sujeito social e político – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um sujeito não homogêneo, que representou para eles uma alternativa para a conquista da terra naquele momento.

Para este pesquisador, estudar a experiência social de homens e mulheres que viveram a luta pela terra no Piauí foi um aprendizado bastante significativo. Permitiu exercitar um fazer historiográfico que busca apreender a maneira como os sujeitos constroem e significam a realidade social em que estão inseridos, a partir da conjugação de elementos objetivos e subjetivos. Um fazer historiográfico que concebe a história como processo, que nos faz perceber a importância da problematização da vida social, que possibilita levar para dentro da história vozes ignoradas ou que foram silenciadas intencionalmente.

As fontes orais foram fundamentais nesta empreitada, possibilitando trazer à tona referências subjetivas necessárias para o entendimento das trajetórias de vida e do fazer-se dos sujeitos da pesquisa. Ouvindo suas narrativas, percebi que não apenas falavam de suas lembranças, mas também as interpretavam, projetando sonhos. Ao falar de suas experiências, cada entrevistado elaborava uma reflexão sobre sua existência social, sobre seu estar no mundo. Assim, considero que o mais importante neste estudo não é a veracidade do que os camponeses narraram, mas os significados que atribuíram às suas histórias, às suas vivências no processo de conquista da terra. Como tal, não me cabe outro gesto a não ser o de reconhecê-los como protagonistas desta pesquisa que construímos juntos e que buscou retirá-los do anonimato historiográfico.

Não temos a pretensão em dar a nossa reflexão por terminada. Pelo contrário, temos consciência de que várias questões ficaram em aberto. Até porque torna-se difícil realizar conclusões para uma história que prossegue, que continua a ser reconstruída por homens e mulheres que insistem em sua luta. Mesmo que tivesse essa pretensão teria sido impossível concretizá-la, pois, como advertimos anteriormente, a história é processo. Nossa intenção, desde o início, foi tentar compreender, através das atribuições de sentido, das teias de significação, os sentimentos que moveram os camponeses a lançarem-se na luta pela terra. Acreditamos que este objetivo foi alcançado dentro dos limites que se evidenciaram no contexto de construção da presente pesquisa.

Por fim, devo dizer que sinto-me orgulhoso em ter contribuído para visibilizar uma história de pessoas comuns. Uma história que, em nossa opinião, deve merecer mais atenção dos programas de graduação e pós-graduação e das agências de pesquisa e financiamento. Seguimos adiante, com a expectativa de aprofundar esta pesquisa num possível curso de doutorado.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALBERTI, Verena. *História oral*: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

_____. O lugar da história oral: fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: *Ouvir contar, textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite colonial piauiense*: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

_____. *O escravo na formação social do Piauí*: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRASIL. Novo Código Civil: Exposição de Motivos e Texto Sancionado. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: São Paulo: Saraiva, 2001.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913 – 1956*. Seleção e tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Caderno de Formação n. 26, MST, 1998.

_____. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

_____. *O MST e a Cultura*: Caderno de Formação nº 34, Veranópolis-RS: ITERRA, 2000.

_____. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, julho de 2001.

_____. *Arquitetos de sonhos.* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CALDART, Roseli Salete. *Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, Jan / Jun 2003.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Jovens sem-terra*: identidades em movimento. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

CARVALHO, Rosângela Ribeiro de; OLIVEIRA, João Evangelista Santos. *O Sonho Construído em Mutirão*: Uma experiência de convivência com o semiárido. Cáritas Brasileira Regional do Piauí, 2010, p. 18.

CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra. In: *O dito e o Feito*: ensaios de antropologia dos rituais. Peirano, Mariza (org.) Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP/UFRJ, 2002.

FABRINI, João Edmilson. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. In: *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n.19, jul/dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FILHO, José Sobreiro. *Ocupações de terra no Brasil (1988-2010)*: uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Universidade Estadual Paulista, 2011.

GOHN, Maria da Glória. A formação do cidadão nos cursos do MST. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, jul./dez. 1999.

_____. *Mídia, terceiro setor e MST*: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, I. Z. *Terra e subjetividade*: a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar Edições, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989.

MACHADO, Paulo. *As trilhas da morte*: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina: Corisco, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *O sujeito oculto*: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina (PI): CEPAC, 1996.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Reforma agrária no Brasil*: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder*: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. APERJ, 1998.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa*: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

MST. *As rádios do MST*. Documento interno, 2004.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida. 2009.

MST – Como organizar a massa. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, setembro de 1991.

NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem Terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, Autores Associados, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 3, n. 3, p. 113, jun. 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PIZETTA, Adelar João. *A formação política no MST*: um processo em construção en OSAL (Buenos Aires: CLACSO). Año VIII, Nº 22, septiembre, 2007.

Princípios da Educação no MST. São Paulo: MST, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos – memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez/1993.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1997.

PORTELLI, Alessandro. *Um trabalho de relação*: observações sobre a história oral. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz, 2004.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio**.** In: *Revista Civilização Brasileira,* n. 1, jul. 1978, p. 15-16.

Semiárido Piauiense: Educação e Contexto / (Orgs) Conceição de Maria de Sousa e Silva; Elmo de Souza Lima; Maria Luíza de Cantalice; Maria Tereza de Alencar; Waldirene Alves Lopes da Silva. INSA. Campina Grande: 2010.

SILVA, Acildo Leite da. Memória, tradição oral e a afirmação da identidade negra. In: *Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, n. 1, maio de 2000. Niterói – RJ: EDUFF, 2000, semestral.

SILVA, José Graziano da**.** *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

SOUSA, Maria Gorete. Entrevista. Luta pela terra: além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras. Edição Especial. São Paulo: IBASENET, 2005. Disponível em: http://www.ibase.org.br. Acesso em 20 dez 2010.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 2.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3.

THOMPSON, E. P. *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Tradução Frederico Ágoas e José Neves. Lisboa: Antígona, 2008, p. 23.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta*: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação*: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijui: Unijui, 2000.

VERNIERE, Sâmia de Brito Cardoso. História da Propaganda e da Publicidade no Piauí. In: *Cadernos de Teresina*, Ano XVIII, Nº 38, agosto, 2006.

Dissertações

CASTELO BRANCO, Antonio José Medeiros. *Sindicalização Rural e mobilização camponesa na crise do populismo*. O caso do Piauí (1958-1964). Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1994.

COELHO, Fabiano. *A prática da mística e a luta pela terra no MST*. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Dourados.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte; esperança de vida*: a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

Fontes Orais

FRANÇA, Benezete Manoel. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

FRANÇA, Benezete Manoel. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 21 de agosto de 2010.

JESUS, Arcanja Pedrina de. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

SANTOS, Inácio José dos. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

SANTOS, Maria de Jesus. Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva. São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

SOUSA, Maria Gorete. Entrevista referente à Pesquisa Memorial, maio de 1997. Cedida pela Coordenação Estadual do MST – PI.

Periódicos

Jornal do Piauí. Teresina, 22 de março de 1962.

Jornal O DIA. Teresina, 13 de junho de 1989.

Jornal O DIA. Teresina, 15 de junho de 1989.

Jornal O DIA. Teresina, 29 de abril de 1992.

Jornal O DIA. Teresina, 30 de julho de 1992.

Jornal O DIA. Teresina, 17 de janeiro de 1994.

Jornal O DIA. Teresina, 1º de fevereiro de 2010.

Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989.

Jornal da Manhã. Teresina, 05 de outubro de 1989.

Documentos Consultados

Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra – Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989.

IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.

IBGE/Censo Populacional 2010.

Sítios eletrônicos visitados

http://www.ibase.org.br.

http://www.ibge.gov.br

http://www.mst.org.br

http://www.pedefigueira.com.br.

http://www.180graus.com

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevista com assentados do Assentamento Marrecas

1 – Onde e com quem você vivia antes de vir para a ocupação da Fazenda Marrecas?

2 – Como era a sua vida antes de vir para a ocupação? Quais eram as suas condições econômicas e de moradia?

3 – Você sempre trabalhou e viveu na roça, ou já teve alguma experiência na cidade?

4 – Fale um pouco sobre como era a sua vida na juventude.

5 – Através de que meios você teve contato ou conhecimento sobre o MST?

6 – Qual a visão que você tinha do movimento?

7 – Que motivos ou pessoas levaram você a participar da luta do MST?

8 – Poderia fazer um relato sobre o processo de ocupação da Fazenda Marrecas?

9 – Especificamente, qual foi a sua participação nessa ocupação? Você tinha tarefas a executar?

10 – Como era o dia a dia no acampamento durante o processo de negociação para desapropriação da terra? Quais eram os sentimentos mais presentes entre as pessoas nessa fase?

11 – Como se deu a participação dos jovens no processo de articulação da ocupação?

12 – O que você entende ser a luta do MST?

13 – Que mudanças ocorreram em sua vida após ter participado da experiência da ocupação?

14 – No que se refere à qualidade de vida, quais as contribuições do assentamento?

15 – Poderia nos relatar o dia a dia do assentamento hoje?

16 – Houve conflito entre a coordenação do MST e as famílias acampadas? Se houve como eram contornados?

17 – Como as relações entre homens e mulheres eram construídas no acampamento e até mesmo no processo de articulação das famílias para a ocupação?